

A COOPERAÇÃO SUL-SUL DOS POVOS DO BRASIL E DE MOÇAMBIQUE

Memória da Resistência ao ProSavana e Análise Crítica de seu Plano Diretor



A topographic map of Mozambique, showing its geographical features, rivers, and administrative boundaries. A specific region in the north-central part of the country is highlighted with a diagonal hatched pattern. The map includes labels for major regions like TETENESSA, MANICA, SOFALA, and MALAWI, as well as the capital, Maputo. The title is centered over the map.

**A COOPERAÇÃO SUL-SUL DOS POVOS
DO BRASIL E DE MOÇAMBIQUE**



A COOPERAÇÃO SUL-SUL DOS POVOS DO BRASIL E DE MOÇAMBIQUE

Memória da Resistência ao ProSavana e Análise Crítica
de seu Plano Diretor

Diana Aguiar e Maria Emília Pacheco
organizadoras

1ª edição

Rio de Janeiro - 2016



**A Cooperação Sul-Sul dos Povos do Brasil e de Moçambique:
Memória da Resistência ao ProSavana e Análise Crítica de seu Plano Diretor**

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

PUBLICAÇÃO



COORDENAÇÃO

Diana Aguiar e Maria Emília Pacheco – FASE

APRESENTAÇÃO

Diana Aguiar – FASE

TEXTO PARTE I

Fátima Mello

TEXTO PARTE II

Silvio Isoppo Porto

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Letra e Imagem

IMAGEM DA CAPA

JA! Justiça Ambiental / Amigos da Terra Moçambique

APOIO



APOIO INSTITUCIONAL DA FASE



A Cooperação Sul-Sul dos Povos do Brasil e de Moçambique: Memória da Resistência ao ProSavana e Análise Crítica de seu Plano Diretor / Organizadoras Diana Aguiar e Maria Emília Pacheco; autores Fátima Mello e Silvio Isoppo Porto – Rio de Janeiro: FASE, 2016. 104p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-86471-89-6

1. Economia – Moçambique. 2. Cooperação Sul-Sul. 3. Geopolítica. 4. Desenvolvimento. 5. Agricultura. I. Título.

CDD – 330

SUMÁRIO

Apresentação	7
--------------------	---

PARTE I. MEMÓRIA DA ARTICULAÇÃO SUL-SUL DOS POVOS E SEUS PRESSUPOSTOS EM TORNO DA CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA

Breve introdução sobre a cooperação brasileira na África	13
O ProSavana	18
Uma cronologia do ProSavana e da resistência dos povos	19
Moçambicanos visitam o Cerrado brasileiro	21
Carta Aberta apoiada por brasileiros e japoneses	22
Mobilização em Moçambique, Brasil e Japão	24
Questionamentos em pauta no Brasil	26
Mudança de narrativa dos governos e novos desafios para as organizações sociais	31
Cooperação entre a sociedade civil brasileira e moçambicana	33
Lições e novos desafios	38
Referências	39
Anexo: Carta aberta para deter e reflectir de forma urgente o Programa ProSavana	42

PARTE II. ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO DIRETOR DO PROSAVANA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA EM DEFESA DA SOBERANIA ALIMENTAR E DA AGROECOLOGIA

Alguns antecedentes à análise da Versão Zero do Plano Diretor do ProSavana	51
As premissas para o desenvolvimento econômico do Corredor de Nacala	51
O ProSavana, um programa da cooperação entre Moçambique, Japão e Brasil	58

Proceder não é referência para a agricultura familiar e camponesa do Brasil, muito menos para Moçambique	60
Considerações sobre o Plano Diretor para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala	62
O Plano Diretor para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala espera promover a “modernização da agricultura”	62
A estratégia contida no Plano Diretor para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala (PLANO DIRETOR) aponta para a subordinação da agricultura familiar e camponesa aos interesses do agronegócio	65
A estrutura fundiária como limitadora para a inclusão socioeconômica e produtiva da agricultura familiar e camponesa	68
O foco na produtividade e na especialização agrícola conduz a uma visão parcial da realidade e prioriza as ações para a produção, sem levar em consideração o contexto social, cultural e ecológico	71
Acesso ao mercado ou a construção social do mercado	79
Participação social na construção do Plano de Desenvolvimento	84
A dicotomia brasileira entre o avanço do agronegócio e a experiência recente das políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa	89
Matopiba: nova frente de expansão do agronegócio	89
A construção de referenciais de mudanças	91
Considerações Finais	92
Referências	101

APRESENTAÇÃO

DESDE 2012, MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS DO CAMPO, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E GRUPOS DE PESQUISA BRASILEIROS EM MOÇAMBIQUE ACOMPANHAM AS AÇÕES DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E OS INVESTIMENTOS BRASILEIROS NO NORTE DE MOÇAMBIQUE, SEUS IMPACTOS SINÉRGICOS E AMEAÇAS AOS MODOS DE VIDA DOS POVOS DAQUELE TERRITÓRIO. NO MOMENTO DESTA PUBLICAÇÃO, ESTE GRUPO DE COOPERAÇÃO SUL-SUL DOS POVOS BRASIL-MOÇAMBIQUE ESTÁ COMPOSTO NO BRASIL POR: MPA - MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES; CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES; FETRAF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA AGRICULTURA FAMILIAR; MMC - MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS; CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; CONAQ - COORDENAÇÃO NACIONAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS; MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA; CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO; FASE – SOLIDARIEDADE E EDUCAÇÃO; INESC – INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS; INSTITUTO PACS – POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL; REDE DE MULHERES NEGRAS PARA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL; FÓRUM BRASILEIRO DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL; OXFAM BRASIL E ACTION AID BRASIL; E PESQUISADORAS DE DIVERSOS DEPARTAMENTOS, TAIS COMO CPDA / UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO; NAEA / UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ; NÚCLEO TRAMAS / UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ; E LABMUNDO / UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

O grupo brasileiro de Cooperação Sul-Sul dos Povos Brasil-Moçambique está movido, sobretudo, por princípios democráticos, de cooperação e soberania dos povos e de solidariedade Sul-Sul. Em sua essência, isso implica na defesa dos direitos dos povos de Moçambique à autodeterminação do futuro de seus territórios. Tal direito conflita com programas de “desenvolvimento” impostos de cima para baixo, como tem sido o caso do principal programa de Cooperação Sul-Sul oficial do Brasil na África, mais precisamente dirigido ao norte de Moçambique: o ProSavana.

Ao mesmo tempo, esses princípios mobilizadores também expressam o reconhecimento de que as ameaças que avançam sobre os territórios das camponesas e camponeses de Moçambique são par e parte de um modelo de “desenvolvimento” liderado pelo agronegócio e que tem, há algumas décadas, avançado brutalmente sobre os territórios da agricultura familiar e camponesa e dos povos e comunidades tradicionais no Cerrado brasileiro, com consequências devastadoras. Além disso, reco-



Encontro Unitário 2016
Foto: ADECRU Moçambique

nhecemos que as agroestratégias que guiam esse processo de acumulação por espoliação se reafirmam e se renovam atualmente em programas como o ProSavana em Moçambique e o MATOPIBA¹ no Brasil. Portanto, a resistência Sul-Sul a esses programas, e às agroestratégias que eles expressam, tem sido de solidariedade mútua e reverberam na construção coletiva de alternativas por meio de uma cooperação propositiva dos povos do Brasil e de Moçambique.

A cooperação triangular dos povos de Moçambique, Brasil e Japão, ao questionar esse programa de cooperação oficial dos governos dos três países, reflete a necessidade de pensar como programas de “desenvolvimento” de governos em regime democrático podem ser atravessados por uma visão autoritária de “progresso”, instrumentalizada para justificar processos que servem em especial, e nesse caso, para garantir o acesso de interesses empresariais às terras moçambicanas. Diante da retórica de “desenvolvimento” que mobiliza imaginários, essa publicação oferece dois subsídios ao debate. Na Parte I, buscamos retomar o histórico do processo de resistência triangular dos povos por meio de uma memória pública. A partir

1. Região delimitada para fins de planejamento em parte dos territórios de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – formando com as primeiras sílabas dos nomes desses estados a sigla Matopiba – como fronteira para expansão do agronegócio no Cerrado brasileiro. Para mais, ver a seção 3.1 da Parte II dessa publicação.



daí e considerando o contexto atual no qual o ProSavana avança apesar de todo esse histórico de resistência, apresentamos na Parte II dessa publicação uma análise que busca revelar o que o Plano Diretor de fato propõe em suas linhas e entrelinhas.

A partir da experiência dos movimentos e organizações sociais que compõem o grupo no Brasil e do que este tem observado em Moçambique no âmbito da resistência triangular dos povos, consideramos que projetos de grande envergadura – tais como o ProSavana, a mina de carvão da Vale em Tete e seu corredor logístico até o Porto de Nacala – não podem se sustentar unicamente em uma justificativa de suposto “desenvolvimento”. É fundamental debater de forma democrática os próprios sentidos do desenvolvimento, envolvendo principalmente os

Protesto contra a Vale em casa de camponeses.

Foto: Sérgio Schlesinger / FASE



Reunião com comunidades atingidas pelo ProSavana e Corredor de Nacala em Nampula, 2014.

Foto: Japan International Volunteer Center (JVC)

povos que vivem no e constroem o território, de forma a permitir que as camponesas e os camponeses deixem de ser espectadores e passem a assumir o papel de sujeitos políticos nesse processo de debate e de construção do Plano de Desenvolvimento. Em contradição com esse imperativo, o ProSavana é o programa de cooperação brasileiro que mais explicitamente tem confundido a ideia de solidariedade com interesses empresariais.

O próprio processo de construção do Plano Diretor do ProSavana tem defeito de origem. Como fica explícito na memória pública, princípios democráticos básicos do direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, aos quais o Brasil está vinculado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foram explicitamente violados até o momento. O novo processo, que se estabelece mais recentemente a partir de um “Meca-

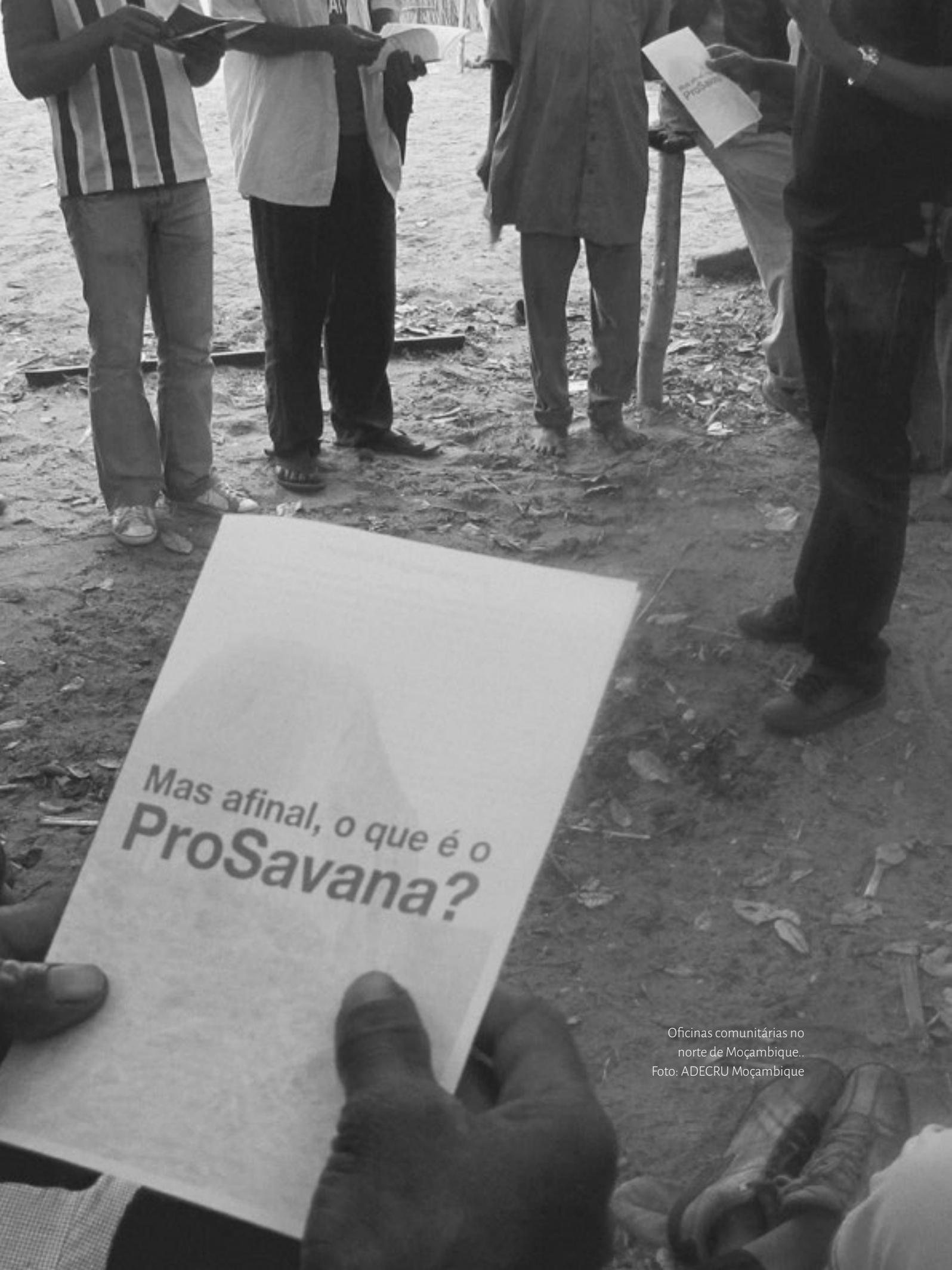
nismo de Sociedade Civil”², não apenas não sana os problemas anteriormente apontados, como os aprofunda.

O conteúdo do Plano Diretor reflete diretamente o caráter antidemocrático de sua construção, especialmente em relação aos insuficientes mecanismos de consulta aos povos que vivem e trabalham na região. Neste contexto, não surpreende que a Versão Zero apresente uma estratégia de desenvolvimento rural que não está alicerçada nos interesses da agricultura camponesa. Do contrário, seu conteúdo reforça modelos e pressupostos da “Revolução Verde”, que já se provaram devastadores em muitos territórios e para os modos de vida de muitos povos camponeses e tradicionais, como mostra nossa experiência histórica e contínua no Cerrado brasileiro.

É a partir dessa experiência brasileira e à luz do acúmulo de conhecimentos e práticas de alternativas baseadas na agroecologia, na soberania dos povos e em políticas públicas voltadas à agricultura familiar e camponesa, que apresentamos essa publicação. Esperamos que sirva de incentivo ao debate público, ainda mais necessário em tempos em que forças conservadoras operam para reduzir ainda mais os sentidos, já tão restritos, da democracia realmente vivida.

2. Campanha Não ao ProSavana denuncia as irregularidades do processo de Diálogo sobre o ProSavana. Março de 2016. Disponível em: <http://fase.org.br/pt/acervo/documentos/nao-ao-prosavana-denuncia-irregularidades-do-processo-de-dialogo/>

Comunicado Conjunto e Questionamentos da Sociedade Civil de Moçambique, Brasil e Japão sobre o ProSAVANA com Relação aos Documentos do Governo Recentemente Vazados. Agosto de 2016. Disponível em: <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/09/TICAD-ProSAVANA-Comunicado-Conjunto-pt5Sept2016.pdf>



Mas afinal, o que é o
ProSavana?

Oficinas comunitárias no
norte de Moçambique.
Foto: ADECRU Moçambique

PARTE I

MEMÓRIA DA ARTICULAÇÃO SUL-SUL DOS POVOS E SEUS PRESSUPOSTOS EM TORNO DA CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA¹

ESTA É UMA MEMÓRIA PÚBLICA DO PROCESSO DE RESISTÊNCIA E ALTERNATIVAS QUE MOVIMENTOS DO CAMPO E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE MOÇAMBIQUE, BRASIL E JAPÃO VÊM CONSTRUINDO COLETIVAMENTE DESDE 2012. O TEXTO FOI ELABORADO POR FÁTIMA MELLO COM BASE EM ACÚMULOS DO PERÍODO EM QUE, COMO ASSESSORA DA FASE, ATUOU NA CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA: 2012-2015. AS REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES INTEGRANTES DA CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA DIANA AGUIAR (FASE), MARIA EMÍLIA (FASE), NATHALIE BEGHIN (INESC), VANESSA CABANELAS (JUSTIÇA AMBIENTAL E CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA MOÇAMBIQUE), DRA.SAYAKA FUNADA-CLASSEN (INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, MEIJI GAKUIN UNIVERSITY) E NAKO WATANABE (JAPAN INTERNATIONAL VOLUNTEER CENTER), ALÉM DE DANIEL ANGELIM (OXFAM BRASIL), ENVIARAM COMENTÁRIOS, ACRÉSCIMOS E SUGESTÕES FUNDAMENTAIS. ESTE TEXTO É UM OLHAR ESPECÍFICO A PARTIR DO BRASIL. NÃO PRETENDE ABRANGER A COMPLEXIDADE DOS ACONTECIMENTOS NEM AS VISÕES A PARTIR DE MOÇAMBIQUE E DO JAPÃO.

Breve introdução sobre a cooperação brasileira na África

O primeiro governo Lula estabeleceu um novo marco na inserção internacional do Brasil, colocando a cooperação Sul-Sul como prioridade de sua política externa. Esta diretriz se traduziu em um grande esforço de cooperação na África, que incluiu a abertura de diversas representações diplomáticas no continente, visitas presidenciais e diálogos políticos de alto nível em fóruns regionais, como a União Africana e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), programas como o Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar e o Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, além da cooperação técnica em agricultura, saúde, energia, transferência de políticas públicas nacionais, em especial em segurança alimentar e nutricional, assistência humanitária e a expansão da presença de empresas brasileiras.

1. Quando há referência a textos elaborados em Moçambique, foi mantida a grafia do português moçambicano.

Exercendo a liderança na *Food and Agriculture Organization* (FAO) e em diálogos multilaterais acerca do combate à fome e segurança alimentar e nutricional, o Brasil passou a ter um papel crucial na articulação de programas multilaterais, regionais e bilaterais na África, tais como o Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI) e o *Purchase From Africans For Africa* (PAA África). Ao mesmo tempo, no plano doméstico, a criação de políticas e programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (*Pronaf*), com a inclusão de novas linhas de financiamento como Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroecologia, bem como a existência de instâncias, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), se deram sobretudo devido à ampla e histórica capacidade de organização e mobilização dos movimentos sociais do campo no Brasil, o que acabou por se projetar em algumas diretrizes de política externa, em especial na cooperação brasileira, que disputaram espaço com os interesses tradicionais da agricultura comercial voltada para a exportação.

Entretanto, a liderança global do Brasil na agenda da segurança alimentar e nutricional não se traduz em peso semelhante no plano doméstico, onde as políticas e programas destinados ao apoio à agricultura familiar e camponesa, aos seus sistemas de produção e à segurança alimentar e nutricional, embora tenham crescido significativamente desde 2003, ainda ficam em plano secundário se comparados ao peso orçamentário e político do agronegócio e da grande agricultura industrial exportadora e baseada em largos monocultivos.

Além disso, a evolução da política externa brasileira – e de suas diretrizes para a cooperação – não manteve uma trajetória linear nos últimos anos, tendo-se observado uma mudança fundamental do governo Lula para o governo Dilma com forte refluxo da iniciativa política no front externo. Ainda que aspectos da chamada política externa “ativa e altiva” do governo Lula possam ser criticados, é inegável que a forte iniciativa política produzia uma coerência entre diretrizes de política e os movimentos realizados pelos agentes privados. No caso da África, a política externa brasileira se traduziu em programas de cooperação que orientavam os diversos agentes – públicos, privados, programas de assistência técnica, humanitária, diálogos políticos – em uma direção: aumentar a presença política e econômica do Brasil no continente. No governo Dilma, o refluxo da iniciativa na política externa acabou por produzir um vazio, que resultou em um alargamento do espaço para a atuação do setor privado sem que

houvesse diretrizes norteadoras. Esta mudança acabou por se configurar em um cenário mais difícil para a atuação das organizações e movimentos sociais.

A forte influência do agronegócio na formulação das diretrizes da política externa brasileira atravessa todos os governos e todas as áreas, desde as negociações comerciais até os programas de cooperação. No caso da presença brasileira em Moçambique, o que acabou por se traduzir no ProSavana só pode ser entendido se retrocedermos aos anos 80 e entendermos o processo de instalação do modelo de agricultura hoje hegemônico no Cerrado, e que acabou por se projetar em um dos maiores programas da cooperação brasileira na África.

O Prodecer, programa agrícola no Cerrado desenvolvido com apoio da cooperação japonesa nos anos 80, é um dos exemplos de incubação do que veio a ser o poder do agronegócio brasileiro. O Prodecer foi um piloto para a implantação na região de um modelo de agricultura que passou a expulsar camponeses e populações tradicionais, criando extensões intermináveis de desmatamentos e de monocultivos de soja e outras culturas voltadas para exportação que até hoje se reproduzem com base em uso intensivo de agrotóxicos. O piloto do Prodecer se traduz, na atualidade, no modelo em grande escala que o agronegócio segue implantando, modernizando, articulando à cadeia transnacional da indústria alimentar e que, por meio de seu poder político, passou a inspirar as políticas agrícolas nacionais e a influenciar decisivamente alguns programas da cooperação brasileira em seu principal setor, a agricultura, em aberta contradição com as iniciativas de cooperação no campo da segurança alimentar e nutricional.

Ao tentar ampliar-se rumo à África, este modelo encontrou um continente em rápida e violenta expansão da fronteira agrícola, onde governos nacionais se articulam às cadeias transnacionais para transformar a terra em fonte de lucros, produção e exportação de *commodities* para o mercado internacional. A “Savana” africana², em especial, tem sido território de agressivos processos de *land grabbing*³, como é o caso da iniciativa promovida por uma coalizão de governos, bancos, grandes empresas e sob os auspícios do G8, a *New Alliance for Food Security and Nutrition*⁴, criticada por amplos setores da sociedade civil internacional como um novo colonialismo na África por meio da privatização de sementes e mudanças nas leis de terra a favor de investidores privados estrangeiros.

A cadeia transnacional alimentar, seus financiadores, as empresas interessadas, inclusive as brasileiras, tinham como certos seus planos de transformar as terras ao norte de Moçambique em novo território de ex-

2. Sayaka Funada-Classen e Naoko Watanabe ressaltam que, em Moçambique, o termo “Savana” não se usa. Especialmente no norte de Moçambique, onde se concentra a maior parte de floresta, esta não é considerada “Savana”. Este termo foi adotado na lógica governamental e do Banco Mundial pela conotação original de “savana = sem árvores”. Ver <http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/observador-rural-12>

3. *Land grabbing* ocorre quando comunidades camponesas e tradicionais são expropriadas de suas terras e territórios por corporações públicas e/ou privadas, nacionais ou transnacionais, e investidores privados externos. Seus sistemas de vida e de produção são desestruturados para dar lugar a cultivos em larga escala, frequentemente *commodities*, voltados à exportação. Em Moçambique, os camponeses usam o termo “usurpação de terras” para definir este processo.

4 <https://new-alliance.org/>



pansão de seus lucros. Não estava em seus planos encontrar a organização e a resistência de milhões de camponeses, invisíveis para o capital. Os camponeses do norte de Moçambique, suas comunidades, seus sistemas de produção, eram ausentes ou, quando muito, citados de forma marginal nos planos, projetos, documentos oficiais e de empresas e memorandos de entendimento. E hoje, por força de sua organização e mobilização, são o ator central na disputa que se trava na “Savana” africana entre uma agricultura camponesa voltada para a segurança e soberania alimentar do povo e um modelo de agricultura que, mais uma vez na história, visa saquear os recursos naturais da África, neste caso a terra, para alimentar os lucros fora do continente.

A luta dos camponeses moçambicanos, portanto, se insere em um cenário global em que a África se tornou um dos palcos da disputa por novas fronteiras de acumulação e onde as potências tradicionais disputam territórios e recursos naturais com países emergentes do Sul – China e Brasil, em especial, e África do Sul em seu papel de potência regional. Para o Brasil, a cooperação com Moçambique traduz as disputas e contradições pre-



sentes também na sociedade brasileira: a cooperação brasileira se faz com um leque de iniciativas que incluem programas de cooperação técnica em segurança alimentar, saúde, educação, a pesada presença de empresas como a Vale⁵ na exploração da segunda maior mina de carvão a céu aberto do mundo em Moatize, província de Tete – importante ressaltar que a Vale construiu uma linha férrea praticamente privada ligando a mina de Moatize ao porto de Nacala –, a Camargo Correa e a Odebrecht com grandes empreendimentos de infraestrutura, como o aeroporto de Nacala, e grandes empreendimentos agrícolas, como o Grupo Pinesso, para a produção e exportação de *commodities* como o ProSavana. A presença do Brasil em Moçambique não deixa dúvidas de que cooperação técnica, pesados investimentos na internacionalização de empresas e promoção comercial andam de mãos dadas e se reforçam mutuamente.

Em Moçambique, fica evidente que as distintas iniciativas da cooperação brasileira exportam os conflitos existentes na sociedade brasileira, conforme fica explicitado na declaração do presidente da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão, Carlos Ernesto Augustin: “Mo-

Terra usurpada pela Agromoz.
Foto: ADECRU Moçambique

5. A empresa japonesa Mitsui integra a Vale por meio da detenção de 15% das ações e de participação na gestão da empresa. Ver <https://www.mitsui.com/jp/en/innovation/business/vale/index.html>

O PROSAVANA

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR PARA O DESENVOLVIMENTO
DAS SAVANAS TROPICAIS DE MOÇAMBIQUE

Sérgio Schlesinger, em *Cooperação e investimentos do Brasil na África - O caso do ProSavana em Moçambique* (2013), informa que a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial (Bird) publicaram, em 2009, o estudo “Despertando o gigante” (Banco Mundial e FAO, 2009). Segundo o documento, a região de savanas que se estende do Senegal à África do Sul, a chamada Savana da Guiné, que abrange 25 países, tem um potencial cultivável de 400 milhões de hectares, dos quais apenas 10% encontram-se atualmente utilizados. Os casos do Cerrado brasileiro e do Nordeste da Tailândia foram tomados como referencial para avaliar o potencial de aproveitamento de áreas similares da Savana Africana, em Moçambique, Nigéria e Zâmbia. Os produtos escolhidos para a comparação (mandioca, algodão, milho, arroz, soja e açúcar) foram aqueles considerados mais importantes na produção agrícola das regiões correspondentes na Tailândia e no Brasil.

Os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE) indicam que:

“Atualmente, 70% da população de Moçambique vive em zonas rurais e a maioria depende da agricultura de subsistência. Embora se tenham registrado esforços assinaláveis para resolver a questão, a produtividade agrícola extremamente baixa, combinada com uma alta vulnerabilidade dos choques climáticos, significa que um grande número da população sofre de insegurança alimentar crônica e o rendimento dos produtos agrícolas é baixo e imprevisível”.

Em 2010, as províncias mais povoadas eram Nampula e Zambézia, ao norte de Moçambique, ambas com mais de 4 milhões de pessoas, somando 40% do total da população do país. O percentual da população rural nas duas províncias situa-se entre 70 e 80%, uma média mais elevada do que a do conjunto do país.

É nesse contexto que os governos de Moçambique, Brasil e Japão anunciam uma iniciativa conjunta, que seria capaz de aproveitar o conhecimento adquirido com o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), desenvolvido em meados dos anos 1980. Assinala-se, no entanto, que a situação socioeconômica da região do Cerrado brasileiro é significativamente distinta daquela existente na Savana Africana. E que, portanto, novos modelos de desenvolvimento agrícola sustentável, específicos para cada uma das regiões abrangidas, são necessários.

Os órgãos oficiais envolvidos nesta iniciativa destacam ainda que, nestes novos modelos, fatores como segurança humana, segurança alimentar, redução da pobreza no campo e preservação da natureza precisam ser considerados.

Lançado em 2009, o ProSavana é um programa de cooperação triangular entre os Governos de Moçambique, representado pelo Ministério da Agricultura, Brasil, pela ABC e Embrapa, e Japão, pela JICA. É atualmente a maior iniciativa de cooperação da história do Programa de Parceria Japão Brasil (PPJB), lançado em 2000. Sua estrutura compreende a execução de projetos de cooperação técnica que, conforme consta nos documentos oficiais, contribuam para o desenvolvimento agrícola na região norte de Moçambique, conhecida como Corredor de Nacala.

çambique é um Mato Grosso no meio da África, com terra de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete mais barato para a China. Hoje, além de a terra ser caríssima em Mato Grosso, é impossível obter licença de desmate e limpeza de área”.

Uma cronologia do ProSavana e da resistência dos povos

Em setembro de 2009, a assinatura do Memorando de Entendimento “Cooperação Técnica entre o Japão, Brasil e Moçambique” deu início oficial ao ProSavana. Após a assinatura, os diversos órgãos de governo dos três países envolvidos passaram a detalhar os planos, que assim foram publicados em um resumo executivo do programa em junho de 2011:

Concebido como um Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural para o Corredor de Nacala, em Moçambique, o ProSavana-JBM tem como objetivo melhorar a competitividade do setor rural da região, tanto em matéria de segurança alimentar a partir da organização e do aumento da produtividade no âmbito da agricultura familiar, como na geração de excedentes exportáveis a partir do apoio técnico à agricultura orientada para o agronegócio.

O Programa se inspira na experiência adquirida através dos programas brasileiros de desenvolvimento agropecuário realizados em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), principalmente a experiência e os resultados do Programa de Cooperação Japão-Brasil para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) e Programas de Assentamento Dirigido no Distrito Federal (PAD-DF), desenvolvido a partir de 1973.

Do mesmo modo que para o Prodecer, o ProSavana tem um horizonte de 20 anos e está configurado por três projetos: o primeiro com a finalidade de maximizar os atuais conhecimentos dos recursos naturais e socioeconômicos do Corredor de Nacala, e na identificação das tecnologias agrícolas mais adequadas ao desenvolvimento sustentável da agricultura regional – ProSavana-TEC; o segundo, relativo a realização de estudos destinados ao planejamento e execução de projetos produtivos em nível de comunidades visando a instalação de zonas de desenvolvimento modelo; e o terceiro projeto, centrado na elaboração de um plano abrangente de desenvolvimento regional agrícola para o Corredor de Nacala (Plano Diretor)⁶.

Durante os anos de 2011 e 2012, foram realizados alguns encontros entre os governos do Japão e do Brasil visando a promoção do agronegócio em Moçambique. Em abril de 2011, JICA e ABC realizaram, em São

6. “Projeto de melhoria da capacidade de pesquisa e de transferência de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no corredor de Nacala em Moçambique”.

Disponível em <http://www.undp.org.br/Extranet/SAP%20FILES/MM/2011/14740/PROSAVANA-TEC%20-%20RESUMO%20EXECUTIVO.pdf>

Paulo, o “Seminário Internacional sobre Agronegócio em Moçambique: Cooperação Nipo-Brasileira e Oportunidades de Investimentos”. Em junho de 2012, a JICA realizou em Tóquio o seminário sobre a Missão Conjunta dos setores público e privado do Japão, Brasil e Moçambique para a promoção de investimentos agrícolas no Corredor de Nacala. Na ocasião, a GV Agro apresentou o Plano Diretor do ProSavana e o Fundo Nacala – desde então a Fundação Getúlio Vargas e a GV Agro têm tido um papel central na viabilização dos interesses do modelo do agronegócio brasileiro e transnacional, e dos governos envolvidos no ProSavana, no norte de Moçambique. Em julho de 2012, FGV, ABC e Embrapa organizaram, com apoio da JICA, a *Global Fund Launch Event for The Nacala Fund* em Brasília. Um representante da JICA e o embaixador japonês no Brasil participaram do evento.

Também nesta época, passaram a ocorrer visitas de delegações de empresários do agronegócio de Mato Grosso ao norte de Moçambique. Pelo menos uma delas, que incluiu um grupo de 40 empresários, foi organizada e promovida pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Também nesta época, entre 2011 e 2012, as organizações e movimentos sociais de camponeses de Moçambique passaram a tomar conhecimento dos planos dos governos dos três países para o norte do país, onde vivem cerca de 4 milhões de camponeses.

Os movimentos sociais em Moçambique – camponeses, mulheres, organizações em defesa dos direitos humanos – desde então têm sido os protagonistas da resistência ao ProSavana. Antes da articulação em torno do ProSavana, movimentos sociais do Brasil e de Moçambique já estavam em articulação e diálogo sobre outras lutas. Em especial, os Atingidos pela Vale, a Marcha Mundial das Mulheres e a Via Campesina há anos vêm construindo lutas comuns e este campo previamente constituído foi crucial para que a luta contra o ProSavana pudesse se formar em bases sólidas. O Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)/Via Campesina há tempos mantém representantes em Moçambique realizando programas de sementes nativas.

Especificamente sobre o ProSavana e a presença do agronegócio brasileiro em Moçambique, pode-se localizar no ano de 2012 o início do diálogo entre movimentos de ambos os países. Primeiro, em maio daquele ano, um contato inicial e pontual foi feito com um representante da União Nacional dos Camponeses de Moçambique (UNAC), que integra a Via Campesina, durante a Cúpula dos Povos na Rio+20. Também na mesma ocasião a proibição da entrada no Brasil de um membro da Justiça Ambiental de Moçambique desencadeou ações públicas de solidariedade.

Algumas datas marco na articulação dos povos

	Novembro de 2012	Visita da UNAC e ORAM ao Cerrado brasileiro.
Maio de 2013		
Publicação da “Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana”.	2º semestre de 2013	Criação do Grupo Moçambique no Brasil, composto pelos movimentos sociais do campo: MPA, MST, MMC, CONTAG, FETRAF, CPT e CONAQ; redes que atuam em segurança alimentar e nutricional, em especial o FBSSAN; organizações da sociedade civil atuantes na agenda da cooperação brasileira em agricultura e da segurança alimentar e nutricional no Brasil: FASE, INESC e PACS.
Agosto de 2013		
I Conferência Triangular dos Povos. Reuniu mais de 60 movimentos sociais, ambientais, associações camponesas e entidades da sociedade civil de Moçambique, Brasil e Japão. Autoridades de Moçambique, como o Ministro da Agricultura José Pacheco, também participaram. Lançamento do estudo “Cooperação e Investimentos do Brasil na África – O caso do ProSavana em Moçambique”, elaborado pela FASE em parceria com UNAC e ORAM ²⁶ .	Dezembro de 2013	Primeira reunião do Grupo Moçambique com o Instituto Lula, que contou com a exposição de representante da UNAC.
	Dezembro de 2013	Exposição de representante da UNAC na Plenária do CONSEA ²⁷ .
	Junho de 2014	Lançamento da Campanha Nacional Não ao ProSavana.
	Julho de 2014	II Conferência Triangular dos Povos, quando se realizou simultaneamente uma reunião internacional da Campanha Não ao ProSavana.
	Março de 2015	Encontro de Trabalho entre Organizações e Movimentos Sociais para a Cooperação Brasileira em Moçambique em Brasília.

26. http://fase.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Caderno_ProSavana_FASE.pdf

27. <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2013/plenaria-do-consea-debate-cooperacao-internacional>

Moçambicanos visitam o Cerrado brasileiro

Foi no segundo semestre de 2012 que, de fato, iniciou-se um diálogo mais estruturado em torno do ProSavana. As organizações e movimentos camponeses de Moçambique começaram a receber notícias sobre as semelhanças entre o programa de desenvolvimento agrícola planejado para o norte do país e os projetos realizados com apoio da cooperação japonesa nos anos 80 no Cerrado brasileiro. Tendo já um histórico de relações construído, as entidades de Moçambique se articularam com organizações e movimentos sociais do Brasil visando fazer uma visita ao Cerrado. Contaram com o apoio da Oxfam Internacional em ambos os países, em especial da Campanha Cresça.

A FASE, que há quatro décadas atua no Cerrado na luta contra os grandes monocultivos⁷ e na resistência produtiva por meio da agroecologia, organizou a viagem que trouxe ao Brasil representantes da UNAC e da Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM). Antes da visita de campo, a agenda incluiu a participação em um seminário dos movimentos sociais do campo em Cuiabá, capital de Mato Grosso, onde imediatamente se produziram sinergias e identificação de lutas comuns a ambos os lados do Atlântico em prol da soberania e segurança alimentar e nutricional.

A visita de campo, onde foram percorridos cerca de três mil quilômetros ao longo dos focos da grande produção de monocultivos no Mato Grosso, produziu um forte impacto nos representantes das organizações moçambicanas. As largas extensões de soja e cana de açúcar, cujas horas intermináveis de percurso de carro pela estrada não viam o fim, geraram neles o temor de que o mesmo se reproduzisse nas terras das províncias de Niassa, Nampula e Zambézia, onde os camponeses mantêm, de forma tradicional e sem nenhuma assistência técnica ou crédito, uma agricultura voltada para a produção de alimentos de consumo local.

A agenda também incluiu a visita a sindicatos de trabalhadores rurais, a comunidades indígenas e tradicionais, além de conversas com lideranças rurais, pelas quais os moçambicanos puderam conhecer os processos de resistência ao modelo implantado desde os anos 80 e que hoje se reproduz com base em uso intensivo de agrotóxicos com fortes danos à saúde. Os representantes de Moçambique filmaram cenas e gravaram depoimentos, cujo material se transformou em um filme⁸ que serve de base para a formação e debates nas comunidades camponesas ao longo do Corredor de Nacala.

Além da visita ao Cerrado, os representantes da UNAC e ORAM estiveram em Brasília, onde realizaram importantes reuniões com represen-

7. A FASE já publicou um grande número de estudos sobre a expansão da soja, cana e gado no Mato Grosso, além de ter um papel crucial na articulação coletiva de organizações e movimentos sociais na região. Ver em www.fase.org.br

8. "ProSAVANA e FACE OCULTA do Prodecer". Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jUKmyKf5Eok>

tes de governo. Eles também participaram de evento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) de celebração de projetos agroecológicos desenvolvidos por movimentos sociais do campo de todas as regiões do Brasil. Reuniram-se com a presidenta do CONSEA, plantando a primeira semente de uma articulação que resultou em importantes frutos no ano seguinte, quando um representante da UNAC foi convidado para a plenária do CONSEA como palestrante de destaque, e também se traduziu na inclusão do ProSavana como objeto de debate, posicionamentos públicos e recomendações do Conselho⁹.

Carta Aberta apoiada por brasileiros e japoneses

Após o impacto produzido pela visita ao Cerrado, as organizações e movimentos sociais de Moçambique lideraram a construção de um posicionamento conjunto demandando que o ProSavana fosse detido. A “Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana”, escrita por organizações e movimentos de Moçambique, publicada em maio de 2013 e amplamente subscrita e apoiada pelos mais diversos setores da sociedade civil moçambicana, brasileira e japonesa, foi por muito tempo o documento principal da oposição ao projeto, pois foi elaborado após intenso processo de discussão entre as organizações e movimentos de Moçambique, gerando ampla unidade¹⁰. A elaboração da Carta Aberta foi antecedida por um pronunciamento da UNAC, em outubro de 2012, que foi fundamental para a construção da resistência ao ProSavana porque deu início ao engajamento da sociedade civil japonesa nesta luta conjunta, em novembro de 2012¹¹.

No Brasil, a “Carta Aberta” teve imenso impacto dentro do governo, tendo resultado em uma espécie de crise que contribuiu para atrasar e paralisar os planos iniciais e para pressionar os governos a escutarem as demandas dos camponeses. A “Carta Aberta” foi enviada a vários órgãos do governo envolvidos no ProSavana, inclusive a Presidência. Porém nunca houve uma resposta oficial pública. De modo não oficial, alguns representantes de governo responderam com o argumento de que o Brasil só pode se relacionar com o governo de Moçambique; outros se defenderam alegando que “ONGs estrangeiras” estariam por trás da iniciativa. Entre os setores do governo próximos à agricultura familiar e camponesa, a Carta passou a ser uma importante ferramenta a favor de sua atuação e contra os interesses do agronegócio. Do lado dos movimentos sociais a Carta também teve um papel muito importante, pois todos os grandes movimentos que lutam pela terra a subscreveram e colocaram o ProSavana em suas pautas de luta.

9. Tais posicionamentos estão incluídos na Exposição de Motivos 007, de 5 de dezembro de 2013, e podem ser consultados em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/exposicoes-de-motivos/2013/e.m.-no-007-2013/view>

10. “Agronegócio brasileiro invade a África” - <http://www.farmlandgrab.org/post/view/21362-agronegocio-brasileiro-invade-a-africa>

11. A articulação da sociedade civil japonesa para lutar contra o ProSavana é composta por ONGs, acadêmicos e cidadãos.



Oficinas comunitárias.
Foto: ADECRU Moçambique

Ainda no primeiro semestre de 2013 iniciaram-se as reuniões e audiências com representantes de diversos órgãos do governo federal, visando obter informações e apresentar as posições da articulação Sul-Sul. As tentativas de pressão tiveram como primeiro alvo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão responsável pela cooperação brasileira no Ministério das Relações Exteriores (MRE). Mas após diversas tentativas foi constatado que a ABC era tão somente a instância executora e que, portanto, era preciso dirigir a pressão às instâncias responsáveis pela formulação e decisão.

As organizações e movimentos brasileiros se depararam com um processo decisório sem institucionalidade definida, sem regras claras e, portanto, de difícil possibilidade de incidência. Constatando na prática a falta que faz a existência de uma instância de debate e processamento dos distintos interesses que norteiam a formação da política externa brasileira, em especial a cooperação para o desenvolvimento e a cooperação Sul-Sul, estas organizações decidiram mapear os atores públicos e privados que, de fato, tinham poder de decisão sobre os rumos do ProSavana. Depararam-se com um labirinto, onde circulam e decidem em ambientes privados ministérios (Relações Exteriores, Agricultura), empresas do agronegócio,

fundações, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV / GV Agro) – responsável pela elaboração do Plano Diretor do ProSavana e do Fundo Nacala¹² – Instituto Lula, programas multilaterais de cooperação em segurança alimentar e nutricional, Fundação Gates¹³, entre outros.

Em meio a uma miríade de atores públicos e privados, as organizações constataram a centralidade do Instituto Lula na formulação e decisão sobre a presença do Brasil na África, em geral, e sobre o ProSavana, em particular. O Instituto Lula, uma instituição não-governamental, tem por missão contribuir para o combate à fome na África e para tal mobiliza instâncias públicas, empresas, instituições e programas internacionais. A premissa adotada pelo Instituto Lula é que a fome na África é um problema urgente e o seu enfrentamento requer o envolvimento do setor privado. Premissa semelhante é adotada no Brasil, onde a agricultura empresarial predomina como modelo agrícola e agrário do país, ancorada em histórica base política de apoio (a chamada “bancada ruralista”) que se reflete em forte presença no poder Executivo e na destinação de recursos orçamentários, créditos e apoio de políticas e programas públicos.

Visando institucionalizar o diálogo e fortalecer alianças com setores do governo sensíveis às demandas dos movimentos sociais do campo, em maio de 2013 logrou-se incluir o ProSavana na pauta da 8ª reunião do Comitê Permanente de Assuntos Internacionais (CPAI) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (ver p.26).

Neste momento, portanto, a ABC reconhecia que havia problemas de informação e de comunicação e alegava que as distorções e percepções negativas seriam revertidas quando o terceiro eixo do ProSavana – PEM¹⁴, voltado para a assistência técnica e cujo início estava mais atrasado do que os demais, começasse a operar. Os representantes da ABC alegavam inclusive que as visões de ATER estavam sendo reformuladas, voltando-se mais para as demandas da agricultura familiar. No entanto, os movimentos sociais do campo já haviam constatado que a interlocução prioritária deveria se deslocar da ABC para uma instância política, onde a correlação de forças fosse mais favorável, e a reunião no CONDRAF foi um marco neste sentido.

Mobilização em Moçambique, Brasil e Japão

A articulação entre organizações e movimentos sociais dos três países começou a surtir efeito e foi fortalecida pelo intenso trabalho de *advocacy* e pressão sobre o governo do Japão, realizado pelas organizações e apoiadores daquele país, cuja cooperação por meio da JICA (Agência de Coope-

12. O Fundo Nacala foi um instrumento financeiro privado internacional, cuja sede seria em Luxemburgo, concebido para financiar projetos agrícolas de natureza privada na região do Corredor de Nacala, em Moçambique. Embora não tenha sido concebido para ser um instrumento oficial de promoção de desenvolvimento do ProSavana, suas linhas de atuação eram expressamente alinhadas às estratégias apontadas pelo Plano Diretor e com a premissa de alinhamento entre investimentos públicos e privados. <http://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/fundo-nacala-estrutura-original-e-desdobramentos/>

13. A Bill & Melinda Gates Foundation atua em diversas frentes na África, inclusive em apoio a projetos de combate a fome por meio de biofortificação.

14. PEM: Projeto de Modelos de Desenvolvimento Agrícola Comunitários com Melhoria do Serviço de Extensão Agrária. <http://www.prosavana.gov.mz/prosavana-pem-1/?lang=pt-pt>

QUESTIONAMENTOS EM PAUTA NO BRASIL

Nathalie Beghin, do INESC e CONSEA, resumiu em suas notas de forma precisa o estado em que se encontrava o debate naquele momento:

ProSavana: Atendendo a demandas dos movimentos do campo, o CPAI introduziu o ProSavana na pauta de sua 8ª reunião. Representante da ABC/MRE descreveu essa estratégia de cooperação. O ProSavana possui três eixos, a saber: (i) fortalecimento das capacidades de pesquisa, implementado por meio de parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto de Pesquisa Agrária de Moçambique (IIAM) – em andamento; (ii) elaboração de Plano Diretor, sendo realizado pela FGV Agro que ganhou concorrência a partir de Termo de Referência elaborado pelos três países; (iii) ATER.

Foi destacado que o Prodecer serve de referência para o ProSavana e que o mesmo busca se articular com os planos nacionais do governo moçambicano, como, por exemplo, o Programa Estratégico de Desenvolvimento do Setor Agrícola (PDSA). O representante da ABC fez ainda os seguintes destaques:

- O ProSavana representa inovação na cooperação Sul-Sul brasileira, uma vez que corresponde não mais à atuação pontual do Brasil, mas a uma concepção integrada que busca solucionar graves problemas globais nos campos da segurança alimentar e da inclusão social.
- O Brasil levou em consideração críticas feitas pelos movimentos do campo de Moçambique, especialmente a UNAC, no que se refere ao conteúdo e aos processos de implementação do ProSavana. Nesse sentido foram tomadas medidas tais como: agendamento de consultas a organizações locais; criação de um Comitê de Comunicação – que é integrado pelos três países e reporta ao Ministério da Agricultura de Moçambique; lançamento de um sítio *web* no domínio do governo moçambicano; elaboração de material de divulgação em linguagem simples e acessível a todos; e, inclusão de mecanismos de escuta no eixo Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).
- A elaboração do Plano Diretor está em andamento; ainda não existem documentos aprovados pelos países. A partir de pressões da sociedade civil e de outras demandas, os documentos estão sendo revistos, inclusive deverão incluir os resultados de consultas à sociedade civil moçambicana, especialmente na região de Nampula.
- A cooperação brasileira é pautada pelos princípios da soberania nacional, da não condicionalidade e da não ingerência. Nesse sentido, a atuação do Brasil é limitada às demandas e necessidades expressas pelo poder público moçambicano.

No debate que se seguiu foram tecidas críticas e apresentadas propostas, particularmente por parte das organizações e movimentos sociais presentes à reunião. No que se refere aos questionamentos ao ProSavana, cabe destacar:

- Exportação de modelo inspirado no Prodecer que estimula o agronegócio e desestrutura a agricultura familiar local, além dos terríveis impactos ambientais resultantes da monocultura e da agricultura intensiva no uso de agrotóxicos e de transgênicos.
- Opacidade na implementação da cooperação – tanto no Brasil como em Moçambique. Não existe transparência em torno da iniciativa.
- Ausência de mecanismos efetivos de escuta dos principais interessados, isto é, os agricultores familiares moçambicanos e suas organizações.
- Falta de participação social na elaboração do ProSavana no Brasil.
- Não valorização de conhecimentos e práticas ancestrais dos camponeses locais.
- Ameaça à sobrevivência de cerca de 5 milhões de pequenos agricultores que não possuem titulação de suas terras. Com efeito, o ProSavana tem resultado em processos de *land grabbing* em Moçambique, pois é considerado por setores do agronegócio do Brasil e de outros países como a nova fronteira agrícola.
- Foi destacado que, no geral, organizações e movimentos do campo em Moçambique não querem o fim do ProSavana, mas, sim, seu redesenho no sentido de fortalecer sistemas de produção da agricultura familiar e camponesa do país.
- Diante desses problemas, foram apresentadas propostas, tais como:
 - Discutir e disputar o conteúdo da cooperação brasileira nos campos agrícola e agrário. O CONDRAF e o CONSEA são espaços onde esse debate deve ocorrer.
 - Reforçar a importância da institucionalização da participação social na construção de políticas públicas. Nesse sentido sugeriu-se: (i) apoiar intercâmbios de organizações e movimentos do campo de Moçambique e do Brasil; (ii) abrir um quarto eixo no ProSavana de “fortalecimento de capacidades de participação social”.
 - Valorizar e reconhecer conhecimentos e práticas de organizações camponesas locais por meio da realização de estudo específico. Da mesma forma que a FGV Agro foi contratada para fazer o Plano Diretor, é possível elaborar termo de referência voltado para demandas, necessidades e interesses dos agricultores familiares do corredor de Nacala.
 - Incentivar a utilização de práticas agroecológicas.

ração Internacional do Japão) avançava no ProSavana e em diálogos políticos regionais e bilaterais, como é o caso da Conferência Internacional (de Tóquio) para o Desenvolvimento da África (TICAD) realizada em maio/junho de 2013 no Japão¹⁵. Somou-se também à mobilização a denúncia de organizações internacionais e movimentos sociais globais em luta contra a expansão da cadeia transnacional do agronegócio.

Ainda no primeiro semestre de 2013, os governos começaram a reagir às demandas dos camponeses por serem ouvidos e terem acesso à informação e transparência com reuniões nas províncias e em Maputo, chamadas de “consultas”, mas que na verdade eram sessões em que representantes governamentais transmitiam informações muito superficiais sobre os supostos benefícios que o ProSavana traria para os camponeses. Estas reuniões não visavam escutar os camponeses, mas apenas cumprir a necessidade de um protocolo de apresentação rudimentar de informações que depois constava como realização de consultas com a sociedade civil em documentos públicos.

Neste período, as chamadas “consultas” não disponibilizavam os documentos oficiais, e algumas organizações de Moçambique conseguiram, em abril de 2013, por meios não oficiais, ter acesso ao “rascunho zero” do Plano Diretor do ProSavana; ou seja, embora o documento devesse ser disponibilizado ao público, o acesso a ele ocorreu de modo não público. Os movimentos sociais dos três países se organizaram para realizarem a leitura e análise coletiva de seu conteúdo, entenderem e cruzarem informações sobre o planejamento de culturas para cada área do Corredor de Nacala, as empresas envolvidas, as fontes de financiamento, os potenciais impactos nas províncias e comunidades, as semelhanças com a agricultura empresarial do Brasil, as conexões com o mercado internacional de grãos, dentre outros aspectos (cf. Schlesinger, 2013). Os conteúdos presentes na primeira versão do Plano Diretor do ProSavana foram então transformados em materiais de informação e debate junto aos camponeses que seriam afetados. A UNAC fez um grande esforço de debate junto às suas bases.

As informações contidas no Plano Diretor geraram um grande impacto entre os camponeses. Temendo a usurpação de suas terras – que em Moçambique são públicas e oferecidas aos camponeses em regime de concessão de uso – construiu-se numa primeira fase uma forte unidade na resistência. Este foi o momento no qual os governos estiveram mais acuados, e se viram obrigados a gerar respostas às demandas dos camponeses e da articulação trinacional. Algumas destas respostas incluíram, em primeiro lugar, a partir do primeiro semestre de 2013, a intensificação das “consultas” e o recrudescimento da acusação de que organizações brasileiras e japonesas estariam exercendo ingerência externa em assuntos de Moçambi-

15. “África, o novo ‘campo de batalha’ entre o Japão e a China”. Disponível em http://www.rm.co.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=9743%3Aprosavana-nao-ira-usurpar-terras-guebuza&catid=1%3Aultimas&Itemid=50



que. Ainda assim, neste período, o diretor da ABC organizou reunião com organizações moçambicanas na Embaixada do Brasil em Maputo, enquanto no Brasil realizavam-se também reuniões e audiências para disponibilização rudimentar de informações. Também neste momento alegava-se que o ProSavana era um programa do governo de Moçambique e, portanto, ele, e apenas ele, poderia divulgar seus documentos oficiais.

A seguir, à medida que a pressão aumentava, o governo brasileiro, em especial a ABC, passou a adotar a narrativa de que havia falhas de comunicação no ProSavana e que estas seriam a origem exclusiva das críticas¹⁶. Tendo esta premissa, os governos decidiram começar a contratar empresas de consultoria especializadas em comunicação e a disponibilizar as informações oficiais, ainda que de modo seletivo e superficial, e um site com esta finalidade foi criado.

O diálogo e a articulação produzidos pela visita ao Brasil e pela coleta de assinaturas para a “Carta Aberta” se desdobraram em um convite para representantes da FASE irem a Moçambique em agosto de 2013. A agenda

Reunião com comunidades atingidas em Nampula, 2013.

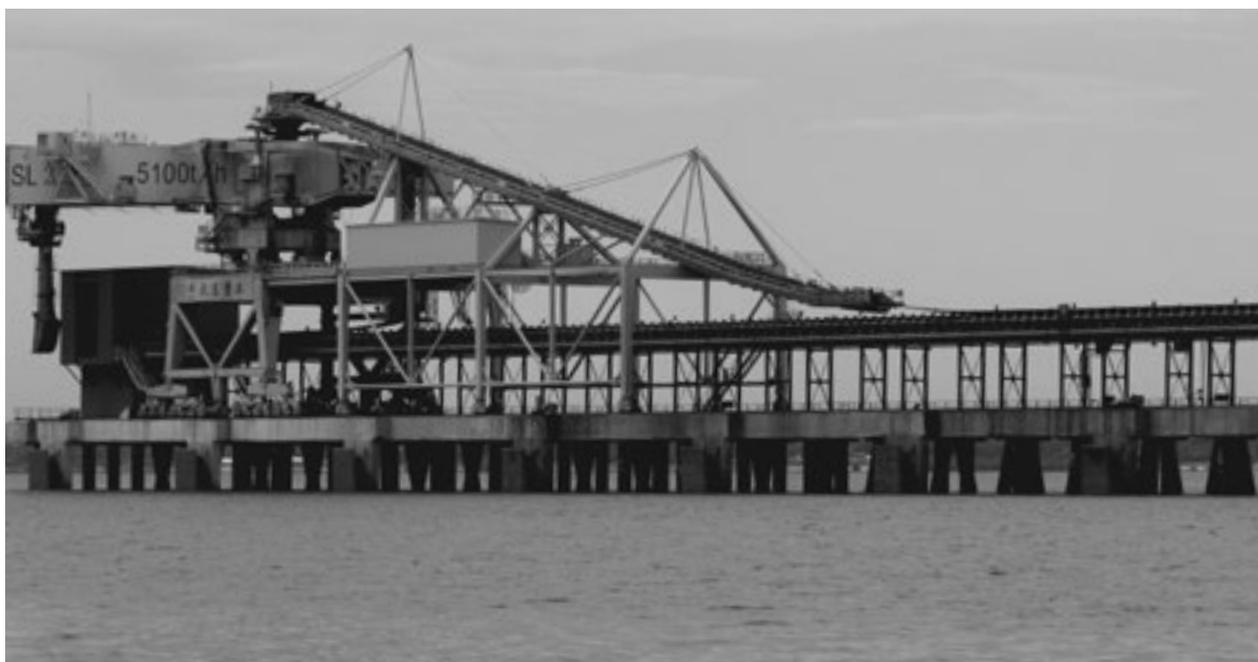
Foto: Sérgio Schlesinger / FASE

16. “Brasil reconhece falhas no ProSavana”. In *Savana. Independência e Integridade*. Maputo, 12 de abril de 2013. Disponível em http://macua.blogs.com/files/savana1005_12.04.2013.pdf, pág. 12

incluiu a realização de reuniões de articulação com organizações moçambicanas, de âmbito nacional e provincial, da qual participaram pelo lado brasileiro representantes da FASE e do MPA/Via Campesina, que à época realizava importante trabalho de intercâmbio camponês de base agroecológica em parceria com a UNAC. Esta reunião foi fundamental para deslançar todo o processo de articulação Sul-Sul, de realização de diagnósticos e troca de informações, de identificação de lutas e visões comuns e de criação de uma agenda de curto e médio prazos.

Nesta reunião foram debatidas e aprovadas as mensagens públicas principais sobre as quais se passaria a atuar em conjunto: a “Carta Aberta” seguiria sendo o documento principal e a unidade da resistência estava ali constituída. Era preciso priorizar a demanda por acesso à informação e transparência, pois naquele momento a informação disponível era parca e distorcida e as consultas aos camponeses não existiam; a luta seria comum aos três países, pois a responsabilidade é dos três governos; cada organização e movimento teria a responsabilidade de lutar em seu país; a responsabilidade do Brasil é a exportação de um modelo fracassado, já que as empresas com planos de ir para Moçambique são objeto de conflitos no Brasil; era preciso apontar também a responsabilidade do Brasil no Programa Mais Alimentos, no qual as indústrias de máquinas e tratores para agricultura de larga escala não servem aos camponeses. Seria preciso demandar um programa de apoio aos camponeses e a seus sistemas de produção, proporcionar os meios para a produção camponesa se fortalecer e respeitar os verdadeiros donos da terra, que são os camponeses. Também era necessário questionar sempre a narrativa de que existe muita terra disponível em Moçambique, salientar que os camponeses estão em risco de perderem suas terras, e que não existem terras sem uso; a questão da terra seria sempre o tema crucial; e que era uma ofensa ao povo moçambicano insinuar que brasileiros escreveram a “Carta Aberta”, como se os movimentos moçambicanos não tivessem autonomia e capacidade para tal.

Na mesma ocasião realizou-se a I Conferência Triangular dos Povos, a qual produziu um forte impacto na agenda política do país. Contando com a participação de representantes de organizações camponesas das províncias a serem atingidas pelo ProSavana e diversas organizações de âmbito nacional, além de representantes de organizações sociais do Brasil e do Japão, a conferência recebeu o então Ministro da Agricultura de Moçambique e diversos outros representantes do governo. No entanto, os representantes do governo brasileiro e japonês não participaram de modo a reforçar a narrativa de que “o ProSavana é um programa do governo moçambicano”. O impacto público desta conferência foi memorável.



Além das reuniões e da conferência em Maputo, representantes da FASE, Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM), UNAC, Oxfam NOVIB, Oxfam Internacional do Brasil e de Moçambique e Actionaid Moçambique realizaram visitas de campo a Niassa e Nampula, onde se reuniram com redes, fóruns e representações camponesas, visitaram comunidades e dialogaram com camponeses. Viram *in loco* o peso da presença de empresas brasileiras na construção de portos e aeroportos em Nacala e de grandes silos para armazenagem e exportação de grãos escoados pelo chamado Corredor de Nacala. A falta de infraestrutura, de eletricidade, de qualquer apoio à produção e comercialização camponesa ao longo do Corredor contrastava fortemente com a infraestrutura gigante voltada à exportação que estava sendo construída na chegada em Nacala.

O retorno ao Brasil trouxe junto a certeza de que a luta contra a expansão do modelo e das empresas do agronegócio brasileiro para o norte de Moçambique só poderia ser travada se, do lado moçambicano, as organizações que representam os camponeses e que lutam por direitos e justiça no país estivessem unificadas e se, do lado brasileiro, todos os movimentos sociais do campo se engajassem nessa luta. Também seria crucial o crescente engajamento de organizações e apoiadores no Japão, já comprometidos com esse combate desde o seu início, com vistas a alterar o padrão de financiamento dos planos da JICA para o Corredor de Nacala.

Porto de carvão em Nacala.
Foto: ADECRU Moçambique

17. No início de abril de 2013 houve o primeiro vazamento do Plano Diretor por membros da equipe técnica que elaborou a sua primeira versão.

18. No Brasil, a Carta foi assinada pelas seguintes organizações, movimentos sociais e coletivos: Amigos da Terra Brasil; Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Associação Brasileira de ONGs (Abong); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Comissão Pastoral da Terra – MT; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); FASE – Solidariedade e Educação; Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF); Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD); Fórum de Direitos Humanos e da Terra do Mato Grosso (FDHT-MT); Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança alimentar e Nutricional (FBSSAN); Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social; Fórum de Lutas de Cáceres – MT; Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA/UFMT); Grupo Raízes; Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase); Instituto Caracol; Instituto de Estudos Socioeconômicos do Brasil (Inesc); Justiça Global; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP); Rede Axé Dudu; Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA); Sociedade Fé e Vida; e Vida Brasil.

Em uma primeira fase (que permaneceu até meados de 2014) em Moçambique, todas as organizações e os movimentos sociais que apoiam a luta camponesa e por direitos estiveram unidos para cobrar transparência, acesso à informação sobre a elaboração do Plano Diretor do ProSavana¹⁷, consulta aos camponeses, suspensão do avanço do programa e fortalecimento dos planos e programas nacionais de apoio à produção camponesa. Como foi mencionado, esta unidade se expressou no lançamento da “Carta Aberta”.

Neste período, no Brasil, a FASE e o MPA foram determinantes para a ampliação da articulação com todos os movimentos sociais do campo. Usando a “Carta Aberta” como ferramenta de informação e mobilização, criou-se entre as redes, fóruns, instituições, ONGs e, principalmente, entre movimentos de trabalhadores, trabalhadoras, agricultores e agricultoras familiares e camponeses e camponesas um forte compromisso para barrar a exportação do modelo do agronegócio brasileiro para Moçambique¹⁸.

A percepção sempre foi a de que não se trata apenas de solidariedade internacional, embora este seja um componente central, mas também da percepção de uma luta comum, já que a expansão do agronegócio para Moçambique seria igualmente perversa para a soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil, pois fortaleceria a cadeia transnacional que articula o agronegócio brasileiro ao mercado internacional da indústria alimentar. Informações vindas dos movimentos sociais brasileiros davam conta de que grandes fazendeiros e empresas anunciavam que iam deixar o Cerrado para buscar em Moçambique terras gratuitas – já que as terras moçambicanas são públicas e são disponibilizadas em regime de concessão de uso aos camponeses – e ausência de qualquer tipo de regulação social, trabalhista ou ambiental.

Mudança de narrativa dos governos e novos desafios para as organizações sociais

Frente à crescente pressão e mobilização da articulação dos povos e, em especial, das organizações e movimentos sociais moçambicanos, o momento seguinte foi marcado por mudanças na narrativa e nos conteúdos do ProSavana. Uma nota conceitual foi lançada pelo governo de Moçambique em outubro de 2013, na qual se observava uma mudança significativa em relação à versão anterior do Plano Diretor. A “Nota Conceptual da Elaboração do Plano Director do Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala” não mais mencionava exportações, não focalizava nas “culturas de alto valor e *commodities*” tão mencionadas na versão anterior e não citava o Prodecer como referência. Segundo o documento, agora a base de referência seria o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PED-

SA). Afirmava-se ter havido um amplo processo de entrevistas e consultas. O centro do argumento da Nota era a baixa produtividade da agricultura de pousio, quase sem geração de excedentes e com baixa geração de renda, e a proposta de ampliar a agricultura sob contrato para aumentar a produtividade. Embora não estivesse claro se se tratava apenas de uma mudança de discurso ou de alterações concretas no programa, o fato é que a pressão e mobilização dos camponeses e da articulação trinacional revelava estar surtindo forte efeito. Posteriormente esta Nota deixou de ser acessível no site oficial do ProSavana¹⁹.

As mudanças gradativas da narrativa promovidas pelos governos e documentos oficiais foram cruciais para a redefinição dos rumos do movimento de resistência, até então unitário. A partir de fins de 2013 e início de 2014, as mudanças começaram a alterar a percepção de alguns setores que representam os camponeses sobre o ProSavana. Neste momento também passaram a ocorrer ameaças a líderes dos camponeses e de organizações da sociedade civil locais e nacionais de Moçambique. Diversas reuniões de “consultas”, reunindo atores do governo e da sociedade que no passado lutaram juntos nas guerras de libertação nacional, em meio a uma ausência estrutural de alternativas de apoio à produção camponesa, acabou por começar pouco a pouco a alterar as percepções de setores do campesinato sobre o ProSavana e a trazer divisões ao movimento. Um conjunto de atitudes por parte dos governos produziam percepções variadas entre os camponeses: as “consultas” se intensificavam, os camponeses apresentavam claramente suas demandas, mas suas propostas nunca eram de fato aceitas e a lógica do programa não era modificada. O programa seguia prometendo melhorias ao campesinato, mas nas províncias o que se experimentava era a usurpação de terras. Esta distância entre as palavras e os fatos foi gerando um crescente cansaço e descrença nas tentativas de negociação e pressão visando alterar os rumos do programa e acabou sendo crucial para a formação da Campanha Não ao ProSavana.

Mesmo diante deste cenário, a realização da Segunda Conferência Triangular dos Povos, em julho de 2014, foi mais um momento de contundente demonstração de capacidade de organização e mobilização das organizações e movimentos sociais camponeses de Moçambique. A conferência contou com a participação de amplas representações camponesas vindas das províncias atingidas pelo ProSavana, entidades e redes nacionais que atuam na luta pela terra, direitos humanos, das mulheres, justiça ambiental, acadêmicos e parceiros internacionais, além da presença de representantes dos três governos em momentos específicos. A delegação de organizações e movimentos sociais do campo do Brasil foi muito representativa e atuante, tendo contado com representantes das direções da

19. Uma crítica à Nota, elaborada pelos parceiros do Japão, pode ser encontrada em <http://www.farmlandgrab.org/post/view/22964-japanese-experts-analysis-the-concept-note-for-formulation-of-agricultural-development-master-plan-in-the-nacala-corridor>

CONTAG²⁰, MPA, MMC, CONAQ, MST, FBSSAN, FASE, Oxfam Internacional no Brasil e ActionAid Brasil.

A Segunda Conferência Triangular, embora tenha significado a consolidação da luta e da incrível capacidade das organizações e movimentos sociais moçambicanos de, ao mesmo tempo, enraizar a resistência na base e internacionalizar o debate, revelou também que nem todas as organizações que originalmente tinham iniciado a luta permaneciam com força no processo. Algumas que foram muito centrais no início participaram apenas de forma tímida na Segunda Conferência.

Um mês antes da Segunda Conferência, em junho, foi lançada a Campanha Nacional Não ao ProSavana²¹, que estabeleceu um novo marco na luta. Junto com a Segunda Conferência foi realizada a primeira reunião internacional da Campanha Não ao ProSavana, que contou com a presença muito representativa de organizações e movimentos sociais dos três países e internacionais de Moçambique, participou um amplo leque de organizações, movimentos e redes das províncias e nacionais, porém com algumas ausências significativas, revelando que a campanha já nascia como uma delimitação de campo. Nesta reunião foi acordado um sólido plano com estratégias desde o trabalho na base até componentes de internalização da resistência.

Já no marco da Campanha, em março de 2015, houve em Brasília um encontro de trabalho entre organizações e movimentos sociais do Brasil e de Moçambique, onde os participantes acordaram um planejamento para dar continuidade aos seus trabalhos em duas frentes: alimentar a Campanha Não ao ProSavana e avançar na construção de uma agenda propositiva de cooperação entre ambos os países (ver quadro p. 35).²²

A mobilização até aquele momento logrou resultados. Forçou a realização de consultas aos camponeses, que culminaram com a realização das chamadas auscultações públicas às comunidades atingidas pelo ProSavana entre abril e junho de 2015. Tais auscultações, no entanto, foram duramente criticadas por um amplo conjunto de organizações e movimentos sociais, que demandaram inclusive a sua invalidação²³, ao mesmo tempo em que eram tema de denúncia em conferência de imprensa triangular em Tóquio. Sayaka Funada-Classen e Naoko Watanabe informam que as denúncias tiveram grande impacto sobre o governo japonês, que havia planejado e financiado com recursos públicos as auscultações para legitimar o Plano Diretor do ProSavana, o que fez a JICA decidir avançar drasticamente em suas tentativas de cooptar a sociedade civil moçambicana.

Na ocasião do encontro de trabalho entre organizações e movimentos sociais do Brasil e de Moçambique em Brasília, em março de 2015, a delegação de Moçambique apresentou a seguinte agenda, que expressa bem a consistência e consolidação da parceria e diálogo:

20. <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=9745&mt=1&data=25/07/2014%2010:26:42&nw=1&idjn=0>

21. <http://www.farmlandgrab.org/post/view/23578-campanha-nacional-nao-ao-prosavana>

22. Participaram deste encontro de Moçambique: ADECRU, Justiça Ambiental, LIVANINGO, UNAC. Do Brasil: ActionAid, CONTAG, CPT, FASE, FBSSAN, FES, INESC, MMC, MPA, MST, Oxfam.

23. <https://adecru.wordpress.com/2015/06/04/chamada-dos-povos-para-invalidacao-imediata-da-auscultacao-publica-do-plano-director-do-prosavana/>

COOPERAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA E MOÇAMBICANA

A sociedade civil moçambicana ciente das vantagens resultantes do processo de cooperação com outras nações do além-fronteiras sentiu a necessidade de estabelecer um processo de cooperação com vista a denunciar actos maléficos perpetuados pelo capitalismo assim como, para maximizar as suas pautas de luta contra as ideias do capitalismo desenfreado.

Portanto, a existência de uma história comum que caracterizou as duas sociedades, ligado a luta pela independência contra o colonialismo português, adicionado ao uso da língua comum, contribuiu na atração, articulação e por sua vez no processo de cooperação entre os povos de Brasil e de Moçambique.

Todavia, a entrada massiva das empresas, projectos e programas de desenvolvimento de origem brasileira no território Moçambicano, elevou maior abertura e maior envolvimento da sociedade civil brasileira e Moçambicana no processo cooperação.

Contudo, as acções protagonizadas pela empresa Vale do Rio Doce durante o processo de instalação em Moçambique e por sua vez, o processo de exploração de carvão na província de Tete, adicionado aos impactos danosos perpetrado pela mesma às comunidades de Moatize; a participação da empresa Camargo e Correia na futura Barragem de Mpadkua; a implementação do Prosavana em

II Conferencia Triangular dos Povos 2014. Foto: JA! Justiça Ambiental / Amigos da Terra Moçambique



Moçambique, um programa que visa a produção de monoculturas num espaço correspondente a 14.5 milhões de hectares de terra, num espaço habitado por cerca de 4.5 milhões de famílias que usam esta terra para a produção de comida, aproximou mais os dois povos que vem na obrigação de travar os males que estão a ser perpetrados pelas empresas brasileiras em Moçambique.

Portanto, no âmbito da cooperação entre a Sociedade civil de Moçambique e Brasil, a delegação de Moçambique constituída pela UNAC, Justiça Ambiental, Livaningo, ADECRU, Liga dos Direitos Humanos; Forum Mulher; Kulima e AAAJC propõem que a cooperação seja vista a dois níveis:

1. A NÍVEL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (POVOS DE BRASIL E MOÇAMBIQUE).

A delegação de Moçambique propõem que, durante o processo de cooperação entre os dois povos, deve haver:

- Maior engajamento e entrega dos dois povos nos programas que visam fortalecer o campesinato moçambicano, tais como o PAA-África, programa de produção, conservação, melhoramento de sementes nativas e na elaboração de propostas de políticas viradas ao apoio do campesinato;
- Engajamento da sociedade civil brasileira na vigilância e monitoria de todas as políticas, programas e projectos de cooperação propostos e materializados pelos governos de Moçambique e Brasil;
- Maior pressão dos dois povos ao governo de Moçambique e Brasil para que não sejam importados programas e projectos que põem em causa a soberania dos povos, particularmente no que diz respeito a segurança na posse de terra dos camponeses, sustentabilidade do meio ambiente e exploração racional dos recursos naturais de Moçambique;
- Cooperar para salvaguardar que o modelo de agronegócio que está a ser importado para Moçambique não contribua para o surgimento de povos sem terra;
- Trabalhar conjuntamente de forma a consolidar a soberania alimentar, combatendo de várias formas a actividade de produção de monoculturas viradas para a exportação;
- Combater o programa prosavana até as últimas consequências;
- Criar condições para a importação de boas práticas de produção alimentar baseadas na agroecologia de modo a garantir a Segurança alimentar e nutricional ao povo moçambicano;
- Pressionar as multinacionais e empresas brasileiras com maior destaque para a Vale, Embrapa e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para que não possam desestabilizar o tecido sociocultural e económico das comunidades moçambicanas.
- Promover a participação das mulheres rurais nos projectos e programas de desenvolvimento direccionados para o sector de agricultura;
- Promover o empoderamento das mulheres a nível das comunidades dos dois povos;
- Participação na elaboração de políticas, programas e projectos que visam mitigar os efeitos das mudanças climáticas nas comunidades, a nível de Brasil e Moçambique;
- Criar condições para que haja formação e troca de experiência entre as duas comunidades ligados a agroecologia e outras áreas de grande importância, tendo em conta a necessidade de cada povo;

2. A NÍVEL DA COOPERAÇÃO ENTRE OS DOIS ESTADOS (GOVERNO BRASILEIRO E MOÇAMBICANO)

- Exige-se que a cooperação entre os dois governos possa pautar por incentivo de políticas viradas para o sector agrário centralizado no apoio à agricultura camponesa, cujas prioridades assentam-se no acesso ao crédito rural, serviços de extensão agrária, sistemas de irrigação, valorização das sementes nativas e resistentes às mudanças climáticas, infra-estruturas rurais ligadas a criação de capacidade produtiva e políticas de apoio à comercialização rural;
- Que o governo do Brasil apoie políticas e que pautem igualmente pela preservação de recursos florestais e faunísticos, e não pela remoção da vegetação natural de extensas áreas para conversão em campos agrícolas de produção de monoculturas ou commodities;
- Que o governo brasileiro paralise todas as actividades que estão a ser efectuadas no âmbito do ProSavana especialmente na região do Corredor de Nacala;
- Que o governo do Brasil e de Moçambique averigue e impulsione a construção de um diálogo inclusivo e participativo e desencadeie consultas públicas e comunitárias para certificar os anseios das famílias ao longo do Corredor de Nacala.
- Que o governo brasileiro e moçambicano cooperem com iniciativas que vão de acordo com as reais necessidades da maior parte da população moçambicana que por sinal encontram-se nas zonas rurais;
- Que o corredor logístico de Nacala que está ser construída pela Vale, não se especialize apenas na exportação de carvão, mas sim no escoamento da produção dos camponeses e que permita a mobilidade de bens e pessoas residentes ao longo do corredor;
- Que todo e qualquer programa e projecto de desenvolvimento assinado dentro da cooperação entre os dois governos deve garantir o envolvimento da sociedade civil moçambicana e brasileira;
- Que todo e qualquer projecto de cooperação deve conter a responsabilidade social;
- A cooperação deve garantir e respeitar o tecido socio cultural de cada país;
- Que os projectos e programas assinados no âmbito de cooperação entre os dois governos a serem implementados em Moçambique, deve ser aceite pelas comunidades moçambicanas;
- Que os dois governos apoiem as iniciativas ligadas a formação, treinamento e troca de experiências promovido pela Sociedade Civil de Brasil e de Moçambique;
- Os dois governos devem promover políticas e programas que visam promover a soberania alimentar para garantir a segurança alimentar;
- Que os dois governos participem no processo de organização dos camponeses;
- Garantir que alguns dos projectos e programas virados para o sector da agricultura, sejam geridos pela sociedade civil;
- Desencorajar o uso de mão-de-obra campesina para promover o agronegócio;
- Que os dois governos reconheçam e legitime o processo de cooperação existente entre a sociedade civil brasileira e moçambicana.

Lições e novos desafios

Desde o início da resistência ao ProSavana, os governos adotaram estratégias múltiplas com vistas a dividir e enfraquecer a luta camponesa pelo direito à terra no norte de Moçambique, incluindo, conforme mencionado, a realização de consultas superficiais e enganosas, promessas falsas e omissões sobre os conteúdos do projeto. Porém, a unidade ampla da resistência passou a ser quebrada de modo mais contundente a partir da cooptação de importantes lideranças e organizações, conforme expresso em um comunicado da Campanha Não ao ProSavana de janeiro de 2016²⁴. As denúncias contidas no comunicado vieram a se confirmar com a criação, em fevereiro de 2016, do Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala, cujo objetivo seria “trabalhar para o engajamento das OSC na revisão e finalização do Plano Director do ProSavana, como forma de incorporar e acautelar as demandas legítimas feitas pelas Organizações da Sociedade Civil no âmbito do Programa”²⁵.

A resistência contra o ProSavana tornou-se uma referência para os movimentos sociais na África e a nível global acerca da construção de uma luta ampla contra o *land grabbing*. Esta luta trouxe e continua trazendo importantes êxitos, desafios e lições para as estratégias futuras dos povos.

Não há dúvida de que a pressão unitária, dentro e fora de Moçambique, em torno de uma pauta mínima – acesso à informação, transparência e o direito à consulta – logrou importante sucesso. Foi capaz de criar uma crise que paralisou os planos iniciais do ProSavana, alterou sua narrativa e adiou a conclusão do Plano Director do programa.

A articulação Sul-Sul dos povos frente ao ProSavana aponta também para importantes lições acerca de novas dinâmicas de solidariedade internacional. Os tradicionais modelos de solidariedade Norte-Sul deram lugar a uma articulação com base nas injustiças geradas pelo mesmo modelo nos países do Sul, estabelecendo uma dinâmica da articulação entre Brasil e Moçambique com base em uma luta comum pelo direito à terra, à segurança e à soberania alimentar.

Os desafios colocados à frente estão relacionados à necessidade de articulação da resistência com a construção de alternativas, o que ficou claramente apontado no plano de trabalho da Campanha na reunião de março de 2015 em Brasília. O projeto de soberania e segurança alimentar e nutricional dos camponeses e agricultores familiares dos dois lados do Atlântico precisa se viabilizar economicamente para que possa ter condições de disputar com o modelo do agronegócio representado pelo ProSavana.

24. Campanha Não ao ProSavana denuncia as irregularidades do processo de Diálogo sobre o ProSavana. Disponível em <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Comunicado-de-Imprensa-Prosavana-marginaliza-e-exclui-a-Campanha-N%C3%A3o-ao-Prosavana-do-processo-de-dialogo-corrigida.pdf>

25. Comunicado de Imprensa do ProSavana. Disponível em http://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2016/02/FINAL_COMMUNICADO-DE-IMPRESA.pdf

Referências

Fontes adicionais de informação

Recursos para buscar dados e pesquisas:

Agência Pública – “A multinacional que veio do Brasil”: <http://apublica.org/2016/02/a-multinacional-que-veio-do-brasil/>

Agência Pública – “Sede de África – Entrevista Celso Amorim”: <http://apublica.org/2016/03/sede-de-africa/>

Brasil no Mundo – <http://brasilnomundo.org.br/>

BRICS Policy Center – <http://bricspolicycenter.org/homolog>

Farmlandgrab – <http://www.farmlandgrab.org/>

IESP/UERJ – <http://www.iesp.uerj.br/>

Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE) – www.ine.gov.mz

Land Matrix – <http://landmatrix.org/en/get-the-idea/global-map-investments>

Observatório do Meio Rural - <http://omrmz.org/omrweb/>

Site oficial do ProSavana - <http://www.prosavana.gov.mz>

Site Por Dentro da África - <http://www.pordentrodaafrica.com/>

Referências *online* e bibliografia adicional

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo M. de. “Cooperação brasileira para o desenvolvimento na África: Qual o papel da democracia e dos direitos humanos?”. *Conectas direitos humanos*, dezembro de 2013. Disponível em <http://www.conectas.org/pt/acoes/sur/edicao/19/1000451-cooperacao-brasileira-para-o-desenvolvimento-na-afri-ca-qual-o-papel-da-democracia-e-dos-direitos-humanos>

BEGHIN, Nathalie. “A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional na Área de Segurança Alimentar e Nutricional: Avanços e Desafios – Onde estamos e para onde vamos?”. INESC, agosto de 2014. Disponível em <http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/a-cooperacao-brasileira-para-o-desenvolvimento-internacional-na-area-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-avancos-e-desafios-onde-estamos-e-para-onde-vamos>

BEGHIN, Nathalie. “O Brasil e a cooperação para o desenvolvimento”. *Carta capital*, abril de 2015. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/o-brasil-e-a-cooperacao-para-o-desenvolvimento-6155.html>

CHICHAVA, Sergio; DURÁN, Jimena - “Civil society organisations’ political control over Brazil and Japan’s development cooperation in Mozambique: More than a mere whim?”. Working Paper N°. 2. 2016. Disponível em <http://www.lse.ac.uk/internationalRelations/centresand>

- nits/globalsouth/documents/LSE-GSU-Working-Papers/working%20papers/LSE-Working-Paper-chichava-Duran.pdf
- FERREIRA, Wallace. “Política externa brasileira para a África nos governos FHC, Lula e Dilma”. Mundorama, março de 2016. Disponível em <http://www.mundorama.net/2016/03/19/politica-externa-brasileira-para-a-africa-nos-governos-fhc-lula-e-dilma-reflexoes-sobre-mudancas-e-incertezas-por-walace-ferreira/>
- MELLO, Fátima. “O que quer o Brasil com o ProSavana”, FASE, março 2013. Disponível em <http://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/o-que-quer-o-brasil-com-o-prosavana/>
- MELLO, Fátima. “Camponeses Erguem Suas Vozes e Mudam o Jogo no ProSavana”, FASE, agosto de 2013. Disponível em <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2013/agosto/camponeses-erguem-suas-vozes-e-mudam-o-jogo-no-prosavana>
- ROSSI, Amanda. “Moçambique: o Brasil é aqui”. Por dentro da África, agosto de 2015. Disponível em <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/livro-mocambique-o-brasil-e-aqui-conta-a-influencia-do-brasil-no-pais-africano>
- SCHLESINGER, Sergio. “Cooperação e investimentos do Brasil na África - O caso do ProSavana em Moçambique”, FASE, 2013. Disponível em http://fase.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Caderno_Prosavana_FASE.pdf

Artigos e documentos

- “Agronegócio brasileiro invade a África”. Disponível em <http://www.farmlandgrab.org/post/view/21362-agronegocio-brasileiro-invade-a-africa>
- “África, o novo ‘campo de batalha’ entre o Japão e a China”. Disponível em http://www.rm.co.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=9743%3Aprosavana-nao-ira-usurpar-terras-guebuza&catid=1%3Aultimas&Itemid=50
- “Brasil reconhece falhas no ProSavana”. In *Savana. Independência e Integridade*. Maputo, 12 de abril de 2013. Disponível em http://macua.blogs.com/files/savana1005_12.04.2013.pdf, pág. 12
- “Campanha Nacional Não ao ProSavana”. Disponível em <http://www.farmlandgrab.org/post/view/23578-campanha-nacional-nao-ao-prosavana>
- “Campanha Não ao ProSavana denuncia as irregularidades do processo de Diálogo sobre o ProSavana”. Não ao ProSavana, fevereiro de 2016. Disponível em <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Comunicado-de-Imprensa-Prosavana-marginaliza-e-exclui-a-Campanha-N%C3%A3o-ao-Prosavana-do-processo-de-dialogo-corrigida.pdf>

- Carta aberta para deter e reflectir de forma urgente o Programa ProSavana. <http://www.farmlandgrab.org/post/view/22136-carta-aberta-para-deter-e-reflectir-de-forma-urgente-o-programa-prosavana>
- Comunicado de Imprensa do ProSavana. Disponível em http://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2016/02/FINAL_COMMUNICADO-DE-IMPRESA.pdf
- “Despertando o gigante”. Banco Mundial e FAO, 2009. Disponível em http://siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/sleeping_giant.pdf
- “How Brazil missed its golden South-South co-operation moment”. The Conversation. Disponível em <http://theconversation.com/how-brazil-missed-its-golden-south-south-co-operation-moment-56189>
- “Japanese experts analysis: “The Concept Note for formulation of agricultural development Master Plan in the Nacala Corridor””. Disponível em <http://www.farmlandgrab.org/post/view/22964-japanese-experts-analysis-the-concept-note-for-formulation-of-agricultural-development-master-plan-in-the-nacala-corridor>
- “O PAA África e a participação da sociedade civil: visões, limites, e caminhos para o futuro”, documento de apoio à Plenária do CONSEA, setembro de 2015. Disponível em http://paa-africa.org/pt/wp-content/uploads/sites/6/2015/09/PAA_Africa_Participacao_Social_REvCGFOME_final.pdf
- “O ProSavana tem críticos no Brasil”. *Verdade*, dezembro de 2012. Disponível em <http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/32896-o-prosavana-tem-criticos-no-brasil>
- “PEM: Projeto de Modelos de Desenvolvimento Agrícola Comunitários com Melhoria do Serviço de Extensão Agrária”. Disponível em <http://www.prosavana.gov.mz/prosavana-pem-1/?lang=pt-pt>
- “Propostas para uma política nacional de cooperação internacional, no campo da segurança alimentar e nutricional”. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/exposicoes-de-motivos/2013/e.m.-no-007-2013/view>
- “Sustentabilidade e coexistência pacífica do uso e aproveitamento de terras em Moçambique – Os Contornos do ProSavana”. ORAM, setembro de 2012. Disponível em <http://www.oram.co.mz/publicacoes.html>

ANEXO

Carta aberta para deter e reflectir de forma urgente o Programa ProSavana²⁸

CARTA ABERTA DAS ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS MOÇAMBICANAS
DIRIGIDA AOS PRESIDENTES DE MOÇAMBIQUE, BRASIL E PRIMEIRO-MINISTRO DO
JAPÃO /MAIO DE 2013

Sua Excelência Senhor Presidente da República
de Moçambique, Armando Guebuza
Sua Excelência Senhora Presidente da República
Federativa do Brasil, Dilma Rousseff
Sua Excelência Senhor Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe

Excelências;

O Governo da República de Moçambique, em parceria com os Governos da República Federativa do Brasil e do Japão, lançou, oficialmente, em Abril de 2011, o Programa ProSavana. O referido programa resulta de uma parceria trilateral dos três governos com o objectivo de, supostamente, promover o desenvolvimento da agricultura nas savanas tropicais do Corredor de Nacala, no Norte de Moçambique.

A estratégia de entrada e implementação do ProSavana assenta-se e fundamenta-se na necessidade, justificadamente, prioritária de combate à pobreza e no imperativo nacional e humano de promoção do desenvolvimento económico, social e cultural do nosso País. Aliás, estes têm sido os principais argumentos usados pelo Governo de Moçambique para justificar a sua opção pela política de atracção de Investimento Directo Estrangeiros (IDE) e consequente implantação de grandes investimentos de mineração, hidrocarbonetos, plantações de monoculturas florestais e agronegócios destinados a produção de commodities.

Nós, camponeses e camponesas, famílias das comunidades do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil moçambicanas, reconhecendo a importância e urgência do combate à miséria e da promoção do desenvolvimento soberano e sustentado, julgamos oportuno e crucial expressar as nossas preocupações e propostas em relação ao Programa ProSavana.

O Programa ProSavana já está a ser implementado através da componente “Quick Impact Projects” sem nunca ter sido realizado, discutido pu-

28. Disponível em <http://www.farmlandgrab.org/post/view/22136-carta-aberta-para-deter-e-reflectir-de-forma-urgente-o-programa-prosavana>

blicamente e aprovado o Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental, uma das principais e imprescindíveis exigências da legislação moçambicana para a implementação de projectos desta dimensão, normalmente classificados como de Categoria A.

A amplitude e grandeza do Programa ProSavana contrastam com o incumprimento da lei e total ausência de um debate público profundo, amplo, transparente e democrático impedindo-nos, (camponeses e camponesas, famílias e a população), desta forma, de exercer o nosso direito constitucional de acesso à informação, consulta, participação e consentimento informado sobre um assunto de grande relevância social, económica e ambiental com efeitos directos nas nossas vidas.

No entanto, desde Setembro de 2012 temos vindo a realizar um amplo debate e encontros alargados com diversos sectores da sociedade moçambicana. De acordo com os últimos documentos que tivemos acesso, o Programa ProSavana constitui uma mega parceria entre os Governos de Moçambique, Brasil e Japão que irá ocupar uma área estimada em 14.5 milhões de hectares de terra, em 19 distritos das Províncias de Niassa, Nampula e Zambézia, alegadamente, destinada para o desenvolvimento da agricultura em grande escala nas savanas tropicais, localizadas ao longo do Corredor de Desenvolvimento de Nacala.

Depois de vários debates ao nível das comunidades dos Distritos abrangidos por este programa, com autoridades governamentais moçambicanas, representações diplomáticas do Brasil e Japão e suas respectivas agências de cooperação internacional (Agência Brasileira de Cooperação-ABC e Agência de Cooperação Internacional do Japão-JICA), constatamos haver muitas discrepâncias e contradição nas insuficientes informações e documentos disponíveis, indícios e evidências que confirmam a existência de vícios de concepção do programa; irregularidades no suposto processo de consulta e participação pública; sérias e iminentes ameaças de usurpação de terras dos camponeses e remoção forçada das comunidades das áreas que ocupam actualmente.

Senhor Presidente de Moçambique, Senhora Presidente do Brasil e Senhor Primeiro-Ministro do Japão, a cooperação internacional deve alicerçar-se com base nos interesses e aspirações dos povos para construção de um mundo mais justo e solidário. Entretanto, o Programa ProSavana não obedece esses princípios e os seus executores não se propõem, muito menos, se mostram disponíveis a discutir, de forma aberta, as questões de fundo associadas ao desenvolvimento da agricultura no nosso País.

Senhor Presidente Armando Guebuza gostaríamos de lembrar que sua excelência, juntamente com milhões de moçambicanos e moçambicanas,

sacrificou grande parte da sua juventude, lutando para libertar o povo e a terra da opressão colonial. Desde esses tempos difíceis, camponeses e camponesas, com os pés firmes na terra, se encarregaram de produzir comida para a nação moçambicana, erguendo o País dos escombros da guerra para a edificação de uma sociedade independente, justa e solidária, onde todos pudessem sentir-se filhos desta terra libertada.

Senhor Presidente Guebuza, mais de 80% da população moçambicana tem na agricultura familiar o seu meio de vivência, respondendo pela produção de mais de 90% da alimentação do País. O ProSavana constitui um instrumento para criação de condições ótimas para entrada no País de corporações transnacionais, as quais irão, inevitavelmente, alienar a autonomia das famílias camponesas e desestruturar os sistemas de produção camponesa, podendo provocar o surgimento de famílias sem terra e aumento da insegurança alimentar, ou seja, a perda das maiores conquistas da nossa Independência Nacional.

Senhora Presidente Dilma Rousseff, a solidariedade entre os povos moçambicano e brasileiro vem desde os difíceis tempos de luta de libertação nacional, passando pela reconstrução nacional durante e após os 16 anos de guerra que Moçambique atravessou. Mais do que ninguém, a Senhora Presidente Dilma sofreu a opressão e foi vítima da ditadura militar no Brasil e conhece o custo da liberdade. Actualmente, dois terços dos alimentos consumidos no Brasil são produzidos por camponeses e camponesas e não pelas corporações que o Governo Brasileiro está a exportar para Moçambique através do ProSavana.

Senhora Presidente Dilma Rousseff, como se justifica que o Governo Brasileiro não dê prioridade ao Programa de Aquisição de Alimentos de Moçambique, o qual nós camponeses e camponesas apoiamos e incentivamos? Paradoxalmente, todos os meios financeiros, materiais e humanos, a vários níveis, são alocados para o desenvolvimento do agronegócio promovido pelo ProSavana. Como se justifica que a cooperação internacional entre o Brasil, Moçambique e Japão que devia promover a solidariedade entre os povos converta-se num instrumento de facilitação de transacções comerciais obscuras e promova a usurpação de terras comunitárias que de forma secular usamos para a produção de comida para a nação moçambicana e não só?

Senhor Primeiro-Ministro Shinzo Abe, o Japão, através da JICA, durante décadas contribuiu para o desenvolvimento da agricultura e outros sectores no nosso País. Repudiamos a actual política de cooperação do Governo Japonês com Moçambique no sector agrário. Mais do que o investimento em mega infra-estrutura no Corredor de Nacala para possibi-

litar o escoamento de commodities agrícolas, através do Porto de Nacala, bem como o apoio financeiro e humano ao ProSavana, entendemos que a aposta japonesa deve concentrar-se na agricultura camponesa, a única capaz de produzir alimentos adequados em quantidades necessárias para a população moçambicana, assim como promover um desenvolvimento sustentado e inclusivo.

Digníssimos representantes dos povos de Moçambique, Brasil e Japão, vivemos uma fase da história marcada pela crescente demanda e expansão de grandes grupos financeiros e corporativos transnacionais pela apropriação e controlo de bens naturais em nível global, transformando-os em mercadoria e assumindo-os como uma oportunidade de negócios.

Excelências, diante dos factos apresentados, nós, camponeses e camponesas de Moçambique, famílias das comunidades rurais do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil, denunciámos e rejeitámos com urgência:

- A manipulação de informações e intimidação das comunidades e organizações da sociedade civil que se opõem ao ProSavana, apresentando alternativas sustentáveis para o sector agrícola;
- Os iminentes processos de usurpação de terras das comunidades locais por corporações brasileiras, japonesas e nacionais; bem assim de outras nações.
- O ProSavana fundamenta-se no aumento da produção e produtividade baseada em monoculturas de exportação (milho, soja, mandioca, algodão, cana de açúcar, etc), que pretende integrar camponeses e camponesas nesse processo produtivo exclusivamente controlado por grandes corporações transnacionais e instituições financeiras multilaterais, destruindo os sistemas de produção da agricultura familiar;
- A importação das contradições internas do modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira para Moçambique.

Diante das denúncias atrás apresentadas, nós camponeses e camponesas de Moçambique, famílias das comunidades rurais do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil solicitamos e exigimos uma intervenção urgente de V.Excias Senhor Presidente de Moçambique, Senhora Presidente do Brasil e Senhor Primeiro-Ministro do Japão, na qualidade de mandatários legítimos dos vossos povos, com o objectivo de travar de forma urgente a lógica de intervenção do Programa ProSavana que trará impactos negativos irreversíveis para as famílias camponesas tais como:

- O surgimento de famílias e Comunidades Sem Terra em Moçambique, como resultado dos processos de expropriações de terras e consequentes reassentamentos;
- Frequentes convulsões sociais e conflitos sócio-ambientais nas comunidades ao longo do Corredor de Nacala, e não só;
- Agravamento e aprofundamento da miséria nas famílias das comunidades rurais e redução de alternativas de sobrevivência e existência;
- Destruição dos sistemas de produção das famílias camponesas e consequentemente a insegurança alimentar;
- Aumento da corrupção e de conflitos de interesse;
- Poluição dos ecossistemas, solos e recursos hídricos como resultado do uso excessivo e descontrolado de pesticidas, fertilizantes químicos e agrotóxicos;
- Desequilíbrio ecológico como resultado de desmatamento de extensas áreas florestais para dar lugar aos mega projectos de agronegócio.

Assim, nós camponeses e camponesas, famílias das comunidades do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil nacionais signatárias desta Carta Aberta manifestamos, publicamente, a nossa indignação e repúdio contra a forma como o Programa ProSavana tem sido concebido e tende a ser implementado nas nossas terras e comunidades do nosso País.

Defendemos o desenvolvimento da agricultura baseado em sistemas de produção e não em produtos, ou seja, a não destruição da lógica produtiva familiar que para além de questões económicas incorpora sobretudo a lógica de ocupação de espaços geográficos, a dimensão social e antropológica, que tem se revelado muito sustentável ao longo da história da humanidade.

Os movimentos sociais e organizações signatárias desta Carta Aberta dirigem-se à V.Excias Senhor Presidente Armando Guebuza, Senhora Presidente Dilma Rousseff e Senhor Primeiro-Ministro Shinzo Abe, na vossa qualidade de chefes de Governo e de Estado e legítimos representantes dos povos de Moçambique, Brasil e Japão para requerer:

- Que mandem tomar todas as medidas necessárias para suspensão imediata de todas as acções e projectos em curso nas savanas tropicais do Corredor do Desenvolvimento de Nacala no âmbito da implementação do Programa ProSavana;
- Que o Governo de Moçambique mande instaurar um mecanismo inclusivo e democrático de construção de um diálogo oficial amplo com todos os sectores da sociedade moçambicana, particularmente campo-

neses e camponesas, povos do meio rural, comunidades do Corredor, organizações religiosas e da sociedade civil com o objectivo de definir as suas reais necessidades, aspirações e prioridades da matriz e agenda de desenvolvimento soberano;

- Que todos os recursos humanos, materiais e financeiros alocados ao Programa ProSavana sejam realocados na definição e implementação de um Plano Nacional de Apoio a Agricultura Familiar sustentável (sistema familiar), defendido há mais de duas décadas pelas famílias camponesas de toda a República de Moçambique, com o objectivo de apoiar e garantir a soberania alimentar de mais de 16 milhões de moçambicanos que têm na agricultura o seu principal meio de vida;
- Que o Governo moçambicano priorize a soberania alimentar, agricultura de conservação e agroecológica como as únicas soluções sustentáveis para a redução da fome e promoção da alimentação adequada;
- Que o Governo moçambicano adopte políticas para o sector agrário centradas no apoio à agricultura camponesa, cujas prioridades assentam-se no acesso ao crédito rural, serviços de extensão agrária, sistemas de irrigação, valorização das sementes nativas e resistentes às mudanças climáticas, infra-estruturas rurais ligadas a criação de capacidade produtiva e políticas de apoio e incentivo à comercialização rural;

Finalmente e em função do enunciado acima, nós camponeses e camponesas moçambicanas, famílias das comunidades rurais do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil exigimos uma cooperação entre os Países assente nos interesses e aspirações genuínas dos povos; uma cooperação que sirva para a promoção de uma sociedade mais justa e solidária. Sonhamos com um Moçambique viável e melhor, onde todos os moçambicanos e moçambicanas possam sentir-se filhos desta terra, unidos e engajados na construção de um Estado cuja soberania emana e reside no Povo.

Maputo, aos 28 de Maio de 2013

ORGANIZAÇÕES/MOVIMENTOS SOCIAIS MOÇAMBICANAS SIGNATÁRIAS:

1. Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU)
2. Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades (AAAJC) -Tete
3. Associação Nacional de Extensão Rural (AENA)
4. Associação de Cooperação para o Desenvolvimento (ACCOORD)

5. AKILIZETHO-Nampula
6. Caritas Diocesana de Lichinga-Niassa
7. Conselho Cristão de Moçambique (CCM)- Niassa
8. ESTAMOS – Organização Comunitária
9. FACILIDADE-Nampula
10. Justiça Ambiental/Friends of The Earth Mozambique
11. Fórum Mulher
12. Fórum das Organizações Não Governamentais do Niassa (FONAGNI)
13. Fórum Terra-Nampula
14. Fórum das Organizações Não Governamentais de Gaza (FONG)
15. Kulima
16. Liga Moçambicana de Direitos Humanos-LDH
17. Livaningo
18. Organização para Desenvolvimento Sustentável (OLIPA-ODES)
19. Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM)-Delegação de Nampula
20. Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM)- Delegação de Lichinga-Niassa
21. Plataforma Provincial da Sociedade Civil de Nampula
22. Rede de Organizações para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (ROADS) Niassa
23. União Nacional de Camponeses-UNA

ORGANIZAÇÕES/MOVIMENTOS SOCIAIS INTERNACIONAIS SUBSCRITORAS:

1. Alter Trade Japan Inc.- Japan
2. Amigos da Terra Brasil
3. Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) -Brasil
4. Associação Brasileira de ONGs (Abong)
5. Association for the Taxation of Financial Transactions for the Aid of Citizens (ATTAC) - Japan
6. Africa Japan Forum (AJF) -Japan
7. Alternative People's Linkage in Asia (APLA) -Japan
8. Association of Support for People in West Africa (SUPA) -Japan
9. Central Única dos Trabalhadores (CUT) -Brasil
10. Comissão Pastoral da Terra (CPT) -Brasil
11. Comissão Pastoral da Terra (MT) -Brasil
12. Confederação Nacional de Trabalhadores de Agricultura (CONTAG) -Brasil
13. FASE - Solidariedade e Educação -Brasil
14. Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) - Brasil
15. Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB)

16. Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FOR-MAD) -Brasil
17. Fórum de Direitos Humanos e da Terra do Mato Grosso (FDHT-MT) -Brasil
18. Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança alimentar e Nutricional (FBSSAN) -Brasil
19. Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social do Brasil
20. Fórum de Lutas de Cáceres - MT-Brasil
21. GRAIN International
22. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA/UFMT) -Brasil
23. Grupo raízes -Brasil
24. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) -Brasil
25. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas (Ibase) - Brasil
26. Instituto Caracol (iC) -Brasil
27. Instituto de Estudos Socioeconómicos do Brasil (Inesc)
28. Japan International Volunteer Center (JVC) -Japan
29. Justiça Global-Brasil
30. La Via Campesina- Região África 1
31. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-Brasil
32. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) -Uruguai
33. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) – Brasil
34. Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA) -Brasil
35. Mozambique Kaihatsu wo Kangaeru Shiminno Kai - Japan
36. Network for Rural-Urban Cooperation -Japan
37. No-Pesticides Action Network in Tokyo(NPANT - Japan
38. ODA Reform Network (ODA-Net) - Japan
39. Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP)
40. Rede Axé Dudu-Brasil
41. Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA) -Brasil
42. Sociedade fé e vida-Brasil
43. Vida Brasil

Mais 72 subscrições individuais nacionais e internacionais



Camponesa do norte de Moçambique
Foto: Japan International Volunteer Center

PARTE II

ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO DIRETOR DO PROSAVANA

A PARTIR DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA EM DEFESA DA
SOBERANIA ALIMENTAR E DA AGROECOLOGIA

ESTA ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO DIRETOR DO PROSAVANA RESPONDE A UMA DEMANDA FEITA PELAS ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS DA CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA EM MOÇAMBIQUE QUE PRONTAMENTE ASSUMIMOS COMO TAREFA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL DOS POVOS. A ANÁLISE FOI REALIZADA PELO PESQUISADOR SÍLVIO ISOPPO PORTO COM BASE NOS ACÚMULOS DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA EM DEFESA DA SOBERANIA ALIMENTAR E DA AGROECOLOGIA. REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS QUE ATUAM NA RESISTÊNCIA TRIANGULAR DOS POVOS AO PROSAVANA ENVIARAM VALIOSOS COMENTÁRIOS À PRIMEIRA VERSÃO DESTES DOCUMENTOS, ENRIQUECENDO O CONTEÚDO DESTA ANÁLISE. O AUTOR E A FASE AGRADECEM EM ESPECIAL A RENÉ MACHOCO E VANESSA CABANELAS, DA JUSTIÇA AMBIENTAL! MOÇAMBIQUE; A KARINA KATO, DO INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL (PACS) E CPDA-UFRRJ; A ISOLETE WICHINIESKI, DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) E AO FÓRUM BRASILEIRO DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (FBSSAN). DIANA AGUIAR (FASE) E MARIA EMÍLIA PACHECO (FASE / CONSEA) TAMBÉM COMENTARAM E DIALOGARAM COM O AUTOR AO LONGO DA REALIZAÇÃO DESTA ANÁLISE.

A primeira parte desta análise apresenta alguns antecedentes à Versão Zero do Plano Diretor do ProSavana. A segunda parte mergulha propriamente no Plano Diretor e apresenta suas discrepâncias. A terceira e última parte trata de considerações finais, que busca estabelecer a correlação entre a experiência brasileira em segurança alimentar e nutricional, agroecologia e as políticas voltadas à agricultura familiar e camponesa como o marco referencial a ser adotado no âmbito dessa cooperação tripartite.

Alguns antecedentes à análise da Versão Zero do Plano Diretor do ProSavana

As premissas para o desenvolvimento econômico
do Corredor de Nacala

Moçambique é um país que tem um grande potencial econômico, ao mesmo tempo que enfrenta sérios problemas estruturais, tais como o analfabe-

tismo, altos índices de desnutrição e mortalidade infantil e o desemprego, que representam uma situação extremamente complexa para suplantar. Esta condição impõe ao país a 3ª pior posição mundial, entre os 187 países avaliados, em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Moçambique ocupa a 185ª, com IDH de apenas 0,327 (PNUD, 2013), deixando o país somente à frente da República Democrática do Congo (0,304) e do Níger (0,304), empatados na última posição.

Além dos problemas estruturais e sociais, o Estado moçambicano apresenta baixa capacidade de investimento. A “descoberta recente de abundantes recursos naturais (reservas de carvão e outros minerais, gás, terra e clima para exploração florestal, de *commodities* agrícolas e bens alimentares) reforçou a estratégia de desenvolvimento” (GARCIA; KATO, 2015, p. 11)¹, por meio da atração de investidores internacionais. Existem, ainda, outros investimentos previstos, como a construção de barragens. O Governo, por sua vez, tem se utilizado dessa vantagem comparativa para atrair esses investimentos, com o intuito de viabilizar a exploração desses recursos naturais e produção de energia, em nome do crescimento econômico e de investimentos na área social.

Em 2009, a partir da Cúpula do G8, foi assinado um Acordo, proposto pelos Estados Unidos, denominado “A Nova Aliança Global para a Segurança Alimentar e Nutricional”, que contou com assinatura de quarenta países, instituições financeiras internacionais e organizações multilaterais. Na esteira desse acordo, foi assinado um acordo-quadro com Moçambique, que proporcionou a elaboração do Plano Nacional de Investimentos do Sector Agrário (PNISA) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA). Segundo a organização não-governamental (ONG) espanhola GRAIN, “o PNISA foi moldado de modo a responder em primeiro lugar aos interesses das grandes potências mundiais, especialmente os países do G8 e suas empresas, sob o pretexto de fortalecer a ‘segurança alimentar e nutricional’ de Moçambique”. GRAIN registra, ainda, que, a partir do acordo-quadro, o governo de Moçambique promoveu mudanças legais - incluindo a Lei de Terras, sementes e fertilizantes - para facilitar o estabelecimento dos investimentos externos do agronegócio (UNAC e GRAIN, 2015).

No contexto agrícola, está em curso a disponibilização de grandes áreas públicas que apresentam maior potencial produtivo, em especial no Norte do país, para a implantação de megaprojetos agrícolas por empresas estrangeiras, visando promover a produção de *commodities* para exportação, tais como soja, milho e algodão, e plantio de cana de açúcar para produzir etanol, entre outros produtos. Segundo avaliação da GRAIN, “os principais grupos industriais do sector de alimentos e agronegócios do mundo estão

1. A pesquisa que embasou esse artigo é parte do projeto “Direitos Humanos e Indústria Extrativa”, da Justiça Global juntamente com o PACS e a Rede Justiça nos Trilhos, e parte do projeto “A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional com Angola e Moçambique: entre o discurso solidário e prática pragmática” (chamada MCTI/CNPq/MEC/CA-PES n. 43/2013) da Universidade Federal da Bahia.

cada vez mais interessados em África”, tendo em vista que “os mercados do Norte estão saturados, e para empresas como a Monsanto, Olam, Yara e Nestlé, a África é uma fonte quase inexplorada para a obtenção de novas receitas” (*idem*). Em paralelo a esse processo, vem sendo implementada a recuperação e ampliação da infraestrutura logística viabilizando a interligação das regiões produtoras aos portos mais estratégicos do país. Neste trabalho, vamos dedicar especial atenção à análise da proposta do governo de Moçambique para o Corredor de Nacala, a partir da estratégia estabelecida para assegurar o desenvolvimento econômico dessa região, por meio do Acordo de cooperação tripartite firmado entre os governos de Moçambique, Brasil e Japão (ProSavana).

Importante entender que antes do ProSavana o governo de Moçambique estabeleceu o Projeto das Estratégias de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala, denominado PEDEC-Nacala (2014), tendo como principal foco a recuperação e ampliação da *infraestrutura de transporte, juntamente com a exploração mineral* (grifo nosso), com o intuito de assegurar o desenvolvimento econômico desta Região. Diz, também, que o PEDEC (2014, p. 1-2) é um projeto de ‘Desenvolvimento Dinâmico e Inclusivo’ e que por isto deve levar em consideração o potencial da Região, assegurando o desenvolvimento de “outros sectores económicos, mas também a necessidade inclusiva de gestão ambiental, desenvolvimento de recursos humanos e o desenvolvimento institucional”.

Em 2004, a Vale, mineradora multinacional brasileira, estabeleceu-se em Moçambique com o objetivo de extrair carvão mineral, como parte integrante das estratégias contidas no PEDEC-Nacala e em função das boas relações diplomáticas entre Brasil e Moçambique (GARCIA e KATO, 2015, p. 12). A instalação e posteriormente a duplicação da mina foram realizadas em conjunto com as construtoras brasileiras Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez, que logo ganharam espaço na economia do país. Ao chegar em Moçambique para viabilizar a exportação do carvão, a Vale investiu na recuperação de 575 quilômetros de ferrovia, interligando Moatize ao Porto da Beira. Esta estrada de ferro – chamada de linha do Sena – passou a operar comercialmente em 2011, permitindo à Vale exportar anualmente 11 milhões de toneladas de carvão, além de operar com carga geral e com transporte de passageiros, por meio do funcionamento de 500 comboios¹.

A mina de Moatize, na Província do Tete, explorada pela Vale, representa uma das maiores reservas de carvão do mundo e tem se mostrado uma peça central na estratégia empresarial da multinacional brasileira. Por sua vez, a rota do Sena é limitada para viabilizar a ampliação do volume ex-

1. Mais informações no site da Vale: <http://www.vale.com/mo-zambique/pt/aboutvale/across-world/paginas/default.aspx>

portado, em função das dificuldades de operar no Porto da Beira. Possivelmente esse foi um dos motivos que contribuiu para a Vale estabelecer novos investimentos em logística no Corredor de Nacala e provavelmente por este corredor ser considerado o mais estratégico de Moçambique desde o período da colonização portuguesa, por facilitar o acesso ao interior da África a partir do Porto de Nacala. Segundo o PEDEC (Versão 3, Vol. 1, 2014, p. 2-3):

Além do mais, outro factor tem surgido para trazer o desenvolvimento no Corredor de Nacala e suas áreas adjacentes. Este factor são os projectos de exploração de carvão em larga escala na Província de Tete. A reserva de carvão encontrado na Província de Tete é enorme e de alta qualidade. A produção esperada de carvão na Província de Tete apresentada (sic) quantidades equivalentes a 50 milhões de toneladas/ano em 2016 e 75 milhões de toneladas/ano em 2020. Neste momento, várias minas de carvão já estão a operar e outras minas de carvão começarão a sua operação dentro de cinco anos. [...] Esta produção imensa de carvão exige ao menos três rotas de exportação constituídas de ferrovias e portos de mar.[...] Uma das rotas mais promissoras é a rota que aproveita o Corredor de Nacala, que sai de Moatize passa por Malawi, entra pelo Corredor de Nacala até Porto de Nacala.

A movimentação do Porto de Nacala foi retomada em 2007, a partir da ampliação do fluxo de navios de grande porte. Neste mesmo período, foram iniciadas as obras de pavimentação de alguns trechos de rodovias que percorrem o Norte do país. Esses investimentos são considerados estratégicos para a viabilização do Corredor de Nacala, como um dos principais eixos logísticos de Moçambique. Esses investimentos contaram com apoio financeiro da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), além de outros bancos (PEDEC, 2014, p. 1-2).

Nesse sentido, a expectativa do governo para dinamizar a economia regional de Nacala passa, em boa medida, por iniciativas que pretendem viabilizar a infraestrutura logística e impulsionar o escoamento de *commodities* agrícolas e minerais, em particular do carvão e gás natural, de cargas em geral e de *containers*. Por outro lado, essa estratégia tem recebido muitas críticas pelos impactos sociais e ambientais que estão causando. Neste sentido, o governo tem procurado minimizar as reações contrárias a esses grandes empreendimentos privados, buscando legitimar esses projetos por meio do discurso de que os ganhos gerados pela exploração de gás natural e carvão contribuirão para o desenvolvimento da economia agrícola do país e para a melhoria da qualidade de vida da população moçambicana em geral.

Segundo Classen (2013, p. 4), professora associada da Universidade de Tóquio, o ProSavana pode ser analisado a partir de quatro fases, sendo a primeira iniciada em 2009, ano de assinatura do Acordo. Segundo a autora, entre a primeira e a segunda fase houve uma adequação de discurso para minimizar as críticas ao projeto, uma vez que havia se tornado “claro que ‘o desenvolvimento agrícola (não o rural) através do investimento direto e os princípios da economia de mercado’ deveriam ser a principal característica do programa”. Esta constatação da autora se apoiou em discursos proferidos à época, tais como:

(a) ‘Sucesso do desenvolvimento do Cerrado/cooperação japonesa com o Brasil’; (b) ‘Cooperação Sul-Sul/Triangular por meio da parceria Japão-Brasil’; (c) ‘Levar o sucesso do Cerrado para a África (ProSAVANA)’; (d) ‘Solução para a segurança alimentar global através do desenvolvimento da savana tropical na África’; (e) ‘Estagnação da agricultura em Moçambique’.

A renovação do discurso (CLASSEN, 2013, p. 4) procurou mostrar que há espaço para as famílias camponesas e que é possível conciliar os grandes projetos agrícolas e a inclusão produtiva, a partir da coexistência de diferentes sistemas agrícolas (‘Agricultura como um negócio/coexistência entre pequenos agricultores e agronegócio de larga escala’) e o respeito a Acordos intencionais (‘Conformidade com os códigos de conduta internacionais’).

Informações recentes dão conta de que a Vale concluiu o Corredor logístico que liga Tete ao Porto de Nacala, passando pelo Sul do Malauí. A conclusão dessa obra de recuperação da linha férrea (“caminho-de-ferro”) representou para a Vale dobrar a sua capacidade de exportação do carvão, passando para 22 milhões de toneladas por ano. A linha férrea não serve, no entanto, como um vetor de interligação para as diferentes comunidades. Em função da dinâmica adotada para o seu funcionamento, tendo em vista a necessidade de reduzir o tempo de deslocamento dos comboios de 11 para sete horas para alcançar a meta do volume de carvão a ser exportado anualmente. Este ajuste operacional promoveu o fechamento de 20 estações (apeadeiros) de passageiros, passando a priorizar o transporte de carga, em detrimento do deslocamento da população que vive ao longo do corredor de Nacala (TEMBE, 2013, *apud* GARCIA; KATO, 2015, p. 25).

A Província de Tete, onde se encontra a Vale, tem se constituído o território no qual as populações tradicionais estão sentindo mais diretamente os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da operação da Vale e de outras mineradoras, haja vista a liberação das concessões para lavra de carvão. As violações dos direitos das populações tradicionais na



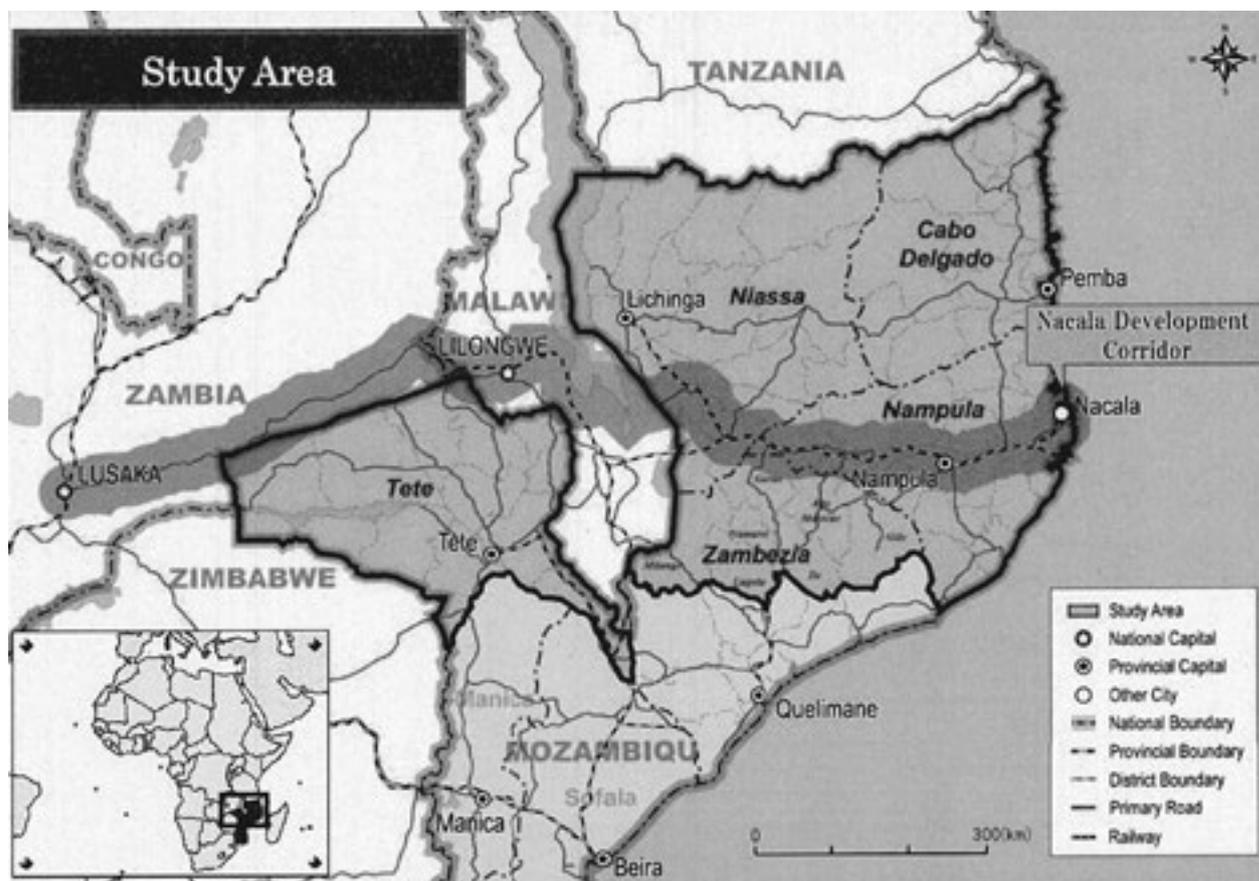
Vagões lotados depois da diminuição da oferta de trens para o transporte de pessoas, com a priorização dos trens da Vale. Os trens que circulam para passageiros são insuficientes para a demanda.

Foto: ADECRU Moçambique

Província de Tete, assim como ao longo de toda a linha férrea chegando até o Porto, estão ocorrendo de diversas formas, tais como: a perda da terra, em que pese ser um direito constitucional; os reassentamentos rurais, que estão sendo causados pela expulsão das famílias camponesas das áreas das minas para outras regiões; desagregação social; indenizações que não asseguram uma reciprocidade com a condições que essas pessoas dispunham, entre outros.

De acordo com dados do Cadastro Mineiro, divulgados pela Human Rights Watch, o governo de Moçambique aprovou pelo menos 245 concessões mineiras e licenças de exploração na província de Tete até outubro de 2012, cobrindo aproximadamente 34% de toda a sua área. Em Moatize, cerca de 80% da terra foi designada para concessões de mineração e licenças de exploração. Somadas às licenças então em andamento, essa porcentagem sobe para 60% do território de Tete³.

3. "A multinacional que veio do Brasil". Publicado na *Agência Pública*. Disponível em: <http://apublica.org/2016/02/a-multinacional-que-veio-do-brasil>



Até o governo moçambicano reconhece que as atuais iniciativas de desenvolvimento por ele incentivadas carregam consigo riscos socioambientais associados, tanto para as áreas rurais, quanto para as urbanas, tais como o conflito de terras e o esgotamento dos recursos naturais. Neste sentido, reconhece a necessidade de que sejam adotadas providências que venham a mitigar essas consequências (PEDEC, 2014, p. 1-3). Esse reconhecimento governamental contribui para fortalecer a crítica das organizações da sociedade civil de Moçambique, pois os investimentos que vêm sendo realizados no país são para fortalecer os grandes projetos de empresas estrangeiras. Segundo Mosca e Bruna (*apud* MANDAMULE, 2015, p. 10), “o governo está comprometido com capital, tecnologia e investimento estrangeiros como o caminho para o desenvolvimento agrícola”.

Nesse sentido, fica bastante evidente a concepção que vem sendo adotada pelo governo ao analisar o enfoque do Plano de Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA) 2011-2020, por meio da visão estabelecida nesse

Figura 1. Corredor de Nacala

Fonte: UNAC; GRAIN, 2015

Plano: “um sector agrário próspero, competitivo equitativo e sustentável nas respostas aos desafios de segurança alimentar e nutricional e de mercados agrários ao nível nacional e mundial” (sic) (PEDSA, 2011, p. 32). Em que pese o próprio PEDSA (2011, p. 4) acentuar que “a agricultura emprega 90% da força laboral feminina do país e 70% da força laboral masculina” e que a “agricultura é dominada pelo sector familiar com 3,7 milhões de pequenas explorações com uma área média de 1,1 ha/família” (PEDSA, 2011, p. 5), não são evidenciadas medidas adequadas ao contexto socioeconômico, produtivo e ambiental em que vivem essas famílias e povos. Em boa medida, o governo prevê que a inclusão produtiva – para essas categorias sociais – deverá ser estabelecida a partir dos investimentos privados, sobretudo pelo estabelecimento de relações contratuais, entre a agricultura familiar e camponesa e as empresas agroindustriais que estão ou deverão se estabelecer no país, assim como por meio de outros compradores privados.

O ProSavana, um programa da cooperação entre Moçambique, Japão e Brasil

Em 2007, os governos brasileiro e japonês, por meio do Itamaraty e da JICA, decidem dar seguimento ao Convênio-Quadro Tripartite para cooperação intergovernamental, no âmbito do Programa de Parceria Japão-Brasil (JBPP), que, embora assinado em 2000, não havia sido colocado em prática. No contexto da reunião do G8, em L'Aquila, na Itália, em 2009, Brasil e Japão decidem implementar o “Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais Africanas”. Esse Projeto é fruto da cooperação trilateral e assinado pelos três países (Moçambique, Japão e Brasil), em setembro de 2009, por meio do Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar (MASA)⁴, da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e da Embrapa e Agência Brasileira de Cooperação (ABC), respectivamente. Os três países assumiram o compromisso mútuo de cooperação, em torno da proposta do ProSavana, o qual foi lançado no final de 2011 pelo governo de Moçambique (CLASSEN, 2013, p. 3).

Ao mesmo tempo, o Brasil estabeleceu outros Acordos bilaterais com o governo de Moçambique diretamente ligados à questão da segurança alimentar e nutricional. Dentre eles, três Acordos de Cooperação técnica assistida, envolvendo o Projeto “Sementes Tradicionais”, o Programa “Mais Alimentos”, o “Programa de Aquisição de Alimentos” e um Projeto de cooperação científica, denominado “Mercado África-Brasil de Inovação Agrícola”. Embora estes Projetos e Programas não sejam o foco dessa análise,

4. O nome desse ministério mudou recentemente. Era denominado Ministério da Agricultura (MINAG), sigla pela qual até hoje é reconhecido. Mais informações no texto “O MINAG: Contexto Legal”, disponível em http://www.minag.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=62

parece-nos relevante considerar essas iniciativas, com o intuito de avaliar os seus resultados e possíveis sinergias ou conflitos gerados para a agricultura familiar e camponesa de Moçambique.

Da mesma forma, Schlesinger (2013, p. 12-13) reforça que o Brasil estabeleceu, a partir de 2010, uma série de acordos, em outras áreas, além das citadas acima, tais como assistência social, capacitação e formação na área jurídica, saúde (implantação de banco de leite e ensino a distância em saúde para as mulheres), além do apoio e financiamento para empresas brasileiras se estabelecerem, em Moçambique, para exploração de carvão mineral, construção de estradas e portos, produção de agroenergia (etanol) e energia elétrica (construção de hidrelétrica e instalação de linhas de transmissão de energia).

O referencial que o Brasil está ofertando, por meio da Embrapa, no contexto dessa cooperação trilateral, remonta ao modelo adotado, no final dos anos 1970, para ocupação agrícola do Cerrado brasileiro, sobretudo com o plantio de soja (DELGADO, 2003, p. 6-7 e 10; SCHLESINGER, 2013, p. 20). À época, o Brasil deu início ao Prodec, em parceria com a JICA. Este Projeto foi lançado “com o objetivo de tornar a área [Cerrado] mais produtiva aproveitando todo seu potencial, bem como estimular a migração racional”⁵.

[...] a incorporação do cerrado para o agronegócio foi financiado (*sic*) pela política governamental, como créditos subsidiados, infraestrutura (operacional, técnica e logística), regulação econômica e facilidade para a ocupação de terra. Dessa maneira, promoveu a competitividade nos mercados internacionais, como meio para assegurar saldos crescentes na balança comercial, visando manter estáveis as dívidas com credores externos (SILVA; MONTEIRO; BARBOSA, 2015).

Essa iniciativa contou com apoio da cooperação japonesa, em função da sua necessidade de diversificar a origem dos seus fornecedores, com vistas a minimizar, à época, a suscetibilidade que o país enfrentava, em relação ao abastecimento (importação) de produtos agrícolas. Em 1973, houve uma seca nos Estados Unidos e o Japão enfrentou dificuldades para assegurar o volume de soja que importava para abastecer a sua população, uma vez que o seu abastecimento era em grande parte dependente da soja norte-americana. Em boa medida, a justificativa dessa cooperação em se valer desse referencial de desenvolvimento do Cerrado brasileiro está assentada em uma visão de que há muitas semelhanças edafoclimáticas, haja visto que há um paralelismo geográfico.

5. Mais informações na página do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Disponível em <http://www.campo.com.br/proceder/#origem>

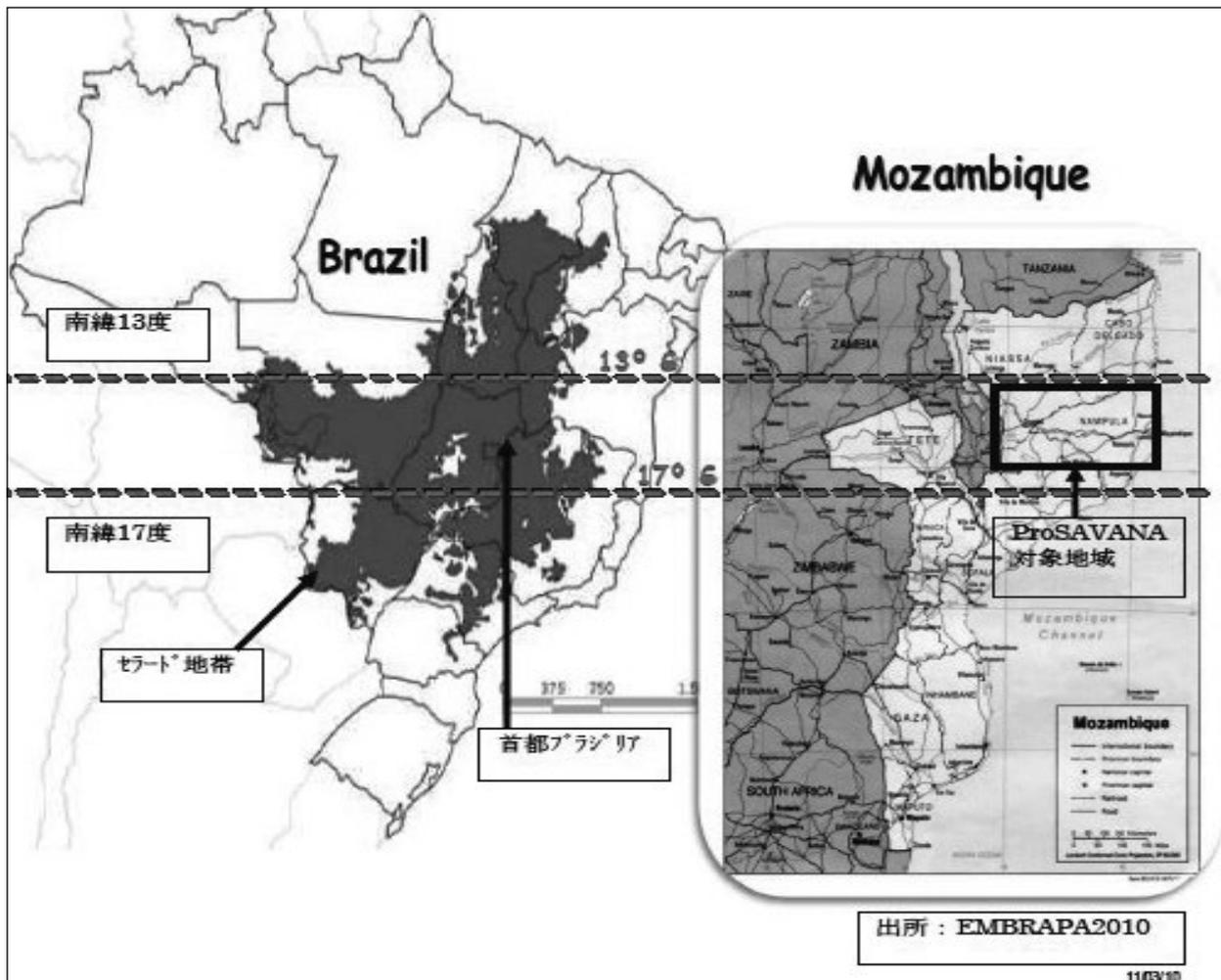


Figura 2. Relação geográfica entre Cerrado brasileiro e Nacala

Fonte: Embrapa 2010; *apud* UNAC; GRAIN, 2015

Prodecer não é referência para a agricultura familiar e camponesa do Brasil, muito menos para Moçambique

Partindo da realidade socioprodutiva e agrária de Moçambique entendemos que as propostas de cooperação que o Brasil teria para contribuir com o processo de desenvolvimento do país, haja vista a própria experiência brasileira, não deveria se pautar em um projeto como o Prodecer. Este Projeto, além de ter sido implementado para a expansão de *commodities* e do agronegócio no Cerrado brasileiro, trouxe consigo uma série de impactos socioambientais para a região. Neste sentido, um projeto de cooperação Sul-Sul a ser promovido pelo Brasil, em um contexto como o de Moçambique, deveria se pautar pelas políticas voltadas para a agricultura familiar e

Resultados	Etapas de Implantação			Total
	Prodecer I (1979)	Prodecer II (1985)	Prodecer III (1995)	
Municípios beneficiados	3	17	2	22
Produtores beneficiados	133 famílias	545 famílias	80 famílias	758 famílias
Número de Cooperativas	3	12	2	17
Área total (mil hectares)	64,5	205,7	80	350
Investimentos (milhões US\$)	60	375	138	573

camponesa. A adoção do Prodecer como referencial para o desenvolvimento agrícola e agrário de Moçambique pode resultar em problemas muito mais graves do ponto de vista social, tendo em vista o número de famílias camponesas que vivem nessa região em que o ProSavana está sendo desenvolvido. O Prodecer foi um programa elaborado na década de 1970 para promover a modernização conservadora da agricultura no Cerrado brasileiro. À época, o Brasil estava sob o comando de um regime de exceção, em plena ditadura civil-militar, levada a cabo de 1964 a 1985. Na Tabela 1 apresentamos alguns dados sobre o Prodecer, considerando as três fases de sua implantação.

O Cerrado brasileiro até hoje no Brasil representa a principal fronteira agrícola a ser explorada, por meio do avanço conservador da agricultura promovida pelo Estado brasileiro. O Prodecer foi um dos principais instrumentos para alavancar esse processo de “modernização” do Cerrado, desenhado inicialmente a partir da consolidação de polos de desenvolvimento. Neste sentido, percebe-se claramente a influência dessa concepção no ProSavana. Para implantar estes polos do Prodecer, o governo selecionou algumas cooperativas, consideradas as mais dinâmicas, à época. O governo promoveu uma ação de “colonização” nos municípios incluídos no Prodecer por meio do financiamento subsidiado de terras e crédito para fomento à produção para as famílias de produtores rurais que vieram de outros estados ou regiões do país para ocupar essa nova fronteira agrícola⁶.

Observemos, também, que o Prodecer foi um projeto que envolveu um volume muito expressivo de recursos públicos investidos ao longo da sua implantação (US\$ 573 milhões). Em contrapartida, teve impacto social pe-

Tabela 1 - Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer)

Elaboração: Sílvio Isoppo Porto. Dados retirados do site do Prodecer: <http://www.campo.com.br/proceder/#origem>

6. Mais informações na página do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Disponível em <http://www.campo.com.br/proceder/#origem>

queno, pois incluiu apenas 758 famílias produtoras. Neste sentido, considerando o total dos recursos aplicados nas três fases do Projeto e o número total de famílias envolvidas durante o período da sua implantação, podemos considerar que foram aplicados, em média, 756 mil dólares por família produtora, sem levar em conta todo o aparato público que foi mobilizado para viabilizar esse Projeto. Por sua vez, o tamanho médio dos estabelecimentos rurais – financiados pelo Prodecer – foi de 461 hectares (ha), por família.

Considerações sobre o Plano Diretor para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala

A partir da Versão Zero do Plano Diretor para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala (Plano Diretor) e outros documentos que se inter-relacionam a esse tema, realizamos nossa análise crítica sobre essa proposta de cooperação tripartite (Moçambique, Japão e Brasil) para a região de Nacala. Essa análise procurou estabelecer uma relação com o Prodecer, em particular evidenciando os problemas socioambientais promovidos pela implementação das *commodities* vinculadas ao agronegócio e pelos sistemas de produção apoiados na Revolução Verde, no âmbito do Cerrado brasileiro. Por fim, buscamos evidenciar que o Brasil poderia ter se utilizado de outro referencial para o estabelecimento dessa cooperação, valorizando os processos de participação social implementados no Brasil, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo). Também poderia ter levado em consideração as políticas desenvolvidas para a agricultura familiar e camponesa nos últimos 13 anos e a experiência acumulada em agroecologia – nas últimas três décadas – a partir das organizações de base e organizações não governamentais (ONGs) que, em boa medida, estão articuladas em rede, por meio da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA).

O Plano Diretor para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala espera promover a “modernização da agricultura”

A visão apresentada no documento afirma que o desenvolvimento agrário deve assegurar o desenvolvimento econômico, social e cultural, a partir da implementação de ações em infraestrutura, saúde, educação, fortale-

cimento das relações de gênero, abastecimento de água, fortalecimento institucional e formação de recursos humanos.

Alguns princípios desse Plano afirmam o compromisso com o “desenvolvimento sustentável”, destacam a prioridade dada à agricultura familiar, apontam como preocupação a proteção dos direitos de uso da terra pelas comunidades e sublinham a necessidade de implementação de processos de formação para aumentar as capacidades de escolha dos agricultores em relação aos diferentes sistemas produtivos e à conservação ambiental.

Por outro lado, alguns desses princípios revelam o claro objetivo de promover mudanças nos sistemas de produção a partir da difusão de novas tecnologias que têm como foco o aumento da produção e da produtividade, o desenvolvimento de cadeias produtivas e o estabelecimento de condições facilitadas de acesso aos mercados. Pretendem, ainda, estimular a ação colaborativa entre o setor público e o privado (Parcerias Público-Privadas, as PPPs), com vistas a supostamente melhorar a eficiência e reduzir custos, ao longo das cadeias produtivas.

Ao compor o diagnóstico do setor agrário moçambicano, a equipe do ProSavana sustenta a necessidade de promover mudanças estruturais, que permitam elevar o nível da produção agrícola, com vistas à melhoria da disponibilidade de alimentos para o autoconsumo e, ao mesmo tempo, à geração de excedentes de produção para o mercado. Até esse ponto do diagnóstico, o documento traça um quadro coerente com a realidade de Moçambique. Sendo assim, o que poderia se esperar do ProSavana, como uma estratégia desenvolvimento rural, é que o governo de Moçambique considerasse os desafios e obstáculos que estão colocados para a agricultura familiar e camponesa da região de Nacala como uma oportunidade para esse Plano Diretor, ao assegurar o fortalecimento dos sistemas tradicionais de produção e não a sua substituição.

Essa visão de que o problema da agricultura do país está relacionada aos sistemas tradicionais de produção deveria passar, no mínimo, por uma reflexão mais acurada, usando para isso outros métodos de análise e não apenas o indicador de produtividade. Esta posição denota uma concepção técnico-acadêmica enviesada pela visão da “agricultura moderna”, que desqualifica o conhecimento tradicional e valoriza o referencial agrícola concebido a partir da Revolução Verde. Ademais, trata a agricultura pela ótica do produtivismo, estabelecendo, assim, exclusivamente a produtividade como o único critério comparativo entre diferentes sistemas de produção e o elemento norteador a ser perseguido pelas políticas públicas que visam fomentar e ampliar a produção agrícola. Essa visão, como veremos

mais adiante, se materializa nas estratégias estabelecidas para a implantação do Plano Diretor para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala, no PEDSA e nos Planos prioritários que estão sendo implementados pelo Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar (MINAG)⁷, tais como: o Programa de Intensificação da Produção Pecuária 2015-2019; o Programa Nacional de Fortalecimento da Cadeia de Sementes 2015-2019 e o Programa Nacional de Fertilizantes.

Entendemos que essa perspectiva é muito reducionista, ao atribuir aos sistemas tradicionais de produção, em boa medida, a razão dos problemas do setor agrícola de Moçambique. Esta concepção desconsidera outras questões relevantes que promovem constrangimentos e se colocam como obstáculos ao desenvolvimento da agricultura do país. Dentre essas limitações destacamos: a falta de infraestrutura; o pequeno tamanho das unidades familiares de produção; a ausência de apoio público que valoriza o conhecimento tradicional, tais como as sementes crioulas (nativas) e as tecnologias sociais desenvolvidas pelas famílias agricultoras, no âmbito das comunidades rurais. Soma-se, a isto, a falta de instrumentos públicos para o fomento agrícola e a assessoria técnica voltados para a realidade dessas famílias.

Independente da visão de desenvolvimento agrícola e agrário e os sistemas de produção utilizados, boa parte das famílias rurais produz, mesmo que sujeitas às limitações descritas acima. Da mesma forma, embora esse diagnóstico registre que a produção atual representa um baixo volume de excedentes, essa mesma afirmativa permite reconhecer que existe um mercado agrícola, mesmo que incipiente. Ao partir do pressuposto de que um dos principais problemas do país é a insegurança alimentar e nutricional, sua superação não deveria se limitar ao aumento da produção e da produtividade. E sim, sobretudo, identificar o conhecimento acumulado pelas populações associado aos sistemas tradicionais de produção e suas estratégias para a inserção no mercado. Compreender essa realidade poderia contribuir para elaborar novas estratégias de apoio e fortalecimento dos sistemas tradicionais de produção e dos circuitos territoriais de abastecimento, por meio da produção de alimentos que representam a cultura alimentar regional.

Contraditoriamente, não obstante a afirmação de priorização de princípios que agem em prol da construção do protagonismo da agricultura familiar e camponesa no contexto do ProSavana, a estratégia e todos os instrumentos propostos para a sua concretização atuam na perspectiva de “desenvolver o agronegócio de modo a fomentar o comércio e indústrias de processamento” (PLANO DIRETOR, 2015, p. 1-5).

7. Os programas podem ser conferidos no site do MINAG: http://www.minag.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=61.

A estratégia contida no Plano Diretor para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala (PLANO DIRETOR) aponta para a subordinação da agricultura familiar e camponesa aos interesses do agronegócio

A expectativa do governo em relação ao papel do setor privado coincide com uma das principais diretrizes estabelecidas pela equipe técnica do ProSavana, com vistas a assegurar o sucesso desse Plano de Desenvolvimento. Esta posição também conta com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ao defender que o setor privado “desempenha um papel preponderante como motor de crescimento económico e criação de emprego, fornecendo produtos e serviços, gerando receitas fiscais para financiar infraestruturas (sic) sociais e económicas” (PLANO DIRETOR, 2015, p.1-7).

Neste sentido, caberá ao setor privado assegurar às famílias agricultoras “o acesso ao mercado e provisão de serviços financeiros”, além do fornecimento dos “insumos agrícolas, incluindo o uso de sementes de qualidade”. Para tanto, entendem que deva ser assegurado pelo Estado o desenvolvimento de “infraestrutura rurais, tais como estradas e armazéns de produtos, e sistema de apoio para a promoção do agronegócio ao nível local” (PLANO DIRETOR, 2015, p.1-7).

É importante ressaltar que antes a equipe técnica do ProSavana havia atribuído a baixa produtividade à reprodução dos sistemas tradicionais e não à falta de infraestrutura. Agora, para atrair o interesse do setor privado, entende que é necessário resolver os problemas de infraestrutura e ampliar a capacidade de armazenagem, com vistas a reduzir os custos de transação desses agentes privados. Caberia ao Estado, portanto, assegurar e custear a infraestrutura e garantir as condições para o alcance da lucratividade do negócio privado.

Nesse mesmo contexto, sugere-se ainda que deverá ser fortalecido o agronegócio no País, por meio do fomento à indústria de processamento e ao comércio, com vistas a melhorar o acesso das famílias agricultoras ao mercado. Para tanto, foi estabelecida uma lista com 24 produtos prioritários, cujas cadeias produtivas deverão ser apoiadas para aumentar a produção. Importante registrar que menos da metade dessa lista – 11 produtos – são relevantes nos sistemas de produção da agricultura familiar e camponesa do Corredor de Nacala, conforme descrito na Tabela 2 (PLANO DIRETOR, 2015, p. 2-6).

Essa lista prioritária é parte integrante do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA), a qual foi estabelecida com apoio do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). A Tabela 2 apre-

Tabela 2. Análise das Culturas Prioritárias

Culturas	Prioriade do IIAM / PEDSA em Nacala	Frequen-temente cultivada na Área de Estudo	Potencial de produtivi-dade	Preço no Estabele-cimento Agrícola	Contribui-ção nutri-cional (cal/capita)	Demanda do Mercado Cluster / Agroindus-trial	Classifica-ção	Total
Milho	3	3	1	0	3	3	3	16
Mandioca	3	3	1	0	3	0	3	13
Mapira	1	3	1	1	1	0	0	7
Mexoeira	1	0	0	3	0	0	0	4
Arroz	1	1	1	0	1	3	1	8
Trigo	3	0	1	0	1	3	0	8
Amendoim	3	3	1	1	1	1	1	11
Feijão Manteiga	3	3	0	3	3	1	0	13
Feijão Nhemba	1	3	0	1	3	1	0	9
Feijão Holoco	1	0	0	3	0	1	0	5
Feijão Boer	1	0	0	3	1	1	0	6
Soja	3	0	1	3	3	3	3	16
Batata-doce	1	0	3	0	1	0	0	5
Batata	3	0	3	1	1	1	1	10
Hortícolas	1	0	3	3	0	1	1	9
Gergelim	1	1	0	3	0	1	0	6
Girassol	0	0	0	1	1	1	1	4
Caju	1	3	0	3	0	1	1	9
Banana	0	1	3	1	1	1	0	7
Cana-de-açúcar	0	0	3	0	3	0	3	9
Mamona	0	0	0	3	0	0	1	4
Matrona	0	0	1	3	0	0	1	5
Algodão	3	1	1	3	1	1	3	13
Tabaco	3	0	1	3	0	1	1	9

Legenda: Alto/Bom: 3 pontos, Razoável: 1 pontos, Baixo/Mau: 0 pontos. Fonte: Equipa de Estudo

senta os sete critérios que balizaram a escolha desses produtos, segundo a metodologia utilizada para estabelecer essa classificação e priorização. Dentre os critérios utilizados, foi atribuído maior peso para valoração do produto àqueles que apresentam maior potencial para promover um cluster. Um segundo critério subjetivo é ponderado a partir da percepção das equipes técnicas (IIAM e PEDASA). Ainda, levaram em conta um terceiro, que se vincula ao interesse do mercado e outro, relacionado à produtividade. Por fim, apenas um dos sete critérios leva em consideração a relevância dos sistemas tradicionais de produção, sendo mensurado pela frequência que se manifesta em campo (PLANO DIRETOR, 2015, p. 2-6).

Ao analisar os dados, percebemos que ao menos três dos critérios estabelecidos são bastante subjetivos e possivelmente relacionados a interesses econômicos setoriais e à prioridade estabelecida previamente pelo governo, a exemplo de algumas “culturas de rendimento”, como o milho, a soja, a mandioca e o tabaco. Esse processo denota pouca transparência, haja visto a nota estabelecida para as culturas prioritárias em cada um dos critérios. Além disto, fica evidente que essa metodologia praticamente elimina a participação social na definição das prioridades.

Entendemos que os critérios selecionados acima resultaram na definição de uma lista de produtos que levou em consideração apenas aspectos quantitativos, como produtividade e preço, assim como o interesse do mercado, e deixou em segundo plano a relevância do autoconsumo (valor de uso) e o resgate e a manutenção da cultura alimentar tradicional de Moçambique, importantes para a segurança alimentar e nutricional.

Essa opção reforça nosso entendimento de que o Plano de Desenvolvimento se orientou, sobretudo, pelos interesses privados em detrimento do atendimento das necessidades da agricultura familiar e do desenvolvimento rural. Neste caso, possivelmente foi pensado para atender à demanda das indústrias de processamento, tanto para o consumo humano, como para os animais (rações) e às exportações de *commodities*. Esse enfoque coloca em xeque uma das diretrizes do Plano, relativa ao fortalecimento e à autonomia da agricultura familiar e camponesa, e mostra-se contraditório com a afirmação da importância da implementação de ações que visam à promoção e ampliação da “capacidade de escolha” das famílias agricultoras.

A relação de subordinação ao setor privado fica evidente quando o governo afirma que trabalhará para a formalização das relações comerciais, por meio de contratos. Essas relações contratuais serão acompanhadas pela oferta de crédito público e privado para o fomento agrícola, disponibilização da assistência técnica e garantia de compra dos produtos pelos agentes privados. Questionamos a potencialidade de fomento da auto-

nomia do setor produtivo, em meio a um contexto comercial como esse. Ao contrário, a experiência brasileira recente nos mostra que aquelas famílias agricultoras que conseguem estabelecer esses contratos precisam se enquadrar às regras pré-estabelecidas, tais como: plantar o que for de interesse do comprador privado; contrair uma dívida financeira (crédito agrícola) para comprar os insumos (fertilizantes, sementes e agrotóxicos); e, ao final, se submeter ao preço estabelecido pelo comprador, em função da sua referência de qualidade e maior poder de barganha. Os operadores desse mercado (grandes produtores, empresas ou indústrias de processamento, *traders*) possivelmente serão, também, os detentores do transporte, da armazenagem, da indústria de processamento e promoverão a comercialização da produção, o que lhes assegura controlar toda a operação, garantindo maior rentabilidade e liquidez.

A estrutura fundiária como limitadora para a inclusão socioeconômica e produtiva da agricultura familiar e camponesa

O tema da terra possivelmente é um dos mais complexos, por isto merece muita atenção. Entendemos que os dados apresentados no Plano Diretor de Desenvolvimento do Corredor de Nacala não são suficientemente claros, em especial em relação ao uso da terra. Ainda como visto inicialmente, o governo tem concedido inúmeros DUATS, facilitando, assim, o acesso às terras públicas por investidores estrangeiros, as quais por direito deveriam ser preservadas para o uso das famílias camponesas de Moçambique.

Vale ressaltar que em Moçambique, desde a independência, em 1975, a terra é propriedade do Estado, sendo o seu acesso regulamentado por títulos de usufruto, denominados Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra (DUATs), concessões de até 50 anos renováveis por mais 50, de acordo com a Lei de Terras. Os investidores estrangeiros podem receber o DUAT através de um processo que, entre outras exigências, prevê a realização de consultas comunitárias junto àqueles diretamente afetados pelo novo empreendimento. Porém, o que tem se verificado é que essas consultas são deficientes ou sequer ocorrem, como comprovamos na localidade de Seabra (SANTARELLI, 2015, p 11).

O estudo sobre o Corredor de Nacala refere-se a uma área de 10,7 milhões de hectares (ha) e informa que 1/4 desta área (2,8 milhões de ha) foi classificada como não cultivável (áreas de preservação, terras muito declivosas e rochosas, zonas áridas e cidades). Sobram aproximadamente 8

milhões de ha, dos quais 3,9 milhões são ocupados com vegetação florestal e outros 3,2 milhões de ha são classificados como áreas com potencial agrícola. Por sua vez, ao consultar o documento “Notas Conceituais, 2015” (2015, p. 4), os dados sobre o uso da terra apontam que a área de floresta chega a 54% da área total do território de Nacala, conforme Tabela 3.

Consideramos necessário aprofundar a análise dessas informações, em especial quanto ao potencial de uso das florestas, seja para fins de energia (lenha), como para exploração econômica através de manejo sustentável (extrativismo), desde que assegurada a preservação da sua biodiversidade. Ainda, outras questões merecem ser melhor esclarecidas, tais como: a condição atual de preservação dessas florestas; a diversidade da flora e da fauna; o quanto efetivamente resta de floresta nativa; se na categoria “florestas” estão incluídas áreas que estão sendo utilizadas para reflorestamento (plantio comercial); e a quem pertence o domínio de uso dessas florestas (das comunidades, do Estado ou de empresas privadas). Outro elemento que deveria ser mais bem estudado é a relevância do uso das áreas comunitárias na composição da renda monetária e não monetária (autoconsumo) das famílias camponesas, a partir da extração de lenha, da coleta de plantas medicinais, do uso para caça e eventualmente a pesca.

A equipe técnica do ProSavana estima que o potencial a ser utilizado para fins agrícolas (“agricultura intensiva”) “seria de cerca de 2,8 milhões de hectares, incluindo a área de terras em pousio” (sic). Ao mesmo tempo fazem uma ressalva importante, caso “a actual área de vegetação florestal não for contada como terra de cultivo a ser desenvolvida” (PLANO DIRETOR, 2015, p. 2-3). Ou seja, não descartam, *a priori*, a possibilidade de promover desmatamento com o intuito de aumentar o uso dessas terras com florestas para fins agrícolas. Atualmente, a área destinada para este fim

Tabela 3. Uso da Terra no Corredor de Nacala

Fonte: Notas Conceituais, 2015, p. 4.

Uso da Terra	Área (Km ²)	Porcentagem
Área Cultivada*	37,451	35%
Pastagem c/ arbusto	10,700	10%
Floresta	57,781	54%
Outros	1,070	1%
TOTAL	107,002	100%

(*) Segundo o documento, a Área cultivada inclui: culturas em campos, culturas de arbustos, culturas florestais (florestas parcialmente cultivadas) e áreas de agricultura de pousio.

(pousio) representa cerca de 1,8 milhão de ha, o dobro da área utilizada para o cultivo (930 mil ha) atualmente por mais de 690 mil famílias vinculadas à agricultura familiar e camponesa. A sustentabilidade ambiental e a preservação de áreas de vegetação e biomas importantes não parecem ser uma dimensão priorizada pelo Plano Diretor de Desenvolvimento do Corredor de Nacala. A experiência brasileira recente de expansão da fronteira agrícola no Cerrado demonstrou que, além de gravíssimos impactos sociais, a expansão da cultura de grãos e mais recentemente da cana pelo agronegócio representou e continua representando a maior ameaça para a sustentabilidade do bioma Cerrado, que atualmente representa um dos biomas mais ameaçados no Brasil.

Outra questão que deveria ser esclarecida é o fato de que, ao apontarem que são 930 mil ha cultivados atualmente, não se sabe se essa área está ocupada pelos diferentes sistemas de produção, incluindo aqueles para autoconsumo, ou se esse dado corresponde apenas às áreas ocupadas pelas “principais culturas”, conforme avaliação das áreas técnicas do governo. Importante destacarmos, nesse sentido, que o fato de determinadas culturas terem menor valor de troca, por não serem comercializadas, não implica que essas espécies extrativas ou cultivadas não representem importante valor de uso (relevantes na cultura alimentar tradicional ou utilizadas para fins medicinais). Mais uma vez a importância atribuída ao papel da produção para o autoconsumo é tratada de forma pejorativa – “produção de subsistência” – e subestimada, como se o desenvolvimento da capacidade de produzir com o intuito de suprir as necessidades nutricionais da família fosse algo menor e sem relevância, em relação aos aspectos socioambientais e econômico. Mesmo sem haver valor de troca envolvido, importante considerar que essa produção contribui para minimizar os problemas de insegurança alimentar e nutricional do país, assim como para diminuir o déficit da balança de importação de alimentos, embora esse dado não esteja mensurado.

A produção para autoconsumo assume relevância ainda maior quando nos deparamos com os dados referentes à expressão da agricultura familiar e camponesa de Moçambique e às dificuldades impostas pela estrutura agrária atual. O estudo estima que existam, na área do Plano Diretor, 692 mil famílias rurais, que exploram, em média, uma área de 1,34 ha. Essa situação agrária, que impõe um tamanho muito reduzido das unidades familiares, pode ser considerada um dos principais limitadores para o desenvolvimento das atividades ligadas à agricultura, à produção de pequenos animais e à produção dos sistemas agroflorestais. A baixa disponibilidade de água também pode ser citada como outro componente que atua para limitar a produção agropecuária e florestal dessas famílias. Ao

mesmo tempo, o próprio conceito que a equipe técnica está utilizando de uso agrícola, florestal e pecuário deve ser ponderado, pois, em princípio, parece que não considera as atividades extrativistas como parte integrante da economia agrícola. Isso implica que não haja, no âmbito do Plano Diretor para o Desenvolvimento de Nacala, a previsão de ações para essas atividades. Da mesma forma, não há compreensão de que os sistemas de produção agroflorestal possam representar uma alternativa de exploração econômica, sobretudo a partir de uma perspectiva do desenvolvimento rural baseado em uma concepção agroecológica.

O foco na produtividade e na especialização agrícola conduz a uma visão parcial da realidade e prioriza as ações para a produção, sem levar em consideração o contexto social, cultural e ecológico

Para alcançar as metas de produtividade agrícola, foram estabelecidas cinco estratégias no Plano Diretor para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala:

- Aumento da produção agrária (agrícola);
- Melhoria do sistema de assistência técnica;
- Melhoria do acesso a insumos;
- Melhoria do acesso ao financiamento/crédito;
- Desenvolvimento da irrigação.

Esse Plano Diretor não incorpora minimamente qualquer possibilidade para o estabelecimento de ações que dialoguem com uma perspectiva agroecológica a partir da promoção do manejo da biodiversidade, da valorização do conhecimento tradicional, da melhoria da estrutura do solo, do incremento de matéria orgânica e do aumento da disponibilidade de nutrientes por meio do uso do manejo sustentável do solo e sem o uso de agroquímicos. Tais prioridades contribuiriam para a construção de um referencial de desenvolvimento que possibilitaria, ao mesmo tempo, aumentar a produção e a produtividade, a diversidade e a disponibilidade de alimentos a partir do fortalecimento de processos que assegurem maior autonomia à agricultura familiar e camponesa e maior capacidade de resiliência dos sistemas de produção em relação aos efeitos oriundos das mudanças climáticas. Ao contrário, a principal estratégia sugerida nesse Plano Diretor é a adoção do uso de pacotes tecnológicos à base de fertilizantes químicos e sementes comerciais, apontando também para o uso da irrigação, ao que parece de forma convencional. Ao longo do Plano Di-

retor, não há referência que possibilite o uso de tecnologias sociais para assegurar a colheita de água da chuva a partir da experiência acumulada pela Articulação do Semiárido brasileiro (ASA), nos últimos 13 anos. Por sua vez, com o intuito de incentivar a incorporação de “novas” tecnologias, será disponibilizado crédito para a aquisição de insumos e promovida a assistência técnica com o intuito de incentivar as famílias agricultoras e camponesas a incorporarem os pacotes tecnológicos aos seus sistemas de produção. A adoção dessas medidas nada mais é do que a reprodução dos métodos adotados pela Revolução Verde, que passou a ser preconizada a partir dos anos 1950 e foi incorporada mais fortemente no Brasil a partir dos anos 1970.

Embora afirmem que a agricultura familiar tem importância estratégica para superar os problemas de insegurança alimentar e nutricional e da pobreza rural, os caminhos apontados reforçam a perspectiva de promover a “transformação” da agricultura, inspirados no caso brasileiro ocorrido a partir dos anos de 1970, que inclui a criação da Embrapa e o início da implantação do Prodecer.

O ProSavana apresenta sete princípios estratégicos, mas ao longo do texto e analisando os Programas governamentais desenvolvidos pelo Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar (Minag)⁸, de Moçambique, depreende-se que há uma concentração de esforços para promover a modernização conservadora da agricultura, apoiando-se, sobretudo, nos seguintes princípios: (3) desenvolver as cadeias produtivas; (5) promover a inovação tecnológica e a difusão das “novas” tecnologias; e (6) promover a colaboração entre setor público e outros setores, em especial com o setor econômico (Parcerias Público-Privadas) (PLANO DIRETOR, 2014, p. 5-6, seção 1). Em boa medida, essas prioridades da ação governamental estão assentadas na concepção de que a ampliação da produção e da produtividade passa pela adoção do uso de insumos agrícolas e de que os sistemas agrícolas tradicionais em Moçambique estão com seus dias contados, frente à impossibilidade de continuarem a reproduzir seus sistemas de pousio, em função da pressão sobre as áreas rurais, haja vista a expectativa de crescimento da população de 1,8% a.a., entre 2011 e 2030 (PLANO DIRETOR, 2014, p. 1-2).

Entende-se como um argumento plausível que o crescimento da população poderá concorrer com o uso das áreas destinadas ao pousio, mas, por outro lado, esse argumento não deveria ser determinante para a adoção de sistemas de produção diametralmente opostos aos princípios em que se baseiam esses sistemas tradicionais. Possivelmente o que mais pesa no sentido de promover a liberação dessas áreas é a intenção do governo de

8. Programas e Projetos do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique disponíveis em: http://www.minag.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=61.

destiná-las às empresas estrangeiras para que se estabeleçam em Moçambique e produzam *commodities*, tais como a soja e o milho. Hoje as comunidades rurais, de certa forma, são um empecilho a essa estratégia do governo, tendo em vista que pela Lei de Terras - conforme citado anteriormente - já deveriam ter conquistado o direito de uso, uma vez que ocupam essas áreas há mais de 10 anos (UNAC; GRAIN, 2015, p. 5). O governo reconhece que:

A real ocupação das terras é a evidência mais importante para se declarar que o agricultor tem direito sobre uma parcela de terras, de acordo com o sistema tradicional de gestão de terras. Quanto menor a área realmente cultivada pelos agricultores, maior é a perda deles sobre o direito a terra. O contrário também é verdade. Assim, cada agricultor se sente fortemente incentivado a expandir sua própria área de cultivo (NOTA CONCEITUAL, 2013, p. 9).

O discurso oficial se completa a partir da posição dos especialistas que estão assessorando o governo na formulação e operação do ProSavana. Defendem que a superação dos “constrangimentos” agrícolas, de abastecimento e sociais, depende da ampliação da produtividade agrícola e da geração de renda, a partir da “modernização” da agricultura. Essa tese prevê a adoção de iniciativas, tais como o uso de agroquímicos, a compra de sementes certificadas pelos agricultores familiares, o acesso ao crédito, com vistas a financiar a compra desses insumos, a incorporação da mecanização agrícola e a garantia do acesso à assistência técnica e à extensão rural pela agricultura familiar e camponesa de Nacala.

Outro elemento chave para o sucesso dessa estratégia de modernização conservadora da agricultura passa pelo desenvolvimento de um processo metodológico junto às famílias camponesas, que permita “convencê-las” a adotar as novas práticas agrícolas. Desta forma, esperam alcançar o aumento da produtividade; assegurar maior disponibilidade e estabilidade da produção agrícola para a população pobre e em insegurança alimentar e nutricional; garantir a inclusão econômica das famílias da agricultura familiar; aumentar a riqueza (PIB) do país; e promover o rompimento do patamar atual da produção agrícola, considerada muito baixa, em Nacala. Em boa medida, trata-se de passar da “agricultura de subsistência” para a agricultura “competitiva e orientada para o mercado” (PLANO DIRETOR, 2015, p.1-3).

Os dados que a própria equipe técnica apresentou (Tabela 4) evidenciam os limites e os riscos que Moçambique poderá enfrentar ao apostar

no caminho da “modernização conservadora” da agricultura. Os experimentos realizados com milho para verificar os resultados econômicos do aumento da produtividade, por meio do incremento e do uso de insumos, em princípio parecem ter frustrado o alcance das expectativas delineadas no âmbito das estratégias desse Plano de Desenvolvimento, mesmo sem levar em consideração os possíveis efeitos colaterais (socioambientais) a partir do uso dessas “novas” tecnologias. Dentre elas, pode-se citar a suscetibilidade do uso das sementes comerciais nos solos da região, podendo agravar-se por possíveis problemas de restrição hídrica, sobretudo com a intensificação dos efeitos das mudanças climáticas. O estudo comparou três possibilidades de cultivo, conforme Tabela 4, segundo o uso ou não de fertilizantes (sem uso / médio uso / alto uso).

Essa comparação do milho coloca em xeque a proposta do PDESA e do Plano de Desenvolvimento de Nacala de que os “constrangimentos” da produção ocorrem em função do referencial da agricultura de Moçambique ser, ainda, baseado nos sistemas tradicionais de produção. A partir dos dados apresentados no documento do Plano de Desenvolvimento, podemos ver que os resultados econômicos são muito favoráveis para o caso 1, ou seja, sem o uso de insumos a rentabilidade do sistema se mostrou melhor que nos casos 2 e 3, médio e alto uso de insumos, respectivamente, considerando os preços atuais (100%). Em todos os cenários de comparação, o caso 2 apresentou resultado econômico desfavorável, o que implica considerar que o uso médio de insumos para o milho não encontra um ponto de equilíbrio

Tabela 4. Resultado do uso de fertilizantes para o milho (lucros e perdas)

Fonte: Equipe do Estudo do Plano Diretor do Corredor de Nacala (2015, p. 2-13)

Preço de Fertilizantes	Lucro Líquido (t/ha)		
	Caso (1)	Caso (2)	Caso (3)
Preço atual	2.925	-1.253	597
90% do preço atual	2.925	-598	1.907
80% do preço atual	2.925	57	3.217
70% do preço atual	2.925	712	4.527
60% do preço atual	2.925	1.367	5.137
50% do preço atual	2.925	2.022	7.147

Caso (1) - Sem uso de insumos (sem o uso de fertilizantes, rendimento: 1,3 t/ha)

Caso (2) - Médio uso de insumos (Uréia: 50 kg/ha & NPK: 100 kg/ha, rendimento: 2,5 t/ha)

Caso (3) - Alto uso de insumos (Uréia: 100 kg/ha & NPK: 200 kg/ha, rendimento: 4,5 t/ha)

econômico favorável no contexto dessa comparação, indicando que esse sistema não deveria ser utilizado no Corredor de Nacala. As comparações entre os cultivos 1 (Sem uso de insumos) e 3 (Alto uso de insumos) indicaram que o sistema de produção que aportou alto uso de insumos passaria a obter significativas vantagens econômicas, caso houvesse uma redução no preço dos insumos de no mínimo 30%, conforme Tabela 4. Cabe salientar que essa análise se baseou apenas em dados quantitativos. Possivelmente uma avaliação que considere outros critérios socioambientais demonstrará que os sistemas tradicionais podem representar uma opção de desenvolvimento da agricultura de Moçambique. Esses sistemas tradicionais são muito mais adaptados à realidade e de baixo custo, contribuindo para que o país não venha a adotar tecnologias que poderão subordinar as famílias camponesas e demais famílias agricultoras a um processo de dependência tecnológica das grandes empresas multinacionais de agroquímicos, além de representar alto risco à saúde pública e ao meio ambiente.

Mais uma vez, o que observamos nessa simulação comparativa, embora o método tenha utilizado apenas um parâmetro (o econômico) para comparação entre os diferentes sistemas de produção, é que o resultado sugere muita cautela quanto à viabilidade econômica dessa estratégia do uso de insumos. Possivelmente, se forem incorporados outros parâmetros econômicos, sociais e ecológicos, os resultados tendem a ser ainda mais favoráveis para os sistemas tradicionais de produção. Sendo assim, o próprio estudo demonstra que, para a grande maioria dos produtos considerados prioritários, em que se visa o aumento da produtividade por meio do uso de insumos agrícolas, sementes comerciais e a mecanização, os resultados levantam fortes suspeitas sobre a viabilidade, quando comparados aos sistemas tradicionais.

Ainda, seria relevante saber em que contexto esses estudos foram realizados. Possivelmente os dados apresentados pela equipe técnica devem ter sido colhidos a partir de estudos em áreas experimentais, onde as variáveis externas são relativamente bem controladas. Caso essas considerações sejam confirmadas, seria recomendável o estabelecimento de novos cultivos experimentais, em uma escala de produção em campo, por no mínimo 3 anos de estudo, utilizando sementes tradicionais e comerciais para estabelecer uma comparação entre os cultivos 1 e 3 (Sem uso e Alto uso de insumos), plantando no período usual da safra e sem o uso de irrigação. Acreditamos que os resultados alcançados em termos de produtividade média, nos cultivos com alto uso de insumos, possivelmente serão inferiores ao registrado em áreas controladas. Esta situação poderá representar uma comparação ainda mais favorável aos sistemas tradicionais, mesmo

sendo considerados de “baixa eficiência” em relação à sua produtividade, como vimos os resultados quanto ao rendimento econômico são muito representativos no âmbito dos cultivos que não utilizaram insumos para a produção do milho.

Importante destacar que esses métodos de comparação de produtividade, em geral, não correspondem à realidade dos sistemas de produção camponesa, em que predomina o policultivo e a rotação de culturas, consorciando diferentes plantas na mesma área, incluindo as lavouras anuais, tais como milho, feijão, arroz, amendoim e bianuais, como a mandioca. Esta estratégia utilizada pelos camponeses contribui para aperfeiçoar o uso da terra e proporcionar sinergia ecológica, entre as culturas, o que tende a melhorar o resultado do sistema produtivo, não só da produtividade. Importante registrar também que a dinâmica do pousio é uma prática milenar na agricultura, a qual busca prover a reposição de nutrientes e a matéria orgânica naturalmente à terra, uma vez que as áreas utilizadas para o plantio são deixadas em descanso por alguns anos, antes da sua reutilização.

Sabemos que a produtividade é a relação da produção por um determinado espaço (área), em geral m^2 ou, mais usual, hectare (10 mil m^2). Sendo assim, ao falar em rendimento (produtividade), em primeiro lugar, deveria ser feita uma caracterização do sistema produtivo para aplicar ou adaptar a metodologia ao contexto que será analisado. Neste sentido, o estabelecimento de uma análise comparativa, entre os sistemas tradicionais e o monocultivo, exige, no mínimo, o uso de um método analítico que incorpore outros coeficientes para além do rendimento físico (kg ou toneladas / hectare).

Ainda, há que se considerar metodologicamente que um sistema consorciado é distinto de um plantio solteiro ou um monocultivo. Portanto, a comparação de produtividade é complexa, uma vez que deve ser levado em conta o conjunto dos rendimentos das diferentes espécies que estão sendo produzidas na mesma área para fins de comparação. Desse modo, para calcular a produtividade, deverá ser atribuído para cada cultura a área proporcional referente à sua ocupação no contexto do sistema consorciado utilizado. Feito isto, aplica-se a fórmula usual (volume produzido / área correspondente).

Interessante observar que a comparação apresentada na Tabela 5 pode não atingir o seu objetivo, uma vez que não há uma contextualização dos números apresentados, tendo em vista as diferentes realidades entre os países analisados na comparação. Neste sentido importante relativizar os dados apresentados, uma vez que são dados agregados nacionalmen-

Culturas	Produtividade (t/ha)				
	Área de Estudo	Moçambique	Brasil	África do Sul	Quênia
Milho	1,3	1,7	4,4	4,7	1,6
Mandioca	7,2	7,8	13,7	NA	5,3
Mapira	0,9	0,6	2,3	2,3	0,7
Arroz	1,0	1,1	4,2	2,6	4,0
Amendoim (com casca)	0,7	0,4	2,7	1,5	1,0
Feijões	0,7	0,3	0,9	1,2	0,6

te, o que pode trazer distorções, não contribuindo assim para servir de diagnóstico com o intuito de promover o desenho de estratégias de desenvolvimento ou de políticas públicas setoriais. Ao contrário, este tipo de comparação serve para fundamentar justificativas que por vezes não estão explícitas, mas cuja intenção pode ser a de desqualificar a realidade em que se pretende intervir.

A partir das observações acima e dos dados apresentados nessa Tabela 5, vamos analisar os dados do Brasil, a partir das informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), considerando o mesmo ano-base (2009/2010) utilizado para a análise realizada pela equipe técnica do ProSavana. Entendemos ser importante estabelecer essa análise para demonstrar como os dados agregados (média nacional) podem levar a interpretações distorcidas da realidade agrícola de cada país. Por sua vez, o referencial que o Brasil adotou como paradigma, no contexto dessa cooperação trilateral, é o Prodecer, que foi desenvolvido no bioma Cerrado, por entender que há semelhanças com as “Savanas” de Moçambique.

Sendo assim, a produção brasileira de arroz, na safra 2009/2010, foi de 11,660 milhões de toneladas (t), ocupando uma área de 2,909 milhões de hectares (ha). O Centro-Oeste e parte dos estados do Maranhão, Piauí (Região Nordeste) e Tocantins (Região Norte) representaram, nesta safra de 2009/2010, 40% da área nacional cultivada de arroz, áreas estas que se caracterizam por serem do Cerrado brasileiro. Registramos que os sistemas de plantio de arroz no Cerrado geralmente são realizados em áreas não irrigadas, enquanto nos estados do Sul do Brasil ocorre o inverso, pois os sistemas de cultivo são 100% irrigados. A diferença entre os sistemas produtivos (com e sem irrigação) leva a resultados bem distintos: em que

Tabela 5 - Comparação da Produtividade, entre países selecionados (2010)

Fonte: DPA Nampula (Área do Estudo) & FAOSTAT (Moçambique, Brasil, África do Sul e Quênia)

pese o Sul ter plantado uma área semelhante ao Centro-Oeste, cerca de 45% da área total, produziu 73% da produção nacional do arroz. Enquanto a produtividade brasileira foi de 4,2 t/ha, a da região Sul chegou a 6,7 t/ha, ao passo que estados como Maranhão e Piauí (Cerrado brasileiro), que podem apresentar alguns traços que se aproximam mais com a realidade de Moçambique, produziram 1,5 t/ha e 1,8 t/ha, respectivamente.

Os sistemas produtivos de milho no Brasil são também muito díspares. Infelizmente não há estatísticas oficiais que permitam estabelecer o percentual da área que utiliza irrigação. À época (safra 2009/2010), a área total de milho (1ª e 2ª safra) foi de aproximadamente 13 milhões de ha. O Centro-Oeste, juntamente com Maranhão, Piauí e Tocantins, plantou nessa safra 4,5 milhões de ha, o que representou 35% da área total do país. A produtividade nacional chegou a 4,3 t/ha, a do Centro-Oeste, sem Maranhão, Piauí e Tocantins, colheu 4,5 t/ha, superior à média nacional. Agora, incluindo estes três estados, a produtividade cai para 2,7 t/ha. Focando apenas no Maranhão e no Piauí, temos 1,5 t/ha e 1,15 t/ha, respectivamente.

Assim, vemos como a realidade pode ser mascarada, dependendo de como são apresentados os dados. Ao desmembrar essas informações sobre a safra por Região ou Estado brasileiro para o arroz e milho, nossa intenção foi demonstrar que muitas vezes, entre o discurso oficial e a realidade, podem existir muitas informações que deixam de ser evidenciadas deliberadamente. Importante dizer que, em função do avanço do agronegócio no Maranhão e Piauí, o arroz está praticamente deixando de ser produzido nesses Estados, dando cada vez mais espaço para a soja e o milho para exportação e para o suprimento da região Nordeste do Brasil, que apresenta grande demanda destes produtos para ração animal, sobretudo em função da produção comercial de frango.

O Maranhão, nos anos 1980, era o 2º maior produtor de arroz do Brasil (IBGE, 2016)⁹. O estado contava, à época, com importante participação da agricultura familiar e camponesa, que se apoiava em sistemas produtivos tradicionais de arroz, milho e mandioca, denominados de roça de toco (pousio). Estes sistemas eram muito ricos em diversidade, suas sementes eram escolhidas a partir da capacidade de resposta das diferentes variedades às necessidades das famílias camponesas, o que permitiu forjar variedades muito próprias e adaptadas a essa região. Durante esses anos todos, esses sistemas tradicionais foram literalmente destruídos, principalmente pela entrada da soja e do milho, provocando um grande êxodo rural e a perda inestimável da agrobiodiversidade que é própria desses sistemas produtivos. Essa “erosão genética”, como tratou Pat Mooney em seu livro *O Escândalo das Sementes - O domínio na produção de alimentos*, de 1987,

9. Dados extraídos do site do IBGE a partir do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), que permite a consulta a dados históricos, como a produção agropecuária, com dados agregados no Brasil e por estado, a partir da escolha dos seguintes indicadores: obter ranking; produção vegetal; arroz em casca (toneladas); ano 1985; Brasil – sim; Unidade da Federação – Tudo; ao final clicar ok. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/>

difícilmente será resgatada, porque muitos dos guardiões e das guardiãs não existem mais ou tiveram que abandonar as suas terras, tomadas pelo agronegócio.

Destacamos que não se trata, apenas, de uma equação matemática, mas um conjunto de fatores que deveriam ser levados em consideração para fins de comparação, entre diferentes sistemas, tais como: *i*) o rendimento monetário líquido, tendo em vista o custo de produção (gastos com a compra dos insumos); *ii*) os riscos de contaminação da água, do solo e das pessoas, sobretudo a partir do uso de agrotóxicos (inseticidas, fungicidas e herbicidas); *iii*) a resiliência das sementes tradicionais *versus* a das sementes comerciais; *iv*) a manutenção da biodiversidade (fauna e flora); *v*) e a autonomia de agricultoras e agricultores e camponesas e camponeses.

Outro aspecto relevante, no âmbito da dinâmica dos sistemas tradicionais, é que são sistemas de baixo custo de produção, tendo em vista que recorrem a poucos insumos externos à propriedade e têm um menor gasto ou nenhum gasto com combustíveis e maquinário. Trazendo esta vantagem dos sistemas tradicionais, em comparação aos sistemas dependentes do uso de pacotes tecnológicos, ao promover uma estratégia de desenvolvimento para a região de Nacala, assentado em uma concepção agroecológica, o governo poderia implementar um processo com impactos muito mais apropriados à realidade do país. Neste sentido, as políticas públicas, os investimentos, o assessoramento técnico, o crédito e uma política de compras públicas deveriam ser conformados e ajustados de forma a dialogar com essa realidade camponesa e que seja aplicável ao contexto dessas comunidades. Embora possa produzir menos que os sistemas à base de insumo, o resultado tende a ser integralmente apropriado pela família, tanto pelo uso da produção para autoconsumo, quanto para a comercialização, caso disponham de algum excedente. A outra grande vantagem é que os sistemas tradicionais podem representar uma referência produtiva, capaz de enfrentar com mais resiliência as adversidades, advindas das mudanças climáticas. Além de serem sistemas que podem contribuir para diminuir a emissão de carbono, minimizando seus efeitos sobre o processo de aquecimento global.

Acesso ao mercado ou a construção social do mercado

O Plano Diretor para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala (2015, p. 5-1) pretende promover o acesso ao mercado por meio das seguintes estratégias: *i*) melhorar o acesso ao mercado pelos produtores; *ii*) apoiar a criação e o desenvolvimento de cooperativas agrícolas “modernas”; *iii*)

promover agregação de valor aos produtos agrícolas; e iv) desenvolver ou aproveitar infraestrutura logística existente para promover o escoamento da produção.

Está previsto que “o Plano Director irá considerar a preparação de um ambiente para promover essas estratégias sem intervir directamente na relação de benefício mútuo (ganho-ganho)” (PLANO DIRETOR, 2015, p. 5-3). A expectativa do governo é que o setor privado seja o catalisador das novas oportunidades comerciais para a agricultura de Moçambique. Ao Estado cabe incentivar os investimentos privados por meio da criação de infraestrutura, possibilitando a conexão de um sistema organizado de forma nucleada (“aglomerados agrícolas”), da concessão de isenções fiscais e da flexibilização da legislação, em particular a ambiental e trabalhista. Não nos causaria estranheza descobrir que esta inspiração do ProSavana tenha vindo do Prodecer. Lembramos que a principal estratégia embutida no Prodecer pensava o avanço da fronteira e o estímulo a uma agricultura empresarial a partir da estruturação de polos de desenvolvimento e que tinham nas cooperativas sua principal força motriz. Esses núcleos ou aglomerados passam a ser organizados pelos interesses do mercado (dos compradores), representado, neste caso, por um grande produtor, uma empresa, uma indústria, dentre outros agentes do mercado.

Essas concepções neoliberais que entendem o desenvolvimento unicamente a partir da expansão do mercado, incluindo o abastecimento alimentar, nos fazem lembrar das recomendações emitidas pelos organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, no Brasil nos anos 1980/90. A adoção dessas medidas era parte integrante das “receitas” emanadas desses organismos multilaterais para promover o ajuste fiscal, que vieram a ser adotadas por diversos países, incluindo o Brasil, e que teve como consequência a subordinação do Estado aos interesses do mercado.

É pouco crível presumir que as relações de mercado deverão se estabelecer entre os entes privados distintos (agricultores familiares e camponeses *versus* os agentes compradores) de forma equânime, justa e solidária, como se houvesse, *a priori*, um compromisso ético a ser seguido. Por outro lado, parece que o governo está acreditando que poderá domesticar o capital, a partir do estabelecimento do seu “guião operacional do esquema de produção sob contrato para as empresas de agronegócio e para os produtores locais” (*ibidem*).

Por mais que o governo acredite na sua capacidade de estabelecer parâmetros de conduta, dificilmente daria conta de minimizar o nível de conflito de interesses que tendem a determinar essas relações comerciais, haja

vista a desigualdade de poder entre as partes, uma vez que o setor produtivo (agricultura familiar e camponesa) oferece a matéria-prima e os compradores, por meio de contrato, asseguram crédito, insumos, assistência técnica, e muitos destes operadores de mercado detêm infraestrutura para transportar, armazenar, processar e comercializar a produção adquirida.

Contraditoriamente, o próprio governo reconhece esse potencial de conflito que poderá se estabelecer a partir dessas relações contratuais. Neste sentido, já previu o estabelecimento de assessoria jurídica, de instâncias para negociação e arbitragem, estrutura de monitoramento, entre outras atribuições, para dar suporte jurídico àqueles que irão produzir, a partir desses contratos. Diante dessa proposta, podemos imaginar que o custo para criar todo esse aparato administrativo e fiscal não será baixo e sua eficácia é, no mínimo, questionável. Neste sentido, seria no mínimo mais razoável que o governo reconsiderasse a intenção e viesse a estabelecer um processo de indução desse mercado de alimentos a partir da ação direta do Estado, saindo da posição de espectador e juiz e não deixando a população camponesa à mercê da assimetria de poder e conflitos com esses agentes de mercado.

O Estado moçambicano deveria institucionalizar mecanismos de compras públicas, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – implantado como projeto-piloto em Moçambique – e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para os produtos extrativistas estabelecidos no Brasil, com vistas a garantir à agricultura familiar e camponesa o acesso ao mercado institucional, por meio de relação contratual justa, no tocante ao preço e à qualidade, sem restringir a pauta dos produtos a serem ofertados. Estes mecanismos tendem a resgatar hábitos alimentares tradicionais, promover o uso da agrobiodiversidade e fortalecer os processos associativos e as organizações sociais, além de estabelecer parâmetros (públicos) claros e objetivos de preço e qualidade aos demais agentes privados do mercado.

Na Tabela 6, podemos verificar o que o governo espera alcançar de resultados para cada setor, a partir dessas relações contratuais. No tocante à agricultura familiar e camponesa (produtores), almeja que acessem o mercado, incorporem os insumos agrícolas aos diferentes sistemas de produção e recebam transferência de tecnologia cuja inspiração é proveniente da atualização dos pacotes tecnológicos implementados no Brasil nos anos 1970. Por sua vez, em relação ao agronegócio, a expectativa é que obtenha ganhos financeiros, a partir da otimização dos custos de investimento e custeio.

Não há a pretensão aqui de “demonizar” as relações comerciais estabelecidas por meio de contratos. Mas não pretendemos também cair na

Produtores	Agronegócio
1. Garantir um mercado firme	1. Economizar os custos iniciais de investimento
2. Receber insumos agrícolas de qualidade	2. Economizar os custos de operação (apenas os produtores agrícolas)
3. Obter tecnologia agrícola avançada	3. Garantir produtos estáveis (apenas os comerciantes e a indústria de processamento)
4. Reduzir o risco de incidentes inesperados	4. Reduzir o risco de incidentes inesperados

Tabela 6. Benefícios Esperados das Parcerias entre Produtores e o Agronegócio

Fonte: Plano Diretor para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala (2015, p. 5-3)

falácia que vê nos contratos o instrumento suficiente para a garantia de transações comerciais justas, para a resolução das assimetrias de poder e para a superação dos obstáculos de infraestrutura. Assim, entendemos que não é razoável que se faça apologia a esse mecanismo formal de compra e venda (contrato) como a alternativa que resolverá os problemas de acesso ao mercado para a agricultura familiar e camponesa, uma vez que o próprio governo admite que o ambiente agrícola e agrário é complexo para estabelecer essas novas relações de mercado.

Diferentes documentos oficiais reconhecem, em boa medida, que esses processos estão por ser construídos, haja vista a fragilidade da economia agrícola e do ambiente institucional. Importante ressaltar que a lógica do governo para estabelecer o aumento da produção a partir de culturas prioritárias, que em sua maioria não são as mesmas produzidas nesses territórios pelas famílias camponesas, somada a isto a promessa de garantia de acesso ao mercado, amparado em relações estabelecidas por meio de contratos, não corresponde à realidade. Ademais, são camponesas e camponeses que nunca trabalharam com contratos, de forma que também não é razoável imaginar que a contratualização se dê de maneira direta e sem conflitos. Sendo assim, a adoção do plantio das “culturas de rendimento”, estabelecidas a partir dos interesses do mercado, poderão aumentar os problemas de insegurança alimentar em Moçambique.

O governo espera que a agricultura familiar e camponesa passe a “focar as intervenções em práticas de produção orientadas para o mercado, dando maior atenção aos aspectos relacionados com os mercados agrícolas e mudando a mentalidade de ‘produzir e vender’ para ‘produzir para vender’” (PLANO DIRETOR, 2015, p. 5, seção 1). Como já abordado no item anterior, as diretrizes governamentais para combater a insegurança alimentar e a falta de oportunidade para a maioria da população rural passam pela “modernização conservadora da agricultura”. O governo espera que os arranjos pro-

ditivos estabelecidos por meio de contratos venham a assegurar o acesso ao crédito - para o fomento da produção - e à assistência técnica, com vistas a garantir que a agricultura familiar e camponesa incorpore as “novas” tecnologias e os insumos agrícolas (fertilizantes e sementes comerciais).

Em relação à experiência brasileira, a partir do enfoque da agricultura familiar e camponesa, existem diversos estudos e sistematizações que permitem evidenciar o nível de conflito estabelecido, a partir dos processos de integração com algumas indústrias, tais como a do fumo (tabaco) e as de processamento de frangos e suínos. Estes processos levaram a maioria dessas famílias à especialização produtiva e à perda de autonomia, além de se sujeitarem a relações comerciais de baixa transparência, sobretudo em relação aos parâmetros utilizados na definição dos preços pagos aos produtores e na valoração da qualidade do produto comercializado. Ainda mesmo nas regiões em que o movimento sindical está mais bem representado, por meio dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), a correlação de forças entre os que produzem e os grandes compradores é muito desigual.

Vemos que, em Moçambique, o Plano pretende estimular o avanço dessas relações privadas no campo, a partir da formação de “cooperativas modernas”. Reconhecemos a importância de que o fortalecimento dos processos associativos seja estimulado pelo Estado, mas a linha que divide a perspectiva de “apoio” *versus* a intervenção estatal, no âmbito da formação dessas organizações, é muito tênue. Neste sentido, diversas análises e leituras da experiência brasileira demonstram que o associativismo, para que ganhe força e seja capaz de engendrar estratégias de desenvolvimento, deve ser fruto da necessidade comunitária e não partir da tutela da ação do Estado ou pela assistência técnica (leia-se iniciativa privada, uma vez que deverá ser esta a financiar este serviço). Ao estabelecer que a forma de organização, necessariamente, tem que ser por meio de uma cooperativa, o Estado retira a autonomia comunitária, não permitindo que os grupos comunitários tenham a prerrogativa de decidir entre as diferentes formas de organização (associação ou cooperativa).

Esse tema também tem sido bastante controverso no Brasil. O novo Código Civil brasileiro define que as associações não podem ser utilizadas para fins de organização econômica. O fato é que, mesmo depois desse novo Código Civil, na prática, inúmeras associações seguem atuando na comercialização. Essas escolhas muitas vezes são feitas pelo fato de que, para estabelecer uma associação, não há exigência da integralização da cota-parte (capital). Assim, todo o capital que venha a se formar em uma associação (sede, veículos, agroindústria, móveis, entre outros bens), no

caso de que um ou mais associados venha(m) a desvincular-se, o capital se mantém sob domínio coletivo e o associado não levará consigo a sua cota-parte (capital). Desta forma, as dinâmicas nas associações tendem a ser estabelecidas por meio de processos organizativos mais democráticos e com uma gestão contábil menos complexa.

Neste sentido, parece-nos equivocada a perspectiva que o governo deve determinar o formato organizativo que será estabelecido, no âmbito dos grupos comunitários. Até porque, ao mesmo tempo que se exige isto das comunidades, dá-se toda a liberdade para a iniciativa privada se estabelecer como empresa individual, contando, muitas vezes, com apoio governamental para tanto. Para garantir que parte das comunidades rurais venha a aderir a essa proposta, em relação à formação das “cooperativas modernas”, o governo sinaliza que essas organizações terão a prerrogativa de acessar crédito para aquisição coletiva de insumos. Em muitos casos, a experiência demonstra que o instrumento do crédito, sobretudo quando operacionalizado pelo sistema de crédito tradicional, tende a fazer com que os agricultores e suas organizações (cooperativas) sejam utilizadas como vetores para o processo de modernização conservadora da agricultura, por meio do estímulo a compra e uso de insumos agrícolas. O desenho proposto em Moçambique parece que tenderá a fortalecer e facilitar a atuação das grandes empresas de insumos, reduzindo seus custos operacionais a partir da organização da compra de fertilizantes e sementes por meio das cooperativas.

Por fim, a perspectiva de constituir um sistema de produção e geração de informações agrícolas é extremamente relevante, tanto para democratizar o acesso a essas informações, como para o uso do próprio governo, em especial para subsidiar o planejamento de ações referente às políticas agrícolas. Apenas parece-nos que esse sistema deveria ir muito além da expectativa de disseminar os parâmetros de preços e informações relativos aos contratos agrícolas de compra e venda. O sistema de informações agrícolas deveria incorporar a perspectiva de realizar levantamento referente aos prognósticos de safras, aos custos de produção e aos estoques públicos e privados, com vistas a levantar periodicamente informações públicas que permitam orientar as decisões e intervenções governamentais referentes ao abastecimento alimentar em Moçambique.

Participação social na construção do Plano de Desenvolvimento

Ao ler a descrição sobre a metodologia desenvolvida ao longo do Plano Diretor, percebemos que a participação das comunidades foi tênue, não sen-

do criado um espaço apropriado para que pudessem expressar livremente as suas necessidades e expectativas, assim como denunciar e debater sobre os problemas que enfrentam para permanecer na atividade agrícola.

Entendemos que essa etapa deveria ter sido uma das primeiras atividades do trabalho de campo, com vistas a assegurar um processo proativo dos agricultores e agricultoras, incluindo o estabelecimento de grupos focais específicos para tratar, por exemplo, das questões de gênero e da juventude rural. Isso garantiria a participação dos atores locais, em especial das famílias agricultoras e suas organizações, como sujeitos do processo de construção desse Plano de Desenvolvimento, e não apenas como beneficiários. A tabela abaixo demonstra claramente o quanto foi pequena a “voz” da agricultura familiar e camponesa, ao longo das diferentes etapas.

A Nota Conceitual, referente ao Plano Diretor de Desenvolvimento do Corredor de Nacala (ProSavana), informa que foram realizadas consultas a diversos setores ligados às diferentes áreas do abastecimento alimentar, da produção à comercialização, incluindo lideranças do setor produtivo, agentes do mercado, ONGs, agências de cooperação e representantes do governo e de diferentes instituições públicas e privadas. Informa, ainda, que foram realizadas duas reuniões em cada um dos 19 distritos da região de Nacala. Uma das reuniões foi com o Conselho Distrital, que contou com a participação de representantes do governo central. O outro encontro foi realizado com os produtores locais, “os quais foram convidados por cada posto administrativo do districto”. O convite feito por esses agentes dos distritos reforça as denúncias que a União Nacional de Camponeses (UNAC) vem fazendo, em relação a certo direcionamento das pessoas a serem convidadas para essas reuniões, em especial aquelas que não são críticas ao ProSavana. A Nota Conceitual afirma, ainda, que houve a participação de 1.755 pessoas nas reuniões realizadas “para explicar o ProSavana e [estas] expressaram seus comentários, expectativas e preocupações”, o que também reafirma o caráter consultivo dessas reuniões, que podem estar servindo, principalmente, para chancelar a proposta do Plano de Desenvolvimento do Corredor de Nacala (NOTA CONCEITUAL, 2013, p. 6)

Por outro lado, o documento é contraditório, ao apresentar os dados que estão demonstrados na Tabela 7, em que podemos ver que a participação social da agricultura familiar e camponesa foi muito aquém da sua representação na sociedade e, sobretudo, por configurar o principal público a ser atingido por esse Plano de Desenvolvimento (*idem*).

Os dados da Tabela 7 evidenciam que nas três reuniões, ocorridas entre abril de 2012 e março de 2013, apenas 6% do público participante está contido no grupo “agricultores”, não sendo possível identificar a faixa etá-

Reuniões	1 ^a				2 ^a		3 ^a		Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(5)	(5)	(1)	
Local	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(5)	(5)	(1)	
Agricultores	2	0	0	8	1	0	3	2	19 (6%)
Empresas privadas	10	9	2	2	6	8	3	2	42 (14%)
Organizações públicas	28	28	6	7	28	22	26	21	166 (55%)
ONGs e Doadores	3	5	0	4	3	10	18	12	55 (18%)
Desconhecido	3	1	2	12	0	0	2	1	21 (7%)
Sub-total	46	43	10	33	41	40	52	38	100%
Total	132				81		90		303

Tabela 7. Número de participantes nas reuniões das partes interessadas

Local: (1) Nampula; (2) Lichinga; 3 Quelimane; (4) Alto Molocué; (5) Maputo

Fonte: Equipa do Estudo (Nota Conceitual, 2013, p.7)

ria nem o gênero. Por sua vez, havia três vezes mais organizações não-governamentais e de doadores (18%), mais que o dobro de organizações empresariais (14%), e majoritariamente organizações governamentais (55%), evidenciando o elevado grau de centralização das decisões nesse processo. Considerando que essas reuniões foram realizadas com “o objetivo de compartilhar o plano de estudo e determinar os desejos e preocupações da população local”, entendemos que o setor vinculado diretamente à produção está sub-representado, o que, no mínimo, contribuiu para minimizar a intervenção e a “visibilidade” dessas categorias sociais.

O fato de o esboço do Plano de Desenvolvimento ter sido apresentado em fase avançada de elaboração tende a dificultar mudanças em suas diretrizes e engessar o debate, a partir das propostas apresentadas, sobretudo porque a incorporação de possíveis ajustes ou mudanças ao Plano, que tenham surgido durante a realização dessas reuniões, depende, exclusivamente, do posicionamento final da equipe técnica. Neste sentido, a participação da agricultura familiar e camponesa, considerada em notas oficiais como o público prioritário, deveria representar a maioria nessas reuniões. Em segundo lugar, seria recomendável que essa fase – de diálogo com agricultores e agricultoras – anteviesse a elaboração do Plano de Desenvolvimento. Terceiro, seria salutar se a equipe técnica desse mais peso às sugestões da sociedade civil, em especial do setor da agricultura familiar e camponesa, com o intuito de subsidiar as diretri-

zes e linhas de ação desse Plano Diretor para o Desenvolvimento Rural do Corredor de Nacala.

Entendemos que a opção metodológica adotada foi insuficiente para garantir a legitimação das propostas apresentadas, uma vez que o processo de participação social, segundo o próprio documento, limitou-se a promover a escuta, a realização de entrevistas e a promoção de algumas reuniões com produtores locais, entidades privadas e organizações governamentais. Segundo os documentos oficiais, nessas reuniões “a equipa técnica apresentou o progresso do estudo e os participantes fizeram os seus comentários e deram opiniões” (PLANO DIRETOR, 2015, p. 1, seção 9).

Em relação à sociedade civil, o estudo aponta um conjunto bastante expressivo de associações que se formaram nas últimas décadas, em especial a partir de meados dos anos 1990. Considera-se que existam em nível nacional cerca de 4 mil associações, sendo metade delas vinculadas à União Nacional de Camponeses (UNAC). Somente em Nacala, esse estudo aponta que existem 144 organizações de produtores (associações e cooperativas), distribuídas em 14 distritos, formando 3 federações e 35 fóruns.

O problema, segundo o estudo, é que muitas dessas organizações foram formadas para viabilizar o recebimento de recursos, máquinas, equipamentos ou insumos, estimuladas tanto por programas governamentais, como pela cooperação internacional. O estudo aponta, ainda, que essas organizações apresentam uma reduzida capacidade de gestão, possivelmente fruto do processo da sua própria formação. Este tema, como tratado anteriormente, merece grande atenção, uma vez que o estudo aposta em uma iniciativa enviesada, ao ver as organizações sociais pela lente do empreendedorismo, ao dizer que serão criadas “cooperativas modernas”.

Essa lógica do Plano está expressa na Figura 3, abaixo, que prevê o “crescimento através da transformação das associações de produtores em cooperativas lucrativas” (Plano de Desenvolvimento, 2015, p. 3-13). Essa visão tende, além de distorcer os princípios associativos, a promover organizações focadas apenas no resultado econômico, pouco democráticas e verticalizadas, promovendo a qualificação e o empoderamento de algumas lideranças, em detrimento da base social.

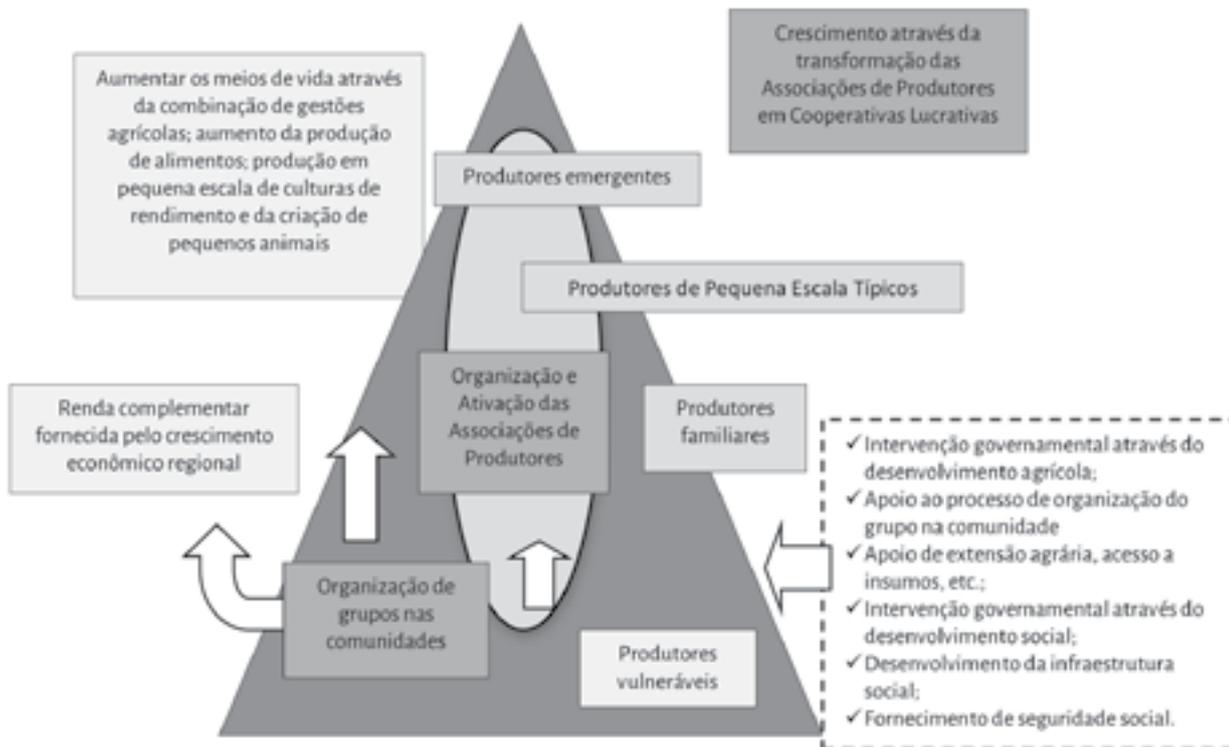
O Plano de Desenvolvimento, em boa medida, reserva para as organizações sociais um papel secundário, esperando que elas maximizem o resultado da sua produção, por meio do acesso à assistência técnica e à extensão rural, ao crédito agrícola e às novas tecnologias de produção, em especial aos insumos (fertilizantes, sementes comerciais e agrotóxicos). Segundo a equipe do ProSavana (PLANO DIRETOR, 2015, p. 4-4; 4-5), a adoção desse “pacote tecnológico” visa promover o aumento da produtividade, via o uso

de insumos agrícolas (agroquímicos e sementes comerciais), assegurando, assim, aumento da produção, com vistas a atender tanto a demanda interna, quanto para gerar excedentes para a exportação. Para estabelecer essa estratégia, pretendem “criar um modelo para o desenvolvimento de produtores líderes que irão difundir as práticas e os efeitos da tecnologia sobre os cultivos e assim motivarem os produtores de pequena escala da área a adotarem as tecnologias melhoradas” (PLANO DIRETOR, 2015, p. 4-15).

Ao mesmo tempo, foram estudados cinco cenários para avaliar as possibilidades de crescimento da produção agrícola, de aumento da renda da agricultura familiar e da média agricultura, assim como da proporção da agricultura familiar e camponesa que poderia ser incluída nesse processo de “desenvolvimento” para 2020 e 2030. Dentre os cinco cenários, foi estipulado o cenário 1, que representou a expectativa de não haver nenhuma mudança na agricultura, em termos de adoção de tecnologia. Por sua vez, o cenário 5, mais positivo, teve como meta que, em 2020, pelo menos 30% das famílias rurais já tivessem migrado para a “agricultura melhorada” (adoção de insumos, semente comerciais e outras práticas agrícolas que possibilitem ampliar a produtividade).

Figura 3. Modelo de crescimento esperado dos produtores vulneráveis através da organização de grupos ao nível comunitário

Fonte: Plano de Desenvolvimento, 2015, p. 3-13



Após a análise do conjunto desses cenários, a equipe do ProSavana estabeleceu que o cenário 3 (Desenvolvimento Gradual) seria o mais “realista” (Plano de Desenvolvimento, 2015, p. 3-21/3-22) a ser adotado, que prevê que, em 2020, 30% dos produtores estejam incluídos nos sistemas que representam a “agricultura melhorada”, conforme estabelecido pelo ProSavana. E, em 2030, essa meta tenha alcançado 40% dos produtores exercendo sistemas de agricultura intensiva em insumos e que os investimentos agrícolas tenham avançado, em relação a 2011 e 2020.

Neste contexto, o governo acredita que esse Plano será promotor de processos de desenvolvimento, assegurando a melhoria de renda para a população rural, o acesso ao mercado e a garantia de venda da sua produção, por meio de contratos, como fornecedores de matéria-prima para a indústria ou para exportadores. Acreditam que o investimento de diferentes setores privados na economia de Moçambique criará novas oportunidades para geração ou complementação da renda das famílias rurais.

A dicotomia brasileira entre o avanço do agronegócio e a experiência recente das políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa

Matopiba: nova frente de expansão do agronegócio

O uso da experiência do Prodecer pelo Brasil não tem sido apenas uma referência brasileira para a cooperação Sul-Sul que o país tem promovido, em especial na África, sobretudo com Moçambique. Podemos considerar que as diretrizes do Prodecer foram recuperadas, reforçadas e atualizadas, sendo reeditadas no Brasil, contando mais uma vez com a cooperação japonesa (JICA), para intensificar o que já vem ocorrendo desde o início dos anos 2000, em relação à ocupação pelo agronegócio e por empresas estrangeiras das áreas de Cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Matopiba). Esses projetos contam com o apoio de recursos públicos, liberados por meio do sistema financeiro, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo aporte de recursos oriundos de fundos de investimento internacional, que têm aplicado na compra de ativos (terra) nessa região. Importante destacar o papel central dos governos (Federal e estaduais) ao contribuir de forma decisiva para a ocupação da última fronteira agrícola do Cerrado brasileiro, por meio da elaboração de políticas públicas que visam facilitar o acesso a recursos públicos de apoio aos investimentos em infraestrutura e mecanização agrícola e custeio para o fomento à produção. Atuam, ainda, na flexibilização da legislação ambiental, como

foi o caso da reformulação no Código Florestal brasileiro (2012) e na construção de infraestruturas logísticas por meio da ampliação da malha rodoviária, ferroviária e ampliação dos portos para facilitar o escoamento das *commodities* para o mercado internacional. Segundo o Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) da Embrapa, “essa expressão [Matopiba] designa uma realidade geográfica que recobre parcialmente os quatro estados mencionados, caracterizada pela expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias modernas de alta produtividade”¹⁰. Esta atualização do discurso serve para conferir uma nova roupagem ao agronegócio e do Matopiba, uma vez que o propósito de ocupação e exploração do Cerrado brasileiro segue a mesma gênese. A linguagem aparenta ser cuidadosamente escolhida, o que permite apresentar uma nova imagem para o agronegócio brasileiro, a partir de ideias-força que buscam conferir algo “novo, de ponta, avançado” ao dizerem que são usadas “tecnologias modernas” que conferem ao produtor “altos rendimentos” (produtividade). Com isso buscam minimizar as críticas sobre os impactos causados por projetos de ocupação agrícola dessa natureza, em especial em relação ao desmatamento, à redução da biodiversidade, à contaminação dos trabalhadores e das pessoas que vivem nessas áreas e que estão cotidianamente expostas a altas cargas de agrotóxicos, que são pulverizados diariamente durante o período da safra, assim como a contaminação do solo e das águas. Além disso, há ainda os conflitos sociais pelas disputas de território das áreas das populações tradicionais – como as comunidades quilombolas – e os povos indígenas.

A definição da Embrapa sobre o que é o Matopiba denota a conexão entre o “velho” – a Revolução Verde – e o “novo” – a biotecnologia – que se materializa por meio dos transgênicos. As palavras tecnologia, moderna e produtividade tendem a ser lidas e absorvidas como algo que, *a priori*, representa valores positivos. Assim, os processos de modernização da agricultura são apresentados de forma genérica e sem uma análise crítica dos seus impactos reais (políticos, econômicos, sociais e ambientais). As sementes híbridas e transgênicas são associadas a essa ideia de “modernidade pelo uso da ciência”. Pat Mooney (1987) já demonstrou o quanto tem sido perdido de biodiversidade pelo uso dessas sementes, as quais contribuíram para o desaparecimento de sementes crioulas (nativas). As propostas que têm sido apresentadas como solução para o enfrentamento da insegurança alimentar na África, como é o caso do ProSavana, em geral seguem a mesma lógica da Revolução Verde, que tem como principal objetivo a disseminação de pacotes tecnológicos junto aos agricultores familiares.

Os anos 2000 inauguram, portanto, mais uma frente de cooperação entre Brasil e Japão no setor agrícola, cujas iniciativas encontram-se expressas

10. Desenvolvimento Territorial Estratégico para Região do MATOPIBA - Parceria INCRA e EMBRAPA (MDA e MAPA). Disponível em <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/>

no Matopiba e no Corredor de Nacala. Essas coincidências não acontecem por acaso. Em 1º de março de 2016, foi realizado o seminário “Diálogo Brasil-Japão – Intercâmbio Econômico e Comercial em Agricultura e Alimentos”. Segundo o site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil, “os dois países vão assinar um acordo que permitirá investimentos japoneses na região do Matopiba”. Na abertura deste evento, a ministra, à época Kátia Abreu, “destacou o potencial da agricultura brasileira (sic), especialmente do Matopiba, com sucessivas safras recordes de grãos. [...] Podemos contribuir para a garantia alimentar no mundo, por meio da ampliação das exportações dos produtos agropecuários”. A ministra reforçou, ainda, que “este é um momento histórico na relação entre as duas nações e inaugura um novo tempo para a região do Matopiba”¹¹.

Importante ressaltar que esse modelo agroexportador resiste porque reúne interesses comuns. Por um lado, o agronegócio brasileiro busca sempre avançar com as exportações agrícolas brasileiras de *commodities* e com a diversificação dos mercados para os quais comercializa (de *commodities*, de bens intermediários na produção de rações e outros derivados, de agrocombustíveis, de óleos vegetais etc.). Do outro lado, está o governo brasileiro, tendo como aliados internos a área econômica (Ministério da Fazenda), o MAPA, além dos Ministérios de Relações Exteriores (MRE) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), os quais estão entre os maiores interessados no avanço das exportações brasileiras. A convergência desses interesses se acentua em momentos como esse que o país está passando, de baixo crescimento econômico, necessidade de equilibrar as contas da balança comercial e os problemas de déficit em conta corrente. No último período, esse déficit tem sido provocado pela saída de capital (remessas de lucro e capital volátil, que vêm ao Brasil para se beneficiar dos juros altos). Esse problema se acentuou entre 2013 e 2015, ainda como reflexo tardio da crise de 2008, aumento das importações, ampliação dos gastos de brasileiros no exterior e pela redução dos preços das *commodities*. Esta situação não se agravou mais porque a moeda brasileira (Real) depreciou frente ao dólar cerca de 40%, revertendo, em boa medida, o déficit da balança comercial brasileira e ampliando a competitividade das *commodities* brasileiras nos mercados internacionais.

A construção de referenciais de mudanças

Nos últimos 20 anos, muitos processos novos ocorreram no Brasil, em especial algumas novidades e ajustes promovidos nos instrumentos da política para a agricultura familiar e camponesa. Soma-se a isso a garantia do acesso, a partir de 2003, das populações que se encontravam em patamar abaixo da

11. “Kátia Abreu: acordo entre Brasil e Japão inaugura um novo tempo para o Matopiba”. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2016/02/katia-abreu--acordo-entre-brasil-e-japao-inaugura-um-novo-tempo-para-o-matopiba>

linha da pobreza aos programas de transferência de renda e a recuperação do poder de compra do salário mínimo. Esse novo referencial, que permite combinar políticas de apoio à produção e de fomento ao desenvolvimento rural com foco na agricultura familiar e em povos e comunidades tradicionais, mesmo com limitações, permitiu acumular uma experiência interessante, com instrumentos inovadores, que deveria ser a referência para o trabalho da cooperação internacional brasileira, quanto à orientação e formulação de uma estratégia solidária de desenvolvimento do Corredor de Nacala, tendo como foco as populações rurais. Esses novos instrumentos estiveram ancorados nos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Educação (MEC), aliados às ações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em apoio à agricultura familiar e camponesa, por meio das compras governamentais.

Possivelmente, essa concepção inclusiva e participativa contribuiria bem mais para a construção de alternativas (políticas, programas e ações) capazes de superar os problemas de insegurança alimentar e nutricional e a pobreza rural do país. Para isso, o governo de Moçambique deveria incorporar ao seu processo de desenvolvimento rural uma concepção baseada nos princípios da agroecologia, com o intuito de valorizar a sua biodiversidade e os sistemas tradicionais de produção, resgatar e promover os hábitos e a cultura alimentar regional e combater a desigualdade econômica e social, por meio da inclusão produtiva e da utilização de instrumentos de transferência de renda, em especial para as famílias que estão abaixo da linha da pobreza.

Considerações Finais

As propostas apresentadas para o desenvolvimento agrário de Nacala, não obstante tenham afirmações de princípios que pregam a prioridade dada à agricultura familiar, na prática distanciam-se desta realidade e enfatizam em seus instrumentos os interesses da agricultura empresarial. Percebemos, pelos documentos, que o papel esperado pelo governo para a agricultura familiar e camponesa é secundário, de subordinação aos interesses do capital privado, uma vez que serão eles que estabelecerão as regras e os ritmos do processo.

O diagnóstico do Plano Diretor de Desenvolvimento do Corredor de Nacala destaca que a maior parte da população é rural e existem grandes problemas estruturais, tais como analfabetismo, desemprego, sérios problemas fundiários que limitam o acesso à terra e à água e elevado grau de insegurança alimentar e nutricional. Por outro lado, as estratégias desenhadas

ou a concepção adotada nesse Plano de Desenvolvimento não parecem ser os instrumentos mais adequados para a consolidação de um processo que possibilite reverter essa realidade de desigualdade. No lugar de investir na construção de um novo ambiente institucional, capaz de dialogar com a sua própria realidade, o caminho seguido parece ter sido a importação de uma solução do Brasil, que não reflete a realidade de Moçambique. Ao contrário, importa um referencial de desenvolvimento que nada tem a ver com o país, além de algum nível de semelhança edafoclimática. Importante registrar que a literatura é farta quanto aos problemas gerados no Brasil a partir da adoção desse referencial do Prodecer e agora do Matopiba. Mantidas as devidas proporções, de uma maneira geral, podemos afirmar que a agricultura em Nacala assemelha-se ao perfil da maioria da agricultura familiar e camponesa do Brasil. Essas famílias vivem em áreas inferiores a 10 ha e representam 47% (de 2,4 milhões) do total dos estabelecimentos rurais, segundo Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ainda em que pese ser quase a metade do total dos estabelecimentos rurais, o somatório da área desse estrato (menos de 10 ha) não chega a 2,7% do total. Importante registrar que a maioria dessas famílias no Brasil não vivem na Região do Cerrado, mas sim na Região Nordeste.

Ainda, a elaboração desse Plano poderia ter sido utilizada para promover um amplo processo de mobilização social, fomentando o debate e a construção de alternativas legitimadas pela população local e valorizadas pelas organizações sociais, incorporando nesse processo as soluções baseadas no conhecimento tradicional e assegurando a construção de políticas públicas flexíveis e adaptadas a essa realidade rural de Moçambique.

A situação agrária do Corredor de Nacala, como vimos anteriormente, é representada majoritariamente pela agricultura de base familiar e camponesa, sendo seus estabelecimentos dotados de áreas muito pequenas (média de 1,34 ha). Por isso a garantia do uso das áreas comunitárias e destinadas ao pousio hoje é fundamental para que seja preservado esse direito de uso pelas comunidades rurais, como forma de garantir a reprodução do seu modo de vida. A necessidade de rever a estrutura agrária vale, tanto para o Brasil, como para Moçambique, ainda que sob óticas diferentes. No caso brasileiro, seria para resolver um problema histórico de concentração da terra. Em Moçambique, ao contrário, seria para ampliar a capacidade da agricultura familiar e camponesa em reproduzir os seus sistemas de produção. Como o governo sinalizou que pretende liberar parte das áreas utilizadas para o pousio, isto poderia representar a ampliação das áreas de cultivo e de outros usos pela agricultura familiar e camponesa, e não pelo o agronegócio. Entendemos que se trata de uma questão estratégica para



Produção camponesa.
Foto: ADECRU Moçambique

o país e do reconhecimento de um direito da agricultura familiar e camponesa, por isto a relevância em assegurar um processo de debate transparente e participativo, evitando decisões governamentais equivocadas e contrárias aos interesses dessas comunidades.

Isto não quer dizer que seus sistemas de produção tradicionais não possam ou não devam ser aprimorados. Entendemos que essa seria uma das grandes contribuições desse Plano de Desenvolvimento, desde que focado em promover e fortalecer esse conhecimento tradicional acumulado, assim como a promoção do resgate e manejo da biodiversidade regional. A partir do estabelecimento de uma estratégia para as sementes crioulas (nativas), poderia haver o melhoramento do manejo de sistemas tradicionais de pequenos animais e raças bovinas crioulas, buscando melhorar a disponibilidade de água e alimentação, por meio da colheita de água da chuva e da construção de tecnologias sociais adaptadas a essa realidade. Uma grande referência nesse sentido pode ser as estratégias e as tecnologias sociais desenvolvidas pelas organizações vinculadas à Articulação do Semiárido brasileiro (ASA), no contexto dos Programas 1 Milhão de Cister-



nas (P1MC) e Programa 1 terra e 2 Águas (P1+2) desenvolvidos em parceria com o governo brasileiro, por meio do MDS.

Como dito anteriormente, essa condição de restrição de acesso aos meios de produção tende a impor limites a essas famílias para reproduzir seus sistemas de produção. Portanto, a alternativa para viabilizar a sua inserção econômica e social exige o acesso a uma cesta de diferentes políticas públicas (*policy mix*) e a promoção da sinergia entre esses instrumentos públicos, desenvolvidos ou adaptados especificamente à sua realidade, tendo em vista não apenas o fomento à produção de algumas culturas consideradas prioritárias pelo governo, mas sobretudo a valorização do uso da biodiversidade por meio do policultivo, da produção animal e de sistemas agroflorestais e os quintais produtivos para ampliar a diversidade de alimentos, assegurando o autoconsumo e a produção de excedentes para o mercado.

Esse processo poderá contribuir para suplantar a fome e a insegurança alimentar, problema para o qual o governo busca um caminho inverso, ou seja, quer promover o aumento da produção de alguns produtos prioritários, por meio da implementação de grandes projetos e o estímulo à

Machamba (roça) da agricultura camponesa.

Foto: Japan International Volunteer Center (JVC)

implantação do estabelecimento de contratos pelos agentes privados com algumas comunidades rurais. Isto levaria à especialização agrícola e incorporação das famílias que dispõem de mais terra e melhor estrutura produtiva. Ao passo que o governo poderia ser o promotor direto desse processo de inclusão produtiva, por meio da implementação de programas específicos, a exemplo do Brasil, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), direcionando esses alimentos para o consumo das crianças, nas escolas, e às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. Para facilitar o processo poderão ser criados Comitês de Gestão Local, com a participação das organizações sociais e representantes dos distritos para dinamizar esses processos nas próprias comunidades e fortalecer a gestão social. Programas dessa natureza contribuem para a descentralização das ações governamentais, além de superar dificuldades, como os problemas viários, estimular a economia local, transferir renda e combater a insegurança alimentar e nutricional. Paralelamente, fortalece as organizações sociais por meio do estabelecimento de mecanismos formais de compra e venda de alimentos e estimula a construção de outros canais de comercialização. Em relação às sementes crioulas poderiam ser distribuídas, também, na própria comunidade para fomentar o uso de sementes de qualidade, maior adaptação ao solo e o clima dessa região de Nacala, além de assegurar maior resiliência às mudanças climáticas.

As sucessivas crises econômicas ocorridas no mundo, em especial o colapso financeiro de 2008, que reverbera ainda hoje em uma crise estendida, deveria, no mínimo, servir de alerta ao governo de Moçambique sobre os riscos e a vulnerabilidade que o país pode estar se submetendo, ao se deixar centralizar pelos interesses do mercado integrado às cadeias globais, conforme o desenho do Plano de Desenvolvimento Agrário e Agrícola para o Corredor de Nacala. Tendo em vista as grandes disparidades socioeconômicas presentes em Moçambique e evidenciadas pelo próprio governo, o desenho de uma proposta de desenvolvimento requereria uma postura contrária à que vem sendo implementada. Deveria se pautar pelo fortalecimento de políticas públicas que atendam os interesses coletivos, por meio do combate às desigualdades e da ampliação da democracia, em detrimento da primazia dos interesses do mercado, dos investidores externos e do fortalecimento de um projeto neoliberal. O governo de Moçambique, ao promover a expansão dos mercados e atender os interesses dos investidores privados, em particular do capital internacional, está enfraquecendo o Estado e abrindo mão de ser o promotor de um desenvolvimento que assegure a inclusão social e a promoção da cidadania.

Entendendo que Moçambique convive com sérios problemas estruturais, dentre eles a insegurança alimentar, e que tem boa parte de sua população vivendo da agricultura, apoiar-se em sistemas de produção agrícola que permita conquistar a soberania alimentar, a partir de um referencial de desenvolvimento que assegure a construção da autonomia à agricultura familiar e camponesa, deveria ser a força-motriz desse Plano de Desenvolvimento. Entendemos, desta forma, que os sistemas tradicionais não representam uma condição do passado, ao contrário, podem vir a ser a ponte para o futuro, sobretudo a partir da valorização desse conhecimento tradicional acumulado, no âmbito das comunidades rurais. Valorizar esse conhecimento e a agrobiodiversidade, que vem sendo manejada e adaptada por gerações de camponeses, pode ser a chave para promover um referencial de agricultura mais enraizado nos territórios, e que seja resultado de uma síntese de saberes (o tradicional, aliado ao saber técnico-científico) e construído de baixo para cima.

É factível entender a posição dos governos dos três países, ao defenderem a necessidade de aumentar a disponibilidade alimentar, desde que esta defesa esteja orientada por um bem comum, com o intuito de assegurar justiça social e resolver os problemas de insegurança alimentar e nutricional de Moçambique. A experiência brasileira apresenta alternativas nesse sentido e que poderiam servir de inspiração para o desenho de estratégias de desenvolvimento inovadoras que tenham na agricultura familiar e camponesa o seu principal protagonista. Essas perspectivas se pautam na incorporação de um referencial de base agroecológica, no fomento de uma agricultura cujas contribuições não se resumem à dimensão produtivista e tecnológica, incorporando uma abordagem de desenvolvimento rural que não se resume ao desenvolvimento agrícola.

O governo de Moçambique acredita, de certa forma, que a meta mais realista a ser atingida no ProSavana, até 2030, em relação à inclusão produtiva e à inserção no mercado da agricultura familiar, oscila entre 30 e 40% das famílias rurais, algo em torno de 200 a 250 mil famílias rurais. Mesmo que consideremos essa meta razoável, dadas as condições do país hoje, o governo está assumindo que boa parte da população (60%) poderá alcançar alguma melhoria de vida se forem incluídos em outras dinâmicas econômicas, fora da agricultura. Isto significa que existe apenas uma alternativa para aqueles que não forem incluídos em nenhuma delas: continuarão a compor as estatísticas do país como pessoas excluídas de cidadania. Em resumo, o que se evidencia é que o governo está assumindo que uma parte expressiva da população rural dessa região de Nacala efetivamente não migrará da sua atual condição socioeconômica e que, portanto,

todo esse esforço de entrega das terras ao capital internacional e à iniciativa privada, além de representar uma estratégia de alto risco, não representa uma solução universal para a população do Corredor de Nacala. Isto poderá estimular a ocorrência de processos de migração em massa dessa população rural para as cidades ou outras regiões, com o intuito de buscar alguma alternativa de inserção social e econômica.

Entendemos que existem outros caminhos e o governo brasileiro conhece parte dessa solução, sobretudo a partir dos programas de transferência de renda, do fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia. Mesmo admitindo que o tema da agroecologia é um tema controverso no âmbito do governo, houve o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) (2012), tendo assumido a sua coordenação o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Governo da Presidência da República (SG). Em 2013 foi lançado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), sendo implementada a Comissão Nacional de Produção Orgânica e Agroecologia (Cnapo), responsável pela elaboração e implementação desse Plano. Esta Comissão é formada paritariamente com representantes da sociedade civil, dentre as quais estão a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e movimentos sociais da agricultura familiar e camponesa.

A agroecologia deve ser entendida como um processo de desenvolvimento rural, com significado polissêmico, e não apenas como um conjunto de técnicas de produção agrícola. Mesmo a FAO, com todas as suas contradições e legado, por ser a principal agência multilateral que segue promovendo, em boa medida, a Revolução Verde, passou a debater internamente a relevância da agroecologia. Segundo a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) do governo brasileiro, as conclusões produzidas pelo relator especial da ONU para o direito à alimentação, Olivier de Schutter, tiveram o mérito de ressignificar a agroecologia, a partir da publicação do seu Relatório:

O Caderno apresenta o relatório de Olivier de Schutter, que possui o inegável mérito de colocar o debate sobre a agroecologia em um novo fórum e sob um novo patamar, ao mesmo tempo em que a conecta diretamente com o direito básico e universal à alimentação. Baseado em compilações que têm por base uma ampla gama de iniciativas levadas a cabo principalmente em países da África e da América Latina, o relatório apresenta dados concretos que evidenciam os resultados de sistemas agroecológicos, contribuindo também para superar outro falso estigma, o de que tais sistemas seriam ineficientes e carentes de comprovação empírica (BRASIL, 2012, p. 7).



Esse debate abre a prerrogativa da construção de alternativas de inclusão produtiva para toda a população rural, o que significaria, em primeiro lugar, resolver o enorme problema de insegurança alimentar e nutricional, a partir de estratégias que permitam priorizar o autoconsumo. Segundo, pode representar uma alternativa concreta para Moçambique resolver definitivamente seus problemas de fome e desnutrição, incorporando 100% da sua população, por meio dessa estratégia, e não apenas 30 ou 40%. Isto representaria mudar o panorama do país, saindo da condição de importador líquido de alimentos para um país autossuficiente. Ainda, a adoção da agroecologia possibilitaria estabelecer sistemas de produção mais resilientes às mudanças climáticas e contribuiria para reduzir os desequilíbrios da balança comercial, por meio da substituição das importações de alimentos e agroquímicos.

Essa estratégia permitiria, ainda, (re)localizar o sistema agroalimentar, por meio da ativação de processos que permitam dinamizar os mercados

Comércio na estação de comboio.
Foto: ADECRU Moçambique

locais, a partir do estabelecimento de relações de proximidade entre produção e consumo. As compras governamentais também podem assegurar a garantia da produção, tanto para atendimento da população em insegurança alimentar e nutricional, como para a formação de estoques estratégicos para garantir o abastecimento com produtos básicos, caso ocorram problemas de desabastecimento.

O estabelecimento desses processos implica em novos arranjos institucionais, no âmbito dos territórios, ao longo do Corredor de Nacala. Estimular, também, o estabelecimento de novos canais de comercialização, mas não em linha com as exportações ou as grandes indústrias de processamento de alimentos, mas sim privilegiando a comercialização direta ao consumidor e pequenas unidades de processamento, vinculadas a grupos associativos ou mesmo informais. Promover a criação de equipamentos de comercialização, como as feiras, em cada comunidade, assim como pequenos estabelecimentos de comercialização de alimentos que poderão promover a compra da produção e a venda aos consumidores.

Essa dinâmica de produção contribuiria para Moçambique estabelecer a construção de um processo de desenvolvimento endógeno. Mesmo que venha contar com assessoria externa, essa contribuição será para construir alternativas próprias para o desenvolvimento de capacidades dos diferentes atores sociais. O desafio aqui será formar agricultores e agricultoras, a área técnica e acadêmica para contribuir na construção do conhecimento, a partir de amplo processo de mobilização social, intercâmbios de experiências, promoção e resgate da agrobiodiversidade, fortalecimento das relações de gênero e estímulo à formação e participação da juventude rural.

Em relação ao formato do ProSavana, não causa estranheza a concepção que foi aportada pelo Brasil e Japão. Fica evidente que o perfil dessa cooperação foi claramente comercial, pautada especialmente pela perspectiva de ampliar a produtividade, por meio do uso de insumos agrícolas comerciais, priorizando algumas culturas de “alto rendimento”. O referencial do Prodecer, proposto no Plano de Desenvolvimento, representa alto risco socioambiental às comunidades rurais e urbanas, em função de ser baseado no uso de agroquímicos. O uso dessas substâncias em Moçambique seria especialmente perigoso, pois boa parte da população está privada de acesso à informação sobre os riscos desses produtos químicos à saúde.

Ficamos aqui nos perguntando: por que não configuram, entre as estratégias do Plano de Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala, os outros programas brasileiros que Moçambique também conhece? O PAA África, embora experimental, deu mostras da sua capacidade de promover a inclusão econômica e o atendimento a pessoas em situação de insegurança alimentar.

Houve também um projeto que envolveu organizações sociais do Brasil e de Moçambique, por meio da cooperação técnica assistida pelo Brasil, em relação às sementes crioulas (nativas). Da mesma forma, não há nenhuma referência a esse processo de resgate e uso das sementes crioulas em Moçambique, procurando entender os resultados alcançados, o nível de apropriação pelas comunidades e as estratégias para potencializar uma ação dessa natureza.

Vivemos tempos de transformação e de apropriação da natureza, com a privatização de bens antes considerados públicos, que poderão comprometer, em boa medida, a nossa biodiversidade e o futuro das novas gerações. Precisamos refletir sobre os impactos do que é feito hoje, em relação ao planeta e às gerações futuras. O compromisso com a agroecologia é um compromisso com a vida, que possibilita transformar o atual padrão tecnológico e alimentar de produção e consumo, na perspectiva de romper com o atual paradigma dos impérios agroalimentares e na direção da construção de novos processos de desenvolvimento rural pautados em princípios mais igualitários, solidários e sustentáveis.

Por fim, o Brasil passa hoje por um complexo processo de deslegitimação das conquistas sociais alcançadas a partir de 2003, com a chegada de Lula ao governo e com a continuidade desse processo com Dilma a partir de 2011. Sem deixar de reconhecer os limites e contradições desses governos (Lula-Dilma), é importante valorizar que foi a partir deles que o Brasil conseguiu mudar significativamente os indicadores sociais e construir uma agenda estratégica de relações políticas e econômicas em direção aos países do Sul e dos BRICS. A pretensão de estabelecer a crítica ao ProSavana não se constitui em uma perspectiva de que o Brasil não deva estabelecer e priorizar relações de cooperação com a África, América Latina e Caribe e Ásia. Ao contrário, consideramos que essas relações devem ser fortalecidas, desde que respeitada a autonomia de cada país, onde o interesse econômico do Brasil venha a sobrepor as relações de solidariedade e de cooperação para o desenvolvimento de capacidades das outras nações.

Referências

Artigos e documentos

CLASSEN, Sayaka Funada. *Análise do Discurso e dos Antecedentes do Programa ProSAVANA em Moçambique* – enfoque no papel do Japão. Tóquio, janeiro de 2013. Disponível em <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/An%-%>

- C3%A1lise%20do%20Discurso%20do%20ProSAVANA%20(Funada).pdf
 DELGADO, Guilherme Costa. “A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003”.
 Disponível em http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/126539/mod_resource/content/2/Guilherme%20%20Delgado%20Quest%-C3%A3o%20Agr%C3%A1ria.pdf
- GARCIA, Ana; KATO, Karina. “Políticas Públicas e interesses Privados: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique”. Publicado em Caderno CRH, vol. 29, núm. 76, janeiro-abril, 2016. Universidade Federal da Bahia – Salvador. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/3476/347645346005.pdf>
- MANDAMULE, Uacitissa. *TIPOLOGIA DOS CONFLITOS SOBRE OCUPAÇÃO DA TERRA EM MOÇAMBIQUE*. Observatório do Meio Rural, n. 37, fevereiro de 2015. Disponível em <http://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-37.pdf>
- MOONEY, Pat. *O escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTARELLI, Mariana. *Daqui a nada: um olhar sobre a cooperação e os investimentos brasileiros no Corredor de Nacala*. ActionAid, 2015. Disponível em http://www.actionaid.org.br/sites/files/actionaid/caderno_viagem_ago2015_port1.pdf
- SCHLESINGER, Sergio. *Cooperação e investimentos do Brasil na África*. O caso do ProSavana em Moçambique. FASE, 2013. Disponível em http://fase.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Caderno_ProSavana_FASE.pdf
- SILVA, Antonio Joaquim; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira; BARBOSA, Eriosvaldo Lima. “Nova dinâmica produtiva e velhas questões territoriais nos cerrados setentrionais do Brasil”. *Rev. Espacios*, vol. 36 (nº 21), 2015. Disponível em <http://www.revistaespacios.com/a15v36n21/15362115.html>

Sites consultados

- “A multinacional que veio do Brasil”. *Agência Pública*. Disponível em: <http://apublica.org/2016/02/a-multinacional-que-veio-do-brasil>
- BRASIL. “A agroecologia e o direito humano à alimentação adequada”. Tradução do relatório de Olivier Schutter, relator especial da ONU para o direito à alimentação. CAISA (Câmara Interministerial de segurança alimentar e nutricional), 2012. Disponível em https://www.unifesp.br/campus/san7/images/cecane/agroecologia_e_o_direito_humano_a_alimentacao_adequada.pdf
- Desenvolvimento Territorial Estratégico para Região do MATOPIBA - Parceria INCRA e EMBRAPA (MDA e MAPA). Disponível em <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/>

- “Elaboração do Plano Director do Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala. NOTA CONCEITUAL. Setembro, 2013. ProSAVANA-PD”. Disponível em <http://docplayer.com.br/5686336-Elaboracao-do-plano-director-do-desenvolvimento-agricola-no-corredor-de-nacala-nota-conceitual-setembro-2013-prosavana-pd.html>
- “Kátia Abreu: acordo entre Brasil e Japão inaugura um novo tempo para o Matopiba”. Ministério da Agricultura. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2016/02/katia-abreu-acordo-entre-brasil-e-japao-inaugura-um-novo-tempo-para-o-matopiba>
- Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique. <http://www.minag.gov.mz/>
- PEDEC-Nacala. “O projecto das estratégias de desenvolvimento económico do Corredor de Nacala na República de Moçambique”. Julho de 2014. Disponível em http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Corredor_de_nacala_vol1.1.pdf
- Plano Director para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala em Moçambique. 2015. Disponível em <http://docplayer.com.br/5686741-Plano-director-para-o-desenvolvimento-agrario-do-corredor-de-nacala-em-mocambique-esboco-versao-o.html>
- Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário PDSA 2011-2020. República de Moçambique/ Ministério da Agricultura. Disponível em <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk/technology/mozambique/files/pics/d130876.pdf>
- PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013-resumo.pdf>
- PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados). Disponível em: <http://www.campo.com.br/proceder/#origem>
- UNAC e GRAIN. “Os usurpadores de terras do Corredor de Nacala”. Fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www.grain.org/article/entries/5136-os-usurpadores-de-terras-do-corredor-de-nacala>
- Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA): <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/>
- Vale: <http://www.vale.com/mozambique/pt/aboutvale/across-world/paginas/default.aspx>



Comboio da Vale indo a Nacala.
Foto: ADECRU Moçambique

Desde 2012, movimentos sociais e sindicais do campo, organizações sociais e grupos de pesquisa brasileiros em Moçambique, seus impactos acompanham as ações da Cooperação para o Desenvolvimento e os investimentos brasileiros no Corredor de Nacala em Moçambique, seus impactos sinérgicos e ameaças aos modos de vida dos povos daquele território. Esse grupo está movido, sobretudo, por princípios democráticos, de cooperação e soberania dos povos e de solidariedade Sul-Sul. Em sua essência, isso implica na defesa dos direitos dos povos de Moçambique à autodeterminação do futuro de seus territórios. Tal direito conflita com programas de “desenvolvimento” impostos de cima para baixo, como tem sido o caso do principal programa de Cooperação Sul-Sul do Brasil na África, mais precisamente dirigido ao norte de Moçambique: o ProSavana.

Apoio:



Apoio institucional da FASE:



Développement
et Paix